

ARMANDO FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO EM UM PROJETO DA CODEVASF —
O PERÍMETRO IRRIGADO DE MANDACARU

Dissertação apresentada ao Curso de MESTRADO
EM ECONOMIA da Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências para obtenção
do Grau de Mestre.

ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO

Orientador

CAMPINA GRANDE
OUTUBRO — 1986



A447r Almeida Júnior, Armando Ferreira de.
Relações de produção em um projeto da CODEVASF : o perímetro irrigado de Mandacaru / Armando Ferreira de Almeida Júnior. - Campina Grande, 1986.
160 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1986.
"Orientação : Prof. Elmar Pinheiro do Nascimento".
Referências.

1. Agricultura - Economia. 2. Mandacaru - Perímetro Irrigado. 3. Relações de Produção. 4. Dissertação - Economia. I. Nascimento, Elmar Pinheiro do. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 38.43(043)

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO EM UM PROJETO DA CODEVASF —
O PERÍMETRO IRRIGADO DE MANDACARU

ARMANDO FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

Dissertação aprovada em

CAMPINA GRANDE

OUTUBRO — 1986

A Armando e Eunice
(meus pais)

e a Elisabete
(minha companheira).

AGRADECIMENTOS

Para realizar este trabalho, precisei envolver, pelo menos, dezenas de pessoas. Detestaria lembrar que esqueci de alguém. Como não tenho memória infalível, preferi não agradecer nominalmente a todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para torná-lo realidade. A estas pessoas, de todo o coração, gostaria de manifestar meu afeto e gratidão. Sem sua dedicação e apoio, nada seria possível.

À EMATER-BA, pela garantia das condições materiais de trabalho.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E FOTOS

	Pág.
. Tabelas	
TABELA 1 — Áreas Irrigadas nos Projetos Públicos —1983	09
TABELA 2 — Área Prioritária Juazeiro-Petrolina.. —1984	17
TABELA 3 — Mandacaru: Volume e Valor da Produção —1984	30
TABELA 4 — Membros das Famílias dos Colonos	33
TABELA 5 — Local de Origem dos Colonos	34
TABELA 6 — Quantidade de Colonos com Parentes Colonos	36
TABELA 7 — Ano de Ingresso dos Colonos 73/85	38
TABELA 8 — Idade dos Colonos	39
TABELA 9 — Grau de Instrução dos Colonos	40
TABELA 10 — Os Colonos e a Contratação de Trabalhadores Permanentes	88
TABELA 11 — Os Colonos e a Mão-de-Obra Familiar	91
TABELA 12 — Participação Percentual dos Custos dos Ele mentos do Processo de Produção - Tomate e Cebola — Mandacaru, 1979	97
. Figura	
FIGURA I — PROJETO MANDACARU - CODEVASF 3ª DIRETORIA REGIONAL	21
. Fotos	
FOTO 1 — CANAL PRINCIPAL E ESTRADAS DE ACESSO	26
FOTO 2 — A COOPERATIVA	26
FOTO 3 — RESIDÊNCIA DE UM TRABALHADOR PERMANENTE	27
FOTO 4 — RESIDÊNCIAS DOS COLONOS	27
FOTO 5 — ALMOXARIFADO	31
FOTO 6 — COLONOS SENDO ENTREVISTADOS	31
FOTO 7 — PULVERIZAÇÃO DA CEBOLA	93
FOTO 8 — BENEFICIAMENTO E ENSACAMENTO DA CEBOLA	93

S U M Á R I O

	Pág.
RESUMO	
INTRODUÇÃO	01
1 ESTADO, REGIÃO E IRRIGAÇÃO	05
1.1 O Estado e a Política de Irrigação no Nordeste	05
1.2 A Região e os Perímetros	11
1.3 O Mandacaru	20
1.4 Os Colonos	
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	42
3 FUNDAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	57
3.1 Procedimento Analítico	57
3.2 Coleta e Apuração dos Dados	63
4 RELAÇÕES DE PROPRIEDADE	66
5 RELAÇÕES DE TRABALHO	78
6 RELAÇÕES DE TROCA	96
7 RELAÇÕES DE APROPRIAÇÃO	109
8 A INTERVENÇÃO DO ESTADO	123
CONCLUSÃO	138
ABSTRACT	143
ANEXOS	144
. CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE TOMATE — 1985	145
. INFORMATIVO DA COOPERATIVA DE MANDACARU — EXERCÍCIO DE 1983	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

RESUMO

Sinais recentes de crescimento da intervenção pública no meio rural nordestino deixam preocupações quanto ao resultado de sua ação sobre as populações envolvidas no processo; principalmente diante de poucas evidências positivas. A experiência de assentamento feita pelo Estado, no perímetro irrigado de Mandacaru, é um dos poucos momentos onde se registra uma indiscutível melhora das condições de vida e crescimento da produção e da renda das populações beneficiadas; tradicionais objetivos e enunciados nos programas de intervenção. Este trabalho pretende demonstrar que nos projetos públicos de irrigação, o Estado, quando bem sucedido em suas metas, possivelmente estabelecerá pequenos produtores capitalizados no campo; ao contrário do que geralmente tem sido identificado por muitos estudiosos. Com este objetivo, estudam-se as relações de produção vivenciadas pelo chamado público-meta: neste caso, os colonos de Mandacaru.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretende-se estudar as relações de produção estabelecidas com o assentamento de irrigantes no Perímetro Irrigado de Mandacaru. Entende-se por estudo das relações de produção de uma camada social a tentativa de elucidar as condições de vida econômica, política e cultural, que lhe dão legitimidade no conjunto das forças sociais.

Especificamente, o objetivo que se persegue é verificar até que ponto o assentamento dos colonos no Mandacaru corresponde à formação de uma camada de pequenos produtores no campo. E como se articulam as formas de produção vivenciadas por eles com o modo de produção capitalista.

Considera-se que isto não seria possível sem uma interpretação da atitude do Estado quanto aos interesses hegemônicos na sociedade brasileira, em sua experiência com a colonização estruturada no Mandacaru. Este é, portanto, um objetivo implícito à natureza deste trabalho.

A tentativa do Estado de criar novos agentes sociais com o assentamento realizado nos projetos públicos de irrigação do Nordeste, transformando o modo de vida de centenas de famílias de agricultores tradicionais, suscita, entre outras, a curiosidade dos resultados desta experiência sobre as populações beneficiadas. Com esta interrogação, percorreu-se cada etapa do que se considera necessário a uma apreensão das relações de produção estruturadas com o assentamento dos irrigantes de Mandacaru.

Como contribuição a esta tarefa foi formulada a seguin

te hipótese de trabalho: levada a termos, a intervenção do Estado com a colonização em projetos públicos deve criar novos produtores capitalizados na figura dos colonos. E contribuir, com isto, para a generalização das relações de assalariamento no meio rural.

O Perímetro Irrigado de Mandacaru, ao reunir muitas características de uma experiência já consolidada, mostra-se um bom exemplo para a interpretação deste tipo de interferência estatal na economia. Não são muitos os exemplos de sucesso da iniciativa pública neste setor e são pouquíssimos os perímetros emancipados.

A análise do caso Mandacaru não permite maiores generalizações. Trata-se precisamente de uma tentativa de interpretar os possíveis desdobramentos da atitude oficial, sobre as populações beneficiadas, neste tipo de colonização. Estudar uma de suas manifestações mais desenvolvidas pareceu, mais que uma condição essencial deste trabalho, sua própria delimitação.

Essencialmente, são estas as características deste estudo.

Na decisão de estudar a experiência do assentamento realizado em Mandacaru, pesou sobretudo a intenção de trazer alguma contribuição à tarefa de desvendar os processos de transformação da estrutura social no campo, especificamente à tarefa de interpretar os processos engendrados por força da intervenção do Estado na economia, através da política de assentamento em perímetros irrigados.

Não se discute se os perímetros deveriam ou não ter sido criados. Parte-se da constatação da existência destas gran

des inversões de recursos públicos destinadas a beneficiar agricultores de baixa renda. Isso ocorre em condições locais privilegiadas e, geralmente, em precárias condições de funcionamento. Mais digno que condená-los seria tentar-se uma alternativa que efetivamente represente um incontestável desenvolvimento das forças produtivas. Nada mais natural que tentar dar uma destinação mais racional à capacidade instalada nos perímetros: fazer com que a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas se traduza em aumento de renda para elas, independentemente da presença do Estado.

Antes de iniciar a análise, julgou-se necessário fornecer, ainda que sucinta, uma descrição da política do Estado com os Perímetros Irrigados no Nordeste e, mais especificamente, na região onde está localizado o Mandacaru. Acrescentou-se, ainda, a este primeiro capítulo, uma descrição do Mandacaru, além de algumas características do grupo social em estudo, quanto àqueles que possivelmente teriam sido seus critérios de seleção.

No segundo e terceiro capítulos, são apresentados os fundamentos teóricos, o procedimento metodológico adotado e uma discussão da literatura especializada. A revisão bibliográfica procura identificar algumas limitações de ordem teórica e situar a contribuição do trabalho aqui empreendido quanto às interpretações da estrutura social do campo.

O "corpo do trabalho", propriamente dito, está segmentado, por questões expositivas, em cinco partes. A primeira delas foi denominada "relações de propriedade" e constituiu-se no capítulo 4. Procura-se, nesta etapa, obter uma definição dos

papéis sociais assumidos pelos indivíduos diante dos direitos adquiridos sobre a propriedade dos meios de produção. A intenção é apresentar como se expressam juridicamente as relações de produção no **Mandacaru**.

"Relações de trabalho" intitula uma segunda parte, ocupada com o estudo do consumo produtivo da força de trabalho empregada pelo colono. Neste sentido, o quinto capítulo é dedicado a conhecer a organização interna da produção. Aí, são motivos de análise as atividades que criam e transferem os valores mobilizados no perímetro.

Uma terceira parte da exposição do estudo das relações de produção é intitulada pelo que se denominou aqui de "relações de troca" (capítulo 6). Estas são entendidas, especificamente, como aquelas relações que estabelecem os padrões de articulação das condições de produção desenvolvidas internamente pelos colonos, com o mercado produtor de seus meios de produção e com o mercado consumidor de seus produtos.

O capítulo 7, denominado "relações de apropriação" está destinado a apresentar como se distribuem internamente os excedentes produzidos. Nele, procura-se identificar os níveis de acumulação possibilitados pelo conjunto de relações estudado anteriormente.

A intervenção do Estado na economia é especificamente analisada no capítulo 8. Conclui-se, assim, a parte analítica deste trabalho, procurando identificar nas ações do Estado os interesses de classes que explicam a formação da estrutura implantada em **Mandacaru**. Embora, na análise, tenha-se privilegiado apenas os atores sociais mais relevantes.

1 ESTADO, REGIÃO E IRRIGAÇÃO

1.1 O ESTADO E A POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE

Perímetro Irrigado corresponde a uma denominação da a áreas em que o Governo (por meio de desapropriação, ou simplesmente tomando posse quando as terras já são suas) prepara toda uma infra-estrutura para a agricultura de irrigação, procurando, paralelamente, desenvolver os sistemas viários e de energia elétrica, destinada à implantação de empresas e/ou assentamento de colonos. Neste último caso, procura também desenvolver as infra-estruturas de habitação, saneamento, urbanização e cooperativismo, bem como prestar serviços em setores como os de saúde, nutrição e educação.

Duas instituições são responsáveis pela aplicação da maioria dos investimentos públicos em irrigação para o Nordeste: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca — DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF. Além delas, a irrigação pública no Nordeste, do tipo perímetro irrigado, é também realizada, em menor escala, por empresas estaduais. Na Bahia, por exemplo, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional — CAR e a Companhia de Engenharia Rural da Bahia — CERB já acumulam alguma experiência neste setor, embora ainda muito recente.

O DNOCS foi criado em 1945 para substituir a Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca — IFOCS e reorientar a política de acumulação de águas, iniciada nos princípios do século (1909), pela Inspetoria de Obras Contra a Seca — IOCS. Mesmo sem deixar de lado aquelas linhas gerais de intervenção que

inspiraram a criação do IOCS — a construção de açudes, de vias de transporte e perfuração de poços (só para citar algumas), o DNOCS, hoje, concentra a maior parte de seus esforços no assentamento de comunidades de irrigantes nos projetos de sua jurisdição.

A história da CODEVASF remonta a 1948, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco — CVSF, a quem cabia administrar um Plano Geral do Vale do São Francisco, concentrado na eliminação das carências de infra-estrutura social da Região nos campos de energia elétrica, irrigação, regularização do regime do rio, navegação, rodovias, centros médicos, escolas, etc.

Durante nove anos, a partir de 1967, a "Comissão do Vale" foi transformada em Superintendência do Vale do São Francisco — SUVALE, unificada com o modelo coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, para as Agências Governamentais de Desenvolvimento Regional (ANDRADE, 1982:101).

A atual CODEVASF surge como fruto de um outro contexto. Foi criada em 1975, num momento em que predominava no Brasil um espírito de racionalização capitalista dos investimentos públicos que, após o ano de 1964, foram melhor dotados de uma estrutura empresarial mais estável (ABRANCHES, 1977:20). Vale citar um documento oficial:

Enquanto a SUVALE e a CVSF enfatizavam sua ação na eliminação das grandes carências verificadas nas infra-estruturas dos municípios da Região, na disponibilidade de energia elétrica e na rede viária, a CODEVASF tem por estratégia institucional, a concentração de seus esforços em áreas prioritárias, selecionadas pelas suas potencialidades no desempenho das suas funções de pólos de indução e irradiação do desenvolvimento regional, bem como pelas suas capacidades de respostas aos investimentos realizados. (Grifo nosso) (CODEVASF, 1984:15).

Transferindo funções a outros órgãos como a Companhia Hidroelétrica do São Francisco — CHESF, a CODEVASF concentrou seus esforços no setor rural. A finalidade básica da Empresa tornou-se "o aproveitamento para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, ..." (CODEVASF, 1984:14).

Como companhia, a CODEVASF juridicamente pode e realiza associações com o capital privado de empreendimentos cooperativistas, individuais e de grandes grupos empresariais. Segundo dados da SUDENE, dos 23.769 ha. que a CODEVASF tinha em operação, 15.271 ha. haviam sido destinados à implantação de 104 empresas, beneficiando 1.742 famílias de colonos com os 8.498 ha. restantes (SUDENE, 1982:14).

Embora exista uma identidade bem visível, os perímetros irrigados não são idealizados de uma maneira uniforme. O estudo de suas histórias e das condições sociais e políticas em que surgiram e se transformaram, possivelmente virá esclarecer melhor os motivos de suas diferenças. Mas não é esse o objetivo que aqui se persegue.

É conveniente, entretanto, identificar-se o comportamento do Estado em relação à implantação de perímetros irrigados no Nordeste. Afinal, estudar a experiência dos colonos de Mandacaru é, de algum modo, estudar o estilo de colonização, pelo menos numa de suas facetas, desta política de intervenção estatal.

A história das áreas irrigadas públicas no Nordeste é tão antiga quanto os programas estatais de combate à seca. Data ainda do período imperial a primeira tentativa de que se tem

notícia; só definitivamente implantada em 1906 (CERB/CEPA-BA, 1980:8).

Durante os anos que antecedem à década de 70, pode-se dizer que, somente em situações esporádicas, a irrigação veio a se constituir em algo mais que um subproduto dos programas de combate à seca.

A partir da criação do Programa Plurianual de Irrigação — PPI, em 1971, pôde-se observar uma deliberada atitude do Estado de rever seu papel diante das adversidades do fenômeno das secas no Nordeste (GOMES, 1979). Após o PPI, a agricultura irrigada, por exemplo, através de projetos públicos de irrigação, passa a ser a vertente principal de atuação do DNOCS e da CODEVASF, na época, ainda SUVALE.

Quando da criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola — GEIDA (órgão interministerial com participação dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento e Saúde), em 1968, não existiam perímetros irrigados com áreas destinadas à implantação de empresas.

Foi o GEIDA quem encomendou o PPI, com o objetivo de constituir um "Plano Diretor (...) para o desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil" (MINTER/GEIDA, 1971:1) e com especial ênfase para o Nordeste, conforme ressaltam seus documentos (Ibid).

O GEIDA surge com o intuito de planejar, orientar e supervisionar órgãos federais, visando integrar o desenvolvimento da agricultura irrigada a planos e programas públicos mais amplos, como o Programa de Integração Nacional — PIN e o Pro

grama de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Nordeste — PROTERRA.

Até 1971, segundo estudos realizados para o Ministério do Interior — MINTER, pelo consórcio de uma empresa israelense (TAHAL) e de uma brasileira (SONDOTÉCNICA), estimava-se em menos de 10.000 ha. a área irrigada do Nordeste, correspondente aos projetos do Governo Federal (MINTER/GEIDA, 1971:120), muitos dos quais em operação precária. Transcorridos 12 anos, em 1983, o Nordeste contava com mais de 45.500 ha. irrigados em operação nos perímetros do DNOCS e da CODEVASF (TABELA 1).

TABELA 1 — Áreas Irrigadas nos Projetos Públicos — 1983

ÓRGÃOS	ÁREA IMPLANTADA (ha.)	ÁREA EM OPERAÇÃO (ha.)
DNOCS	22.687	15.474
CODEVASF	37.947	30.055
TOTAL	60.634	45.529

FONTE: SUDENE/Coordenadoria de Irrigação

Ainda é muito pouco se comparado à meta traçada no PPI: atingir, em 10 anos, 100.000 ha. irrigados. Menos ainda, se comparado à pretensão da Nova República de irrigar 1.000.000 ha. no Nordeste. Significa, contudo, um crescimento muito grande, pois representa um aumento da área irrigada em operação de 455%, no período 1971-1983 a uma taxa média de crescimento anual em torno de 35%. Se for considerada a área implantada, como deve ser, este percentual de crescimento sobe para quase

610% pois, já em 1983, existiam mais de 60.000 ha. implantados pelo DNOCS e CODEVASF (TABELA 1).

Nesta época, também não existiam os chamados "Programas Especiais". Se for levada em conta a área irrigada através do Programa Nacional de Várzeas Irrigadas — PROVÁRZEAS, do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste — Projeto Sertanejo, do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste — POLONORDESTE e de outros programas especiais que geralmente beneficiam a iniciativa de agricultores e proprietários autônomos, este percentual de crescimento sobe para 1.542%, pois, em 1983, haviam sido irrigados por estes programas 95.589 ha. (SUDENE, 1983).

Com relação à área irrigada em operação, a CODEVASF dispõe, praticamente, do dobro da área em operação do DNOCS. Conforme os dados da SUDENE para o segundo trimestre de 1983, são de 30.055 ha. da CODEVASF contra 15.474 ha. do DNOCS (TABELA 1). Em termos relativos, se visto como um fenômeno ainda recente, a importância das áreas destinadas a empresas é bastante significativa. Como já se viu anteriormente, a CODEVASF dispunha, em 1982, de uma área destinada a empresas, quase igual a toda a área do DNOCS para 1983: são 15.271 ha. que representam algo em torno de 33% das áreas dos perímetros em operação dos dois órgãos.

A colonização, em contrapartida, é uma iniciativa muito mais onerosa ao Estado que a associação e arrendamento contraídos com o capital de empreendimentos empresariais nos perímetros da CODEVASF. Além das obras de infra-estrutura básica entregues às empresas, a colonização demanda investimentos de infra-estrutura social, como habitação, saúde, lazer etc.

Basta observar o volume de recursos aplicados com a colonização e a implantação de empresas. O DNOCS, por exemplo, com uma área em operação, significativamente menor que a CODEVASF, despende mais investimentos que esta (POSSÍDIO, 1984:43).

Na Região em estudo encontram-se os dois tipos de experiência. As atenções neste trabalho, entretanto, devem principalmente estar centradas sobre as experiências realizadas com o assentamento de colonos. Não cabe, nos objetivos traçados aqui, discutirem-se os méritos de uma sobre a outra.

1.2 A REGIÃO E OS PERÍMETROS

O Vale do São Francisco, com uma área de bacia hidrográfica de 690 mil quilômetros quadrados (cerca de 8,1% do território nacional), está dividido em quatro regiões: o Alto, o Médio, o Submédio e o Baixo São Francisco. No seu percurso de 2.680 km, o "Velho Chico" (como é chamado carinhosamente o Rio) corta os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

A cerca de 3 km, na margem direita do São Francisco, e a menos de 20 km a leste da sede do município de Juazeiro, na Bahia, está localizado o perímetro irrigado de Mandacaru, Submédio São Francisco.

Cobrindo uma extensão de 686 km do curso do Rio, o Submédio São Francisco começa em Remanso e termina em Paulo Afonso, na Bahia. Com 166 mil km², ele é representado por 34 municípios baianos e 25 pernambucanos.

Trata-se da região mais seca e mais quente do Vale.

Toda vegetação é predominantemente de caatinga*. A pluviosidade média varia entre 400 e 450 mm e tem quase dez meses de estiagem. A maioria de suas terras, aptas para exploração agrícola, demanda o uso de técnicas de irrigação para desenvolver-se plenamente.

Orientando-se para obter "respostas rápidas aos seus investimentos", a CODEVASF selecionou, segundo suas potencialidades, 10 áreas prioritárias que possam funcionar como "Pólos de Desenvolvimento". Com os projetos, é esperado o estabelecimento de estruturas que, pela demonstração espontânea de seus resultados positivos, desencadeiem o uso de "conhecimentos técnicos mais avançados" (MINTER/GEIDA, 1971:18).

Juazeiro e Petrolina dão nome a uma área prioritária que cobre uma extensão de 10.000 km², formada ainda por uma parte do município de Casa Nova, na Bahia. Estas duas cidades, unidas por uma ponte sobre o Rio São Francisco, apesar de administrativamente separadas, são um dos mais importantes centros urbanos do Submédio. Formadas por uma população de quase 250 mil habitantes — em 1980, a primeira possuía 118.175 habitantes, e a segunda, 104.300 habitantes (IBGE, 1984:94), distribuídos em mais de 50% de sua parte economicamente ativa pelos setores secundários e terciários, habitando preponderadamente o espaço urbano (cerca de 65% dela), com uma razoável diversificação de serviços industriais e comerciais. Como era de se esperar, exercem enorme influência num amplo raio de pequenos

* Em Petrolina/Pe, está instalado o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido — CPATSA, da EMBRAPA. Em Juazeiro/Ba, funciona a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco — FAMESF.

municípios vizinhos.

Como em todo sertão brasileiro, a origem destas cidades está relacionada com a criação de gado do período colonial. Inteiramente afinada com o modelo exportador (GORENDER, 1978:411), coube à produção pecuária nesta época, sobretudo, o fornecimento de animais de tração, de carne e couro aos engenhos e às populações urbanas, além de enfardar rolos de fumo e também exportar couros. Já nos séculos XVI e XVII, os portugueses haviam principiado o povoamento da Região, destruindo e escravizando as populações indígenas que aí viviam. Em 1706, Juazeiro já existia como povoação; Petrolina, em meados do século seguinte (ANDRADE, 1982:30).

Contudo, há ainda uma particularidade que lhes dá uma característica especial e auxilia mais ainda sua compreensão. Elas são o último ponto do grande trecho navegável do São Francisco, que começa em Pirapora-Minas. Beneficiam-se também da localização privilegiada, desde seus primórdios, para a travessia e comunicação viária dos fluxos comerciais das Regiões Norte e Nordeste com o Sul do País.

Neste sentido, Juazeiro e Petrolina formam um estratégico ponto geográfico e comercial. Já em 1871, era iniciada a navegação a vapor na Região e, em 1896, foi inaugurada a estrada de ferro que, na época, ligava Juazeiro a Salvador. Hoje, estão praticamente desativadas. No período presidencial de Dutra, construiu-se a ponte que liga as duas cidades e amplia a extensão da estrada de ferro. Na década de 60, com a construção das rodovias BR 122 e BR 407 que ligam a área a grandes centros urbanos do País, Juazeiro e Petrolina incorporaram-se ao padrão rodoviário de tráfego consolidado com o advento da indústria

automobilística no Brasil. É certo, por isto, dizer-se que, para a Região, as rodovias trouxeram uma expansão das condições de desenvolvimento, baseado na possibilidade de maior escoamento da produção que acarreta (NOVAES, 1976:23).

Nos últimos 30 anos, Juazeiro e Petrolina têm presenciado um considerável crescimento. Em 1950, suas populações, eram de 17.692 habitantes e 7.611 habitantes, respectivamente. Neste ínterim, durante o qual estes municípios deixam de ser predominantemente rurais, surgiram indústrias de óleo, sabões, couros, têxteis, metalúrgicas, produtos alimentícios, alumínio, usina de açúcar, e hidroelétrica (Sobradinho), entre outras, como as emergentes indústrias vinícola e pesqueira.

Todo este desempenho foi fortemente influenciado pela interferência pública na Região, certamente, entre outras, através da CODEVASF, suas antecessoras, e de financiamentos subsidiados (ANDRADE, 1982:26). Desde a década de 60, a penetração capitalista nas zonas rurais da Região, modernizando as atividades agrícolas, estimulada principalmente pelos organismos oficiais, tem provocado migração do campo para as cidades. Grande parte do aumento populacional desta área, por exemplo, pode ser atribuído à fixação desses contingentes migratórios, e não propriamente ao crescimento vegetativo (ANDRADE, 1982:14). O impulso das atividades industriais não surpreende que seja associado, "... com a implantação dos grandes projetos de irrigação..." da CODEVASF (SILVA, 1985:211).

Uma simples digressão sobre os principais gêneros agrícolas produzidos em Juazeiro faz vir à tona o peso dos perímetros irrigados no Município. Nestes últimos cinco anos, a cana-de-açúcar, o tomate e a cebola vêm figurando como suas cultu

ras mais importantes. São culturas carentes de muita água para seu plantio, e se tratando de semi-árido, culturas irrigadas.

Até bem pouco tempo, quase nenhum significado econômico tinha a cana-de-açúcar para o Município. Hoje ela é, tanto em volume quanto em valor da produção, a cultura que mais se destaca em Juazeiro*. Sua introdução em grande escala, evidentemente, está associada ao Programa Nacional do Alcool — PROÁLCOOL. A CODEVASF, em sociedade com o capital privado, num de seus projetos, é responsável por praticamente toda a produção de cana-de-açúcar de Juazeiro. Com uma produtividade média de 140 toneladas por hectare, com mais de 2.500 hectares implantados, ela tem condição de produzir 350 mil toneladas de cana por ano. Tudo isso ainda é pouco para operar-se plenamente a usina de açúcar, construída com capacidade de produzir 2,2 milhões de sacos anuais e destilar 18 milhões de litros de álcool por ano.

O tomate é uma cultura de ainda escassa tradição. Somente após a instalação da "Cica-Norte" em Juazeiro, na década de 70, pôde-se notar a consolidação do Município como um dos mais importantes produtores desta cultura no Estado da Bahia. Convém anotar que mais de 80% de todo o tomate industrializado por ela é proveniente dos Projetos de Irrigação. A Região conta, hoje, com mais duas agroindústrias processadoras de tomate, a "Etti" e a "Frutos Tropicais" que, apesar da menor quantidade (ainda estão começando), também se abastecem com uma parte do que se planta nos perímetros.

* Sem nenhuma tradição, hoje, Juazeiro é um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do Estado.

Da **cebola** pode-se dizer que é uma cultura já com alguma tradição, porém, muito maior nas margens pernambucanas. Durante os anos 60, o uso mais intenso da irrigação passou a fazer dessa cultura uma atividade de maior expressão econômica para a Região, quando, então, alguns produtores de cebola já acumulavam uma experiência de quase vinte anos (BICALHO & HOEFLE, 1979:79). Isto deve ter contribuído de algum modo para a sua assimilação mais rápida. Junto com Xique-Xique, Juazeiro é o maior produtor de cebola na Bahia. Segundo o IBGE, em 1983, Juazeiro produziu 13.048 toneladas de cebola (CEPA-BA, 1985:48). Em 1984, segundo a CODEVASF, nos perímetros de Juazeiro foram obtidos 16.021 toneladas dela (1984:84).

Outra cultura de destaque emergente também tem, nos perímetros, uma de suas maiores fontes produtoras e promotoras: o **melão**. No ano passado, a Prefeitura de Juazeiro promoveu a 1ª Festa Nacional do Melão, num nítido reflexo do que ele já representa para o Município.

Além do Mandacaru, a área prioritária Juazeiro/Petrolina dispõe de mais cinco perímetros implantados, total ou parcialmente, havendo um sétimo em estudo*. Dos instalados, quatro ficam no Município de Juazeiro e, de todos, o único voltado inteiramente para a colonização é exatamente o Mandacaru. Por outro lado, somente um é destinado com exclusividade a empresas. Ao todo, são 24.623 ha. instalados. Destes, 6.771 ha. estão sendo ocupados por 880 colonos (ou seja, menos de 30% da área total), e 17.852 ha. são ocupados por 119 empresas (V. TABELA 2).

* Dois outros perímetros, implantados pela CAR, estão começando a operar: um, em Juazeiro/Sobradinho: o projeto Tatauí I (WILLIAMS FUENTES; 1985), outro, em Curaçá — o Projeto Fazenda Grapiúna (CAR, 1985).

TABELA 2 — Área Prioritária Juazeiro-Petrolina. Número de Colonos e Empresas Instaladas, Áreas Irrigadas Ocupadas e Valor da Produção, por Projeto em Operação. 1984

PROJETO	ÁREA DE COLONIZAÇÃO		ÁREA DE EMPRESAS		ÁREA TOTAL		PRODUÇÃO	
	Colonos	ha	Empresas	ha	ha	%	Valor	%
Tourão	-	-	8	10.473	10.473	42,5	28.367	42
Maniçoba	234	1.914	54	2.459	4.373	17,8	5.322	15,5
Curaçá	277	1.964	14	2.490	4.454	18,1	5.388	16
Bebedouro	105	1.090	8	1.097	2.187	8,9	1.905	5,5
Mandacaru	48	382	1	51	433	1,7	3.979	12
Sen. Nilo Coelho	216	1.421	34	1.282	2.703	11,0	2.977	9
TOTAL	880	6.771	119	17.852	24.623	100	47.938	100

FONTE: CODEVASF

Sintomaticamente, o Mandacaru é anterior à CODEVASF que começou a operar em 1975. Na área prioritária Juazeiro/Petrolina, ele não é, porém, o mais antigo. Esta é a primeira das áreas "a produzir alimentos em escala comercial" (CODEVASF, 1984:68). Em 1969, o Bebedouro, em Petrolina, já estava em operação. Contudo, no Bebedouro, nesta época, também só existiam colonos. Porque assim havia sido pensado originalmente, com a CODEVASF ele foi ampliado e subdividido em Bebedouro I e Bebedouro II (este último destinado a empresas).

O Estado, através de seus órgãos executores de projetos na Região (no caso, a SUVALE e a CODEVASF), não vem mantendo uma mesma atitude quanto ao modelo de colonização a ser implantado, pelo menos nos seus aspectos mais específicos. Durante sua vigência, a SUVALE, por exemplo, parece não ter dissociado a eficiência do assentamento da necessidade de basear-se numa organização cooperativista. Com ela, um perímetro já começava a operar com uma infra-estrutura básica cooperativista pronta. Hoje, a atitude da CODEVASF é marcada por uma certa reserva quanto ao incentivo ao cooperativismo. Ela não induz nem prepara uma infra-estrutura para ele. Provavelmente, por isto, somente o Bebedouro e o Mandacaru dispõem de cooperativas estruturadas. O Bebedouro fica a cerca de 45 km de Petrolina, pela BR 122, que a liga a Recife. Ocupa uma área de 2.187 ha. irrigados, com 105 colonos assentados em 1.090 ha. e 8 empresas instaladas em 1.097 ha. Como os demais perímetros (exceção feita para o Tourão, que explora cana-de-açúcar também, responsável, aliás, por quase 60% do valor produzido nos projetos da área), o Bebedouro explora basicamente tomate, cebola, melão, melancia e feijão.

Sobre ele, não se pode deixar de mencionar um fato: os colonos organizados na Cooperativa Agrícola Mista do Perímetro Irrigado de Bebedouro — CAMPIB, depois de muita luta para obter uma situação quase ímpar nos Perímetros, que é a emancipação ou autogestão, depois de dois anos, em 1985, pediram a intervenção da CODEVASF.

O outro Perímetro instalado em Petrolina é o **Senador Nilo Coelho**, antigo **Massangano**. Uma pequena parte dele, no entanto, fica no Município de Casa Nova. Com uma superfície irrigável de 25.000 ha., apenas opera 10% de sua capacidade. Está ainda em fase inicial, pois entrou em operação em 1984. Ainda assim, são 216 colonos ocupando uma superfície de 1.421 ha. e 34 empresas explorando 1.282 ha.

Dois dos projetos instalados em Juazeiro também são dos anos 80. O **Maniçoba** e o **Curaçá** entraram em operação em 1982 e ainda não atingiram sua capacidade plena de produção. O primeiro tem uma superfície irrigável de 4.373 ha., destinada ao assentamento de 234 colonos em 1.914 ha. e 54 empresas que ocupam 2.459 ha. O segundo tem 277 colonos em 1.964 ha. e 14 empresas em 2.490 ha., totalizando 4.454 ha. Juntos, são responsáveis por mais de 30% da produção obtida na área (V. TABELA 2).

Citado como um "modelo de modernização da agroindústria regional" (SEPLANTEC/CPE, 1982:34), o Projeto **Tourão** é uma das maiores áreas irrigadas do Vale do São Francisco. São 10.473 ha. implantados em consórcio com dois grupos empresariais (AGROVALE e ALFANOR), que dispõem de 80% de toda a área. Estão sendo destinados, a médios empresários, os 2.215 ha. restantes que, em módulos médios de 60 ha., deverão produzir cana-

de-açúcar para a Usina de Mandacaru, do grupo Agrovale, responsável por mais de 90% da produção do Perímetro. Para isto, foi dada preferência aos produtores que viessem da Zona da Mata de Pernambuco (Idem:33). Atualmente, não chega a mais de 8 o número destes médios empresários já instalados.

Antes de concluir, convém dar alguns esclarecimentos sobre as situações dos empresários nos Perímetros.

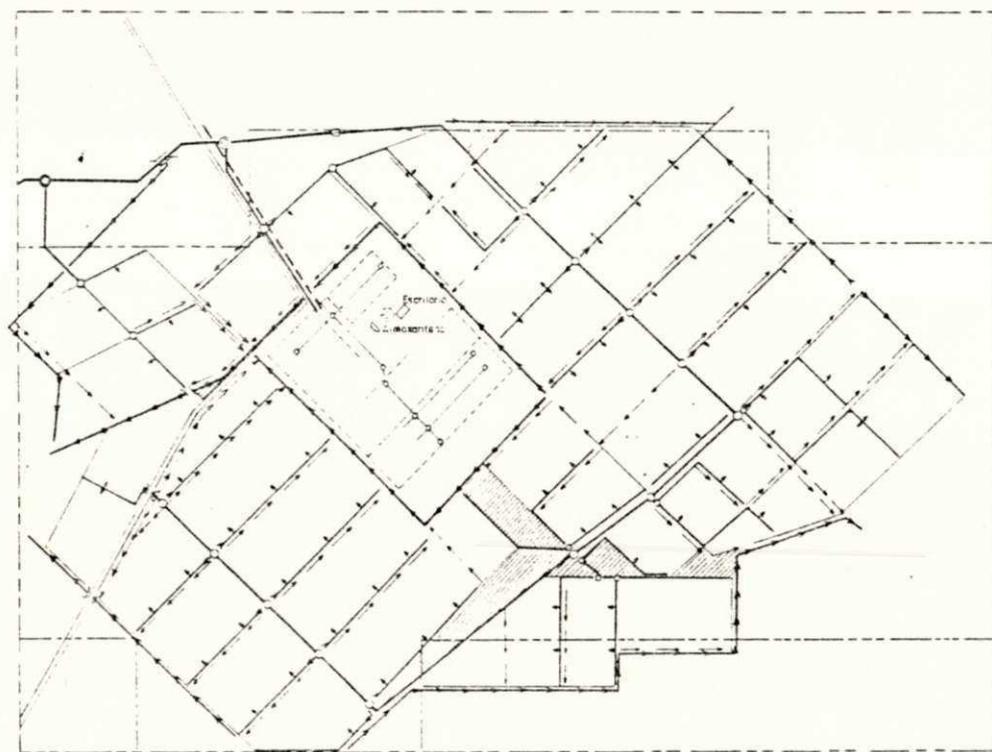
Nem tudo o que se chama "empresa" é do mesmo porte. O Projeto Senador Nilo Coelho, por exemplo, além de subdividido em 11 lotes de tamanhos próximos a 300 ha., também deverá ser subdividido em lotes de 12 a 60 ha., para abrigar famílias de pequenos e médios empresários. Segundo a CODEVASF, estes pequenos e médios empresários se distinguem das famílias de colonos por estas se constituírem de pessoas de "baixa renda" (CODEVASF 1984:70). Nos outros Perímetros, onde também convivem empresas e colonos, procura-se resguardar, deste mesmo modo, o espaço do "pequeno e médio empresário". No **Maniçoba**, a "Cica-Norte", por exemplo, com 500 ha. de área, convive com 800 ha. de médias empresas.

1.3 O MANDACARU

O Perímetro Irrigado de Mandacaru pode ser considerado um projeto maduro, senão pelos seus anos, pelas suas condições concretas. Um perímetro, intensivamente cultivado como ele, é programado para ter um tempo de vida útil de 50 anos (MINTER/GEIDA, 1971), e o **Mandacaru** está operando há quase 13 anos.

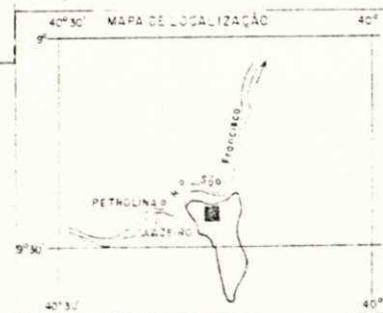
Apesar de se notar, ainda, a presença da CODEVASF no

FIG. 1 PROJETO MANDACARU
 CODEVASF 39 DIRETORIA REGIONAL



- | | | | |
|-----|-----------------------------|-----|----------------------------------|
| --- | LIMITE DE EXPROPRIAÇÃO | ○ | TOMADA DIRETA NO CANAL PRINCIPAL |
| --- | LIMITE TOPOGRAFIA DETALHADA | ⊙ | TOMADA DA EST. EXPERIMENTAL |
| --- | LIMITE DE LOTES | + | TOMADA NO CANAL SECUNDARIO |
| --- | TUBULAÇÃO DE PRESSAO | ▨ | AREA NÃO IRRIGADA |
| --- | CANAL PRINCIPAL | --- | ESTRADA DE ACESSO |
| --- | CANAL SECUNDARIO | --- | PONTE, BUEIRO E SIFÃO |
| --- | CANAL D DISTRIBUICAO | --- | CAIXA DE DISTRIBUICAO |
| --- | DHENO COLETOR | --- | SALTO |
| --- | DHENO SUP-COLETOR | ⊙ | NUCLEO HABITACIONAL |
| --- | DHENO PARCELA | | |

ESC. APROX. 1:20.000



(SEPLANTEC/CPE, 1982)

dia-a-dia do perímetro, a autogestão não parece ser uma fachada, mas um fato consumado. O pessoal da CODEVASF presente em Mandacaru não chega a dez pessoas. Nenhuma delas ocupa funções administrativas na Cooperativa. A maioria presta serviços à comunidade local e/ou aos colonos. Em parte, sua presença, demonstra ser ainda resquício do tradicional paternalismo estatal. Não se pode dizer, contudo, que não pareça um gesto vigilante. É mais ou menos este o quadro de funcionários da CODEVASF: um técnico em rádio-transmissão interperímetros e um agrônomo responsável por questões administrativas da Empresa nas áreas de Tourão, Maniçoba e Mandacaru. A serviço da Cooperativa, são mantidos um técnico agrícola, dois operadores de bomba, um responsável pela manutenção dos canais, uma professora e outros trabalhadores menos qualificados. Os serviços de fornecimento de água, entretanto, são cobrados e representam um importante item nos custos de produção do colono.

Com a preocupação de, pelo menos a nível de discurso, não transmitir uma atitude paternalista, a autogestão havia sido programada pelo PPI, como um terceiro e último estágio da política de assentamento. Inicialmente, haveria uma "fase de subordinação", uma segunda de "transição" e, finalmente, a "autogestão". Nesta última fase, "os particulares controlariam a maioria, ou todas as operações do projeto, tendo já reembolsado o governo do investimento feito" (MINTER/GEIDA, 1971:76).

Os colonos, portanto, estão organizados numa Cooperativa que eles mesmos administram, a Cooperativa Agrícola Mista do Perímetro Irrigado de Mandacaru — CAMPIM, criada em 1974. São quarenta e nove sócios ao todo — 48 colonos e a CODEVASF.

O Mandacaru é o menor perímetro da área. São 382 ha.

de área irrigada, com 48 colonos ocupando módulos médios de 7,4 ha., e mais 51 ha. instalados no seu centro, com uma estação experimental da Empresa ^{BRASILEIRA} de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, num total de 840 ha. de área bruta. A estação experimental foi implantada em 1964 pela SUDENE. Ao seu redor, o Perímetro Irrigado de Mandacaru instalou-se. Em 1971, ainda em fase de implantação, a SUDENE transferiu (junto com Bebedouro), a responsabilidade de condução dos trabalhos à SUVALE, isto é, originalmente estes dois projetos nasceram e deram seus primeiros passos com a SUDENE. A área do Bebedouro, por exemplo, foi desapropriada já em 1962 quando ainda não existia nem mesmo a SUVALE.

Com uma superfície agrícola útil de 433 ha., o Mandacaru ocupa um pouco mais de 1,5% de toda a área instalada pela CODEVASF na Região. Ainda assim, obtém o "melhor desempenho" entre os Perímetros de Juazeiro e Petrolina. No ano de 1984, por exemplo, "em números relativos, foi o que atingiu o melhor rendimento por hectare irrigado ocupado (cerca de Cr\$ 10,5 milhões) (CODEVASF, 1984:72). No mesmo período, estava em quarto lugar quanto ao valor de produção da área (responsável por 12% dela - V. TABELA 2). Sua dimensão está muito associada à sua origem. Embora não leve mais este epíteto junto ao nome, inicialmente o Mandacaru foi tratado como um "projeto piloto", ou seja, um irradiador de exemplos para outros Perímetros maiores. Foi imaginado, sobretudo, como uma iniciativa para a promoção do desenvolvimento de áreas irrigáveis em grumossolos no Vale do Submédio (BARROS, 1971:7). Esperava-se que as informações, geradas em Mandacaru, pudessem estimular o desenvolvimento desta área, formada, é bom frisar, em maior quantidade, no seu lado baiano, essencialmente por este tipo de solo. Juazeiro pos

sui "40.000 ha. de solos grumossólicos potencialmente irrigáveis" (CODEVASF, s.d:1). Trata-se de um tipo de solo de apreciável qualidade para a agricultura e muito rico em humos. Segundo estudiosos da EMBRAPA entrevistados em Mandacaru, estes são os solos de melhor produtividade da Região. Para eles, "não há possibilidade de salinização porque não há possibilidade de formação de lençol freático". A uniformidade da mancha impede possíveis diferenças entre os lotes quanto à qualidade da terra. Ainda assim, são solos de um pH elevado (7,8 a 8,0) e apresentam baixa fertilidade em microorganismos, fósforo e nitrogênio.

Em 1973, o Mandacaru começou a operar. Até 1978, funcionou com 36 colonos em lotes de 5, 10 e 15 ha. Sem a construção de novas casas pelo governo, a partir dessa data, progressivamente, foi aumentado o número de colonos assentados, através do fracionamento de alguns lotes. Segundo depoimento do primeiro gerente do Perímetro a dirigir a Cooperativa (foram três ao todo) a razão do fracionamento deve-se à constatação de um certo excesso de área em posse de alguns colonos. Verificou-se, disse ele, que os menores lotes estavam tendo um desempenho relativamente melhor. Observou, ainda, que a variação inicial dos módulos já visava à determinação de uma área ideal para o lote, quanto à capacidade operacional e empresarial do colono.

Na década de 70, ainda não havia asfalto para o Mandacaru. Hoje, dos quase 20 km que ligam o projeto a Juazeiro, 16 km são percorridos por asfalto, parte da estrada que liga este Município à cidade de Curaçá.

Do lado externo direito do portão principal, com cerca de 160 casas, está localizada a Vila Juca Viana que deve abrigar no mínimo 900 pessoas e cuja fundação está intimamente ligada ao Perímetro. Na Vila Juca Viana residem doze dos últimos colonos a ingressar, além de muitos trabalhadores do **Mandacaru** e seus parentes. É uma povoação com energia elétrica e água. Grande parte das casas é construída em alvenaria, destacando-se a existência de quase uma dezena de mercearias-botequins.

Em termos de infra-estrutura física, o **Mandacaru** está muito bem dotado. O sistema de captação utilizado é a irrigação por bombeamento da água do rio São Francisco. Para o sistema de irrigação, feito por sulcos, foram construídos 24 km de canais e 30 km de drenos. De vias internas, foram construídos 17 km de estrada carroçal. (V. FOTO 1). A maioria dos lotes possui suas vias de acesso para escoamento da produção e pequenos galpões destinados não só ao seu armazenamento, como de insumos e equipamentos (atualmente são mais utilizados como residências de trabalhadores permanentes). (V. FOTO 3)

O "Núcleo de Moradia e Serviços" dispõe de energia elétrica, abastecimento d'água, esgoto e de uma razoável arborização. Foram construídos três tipos de moradia, com fossas sépticas, caixa d'água elevada e banheiro externo, dimensionadas para abrigar em torno de 6 pessoas, num lote de 810 m² (18 x 45). Para os colonos foram construídas 36 casas. Grande parte delas recebeu muitos beneficiamentos e, hoje, algumas estão completamente modificadas (V. FOTO 4). Um dos três tipos de moradia mencionado foi destinado a "operários qualificados" da CODEVASF. Para isto, construíram-se 5 casas, atualmente utili

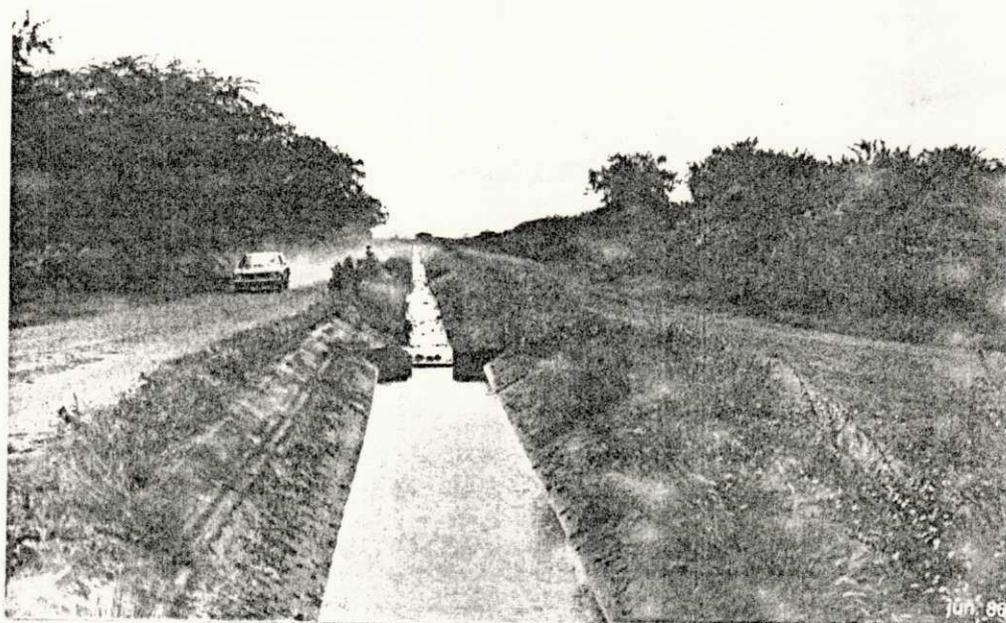


Foto 1. Canal principal e estradas de acesso.

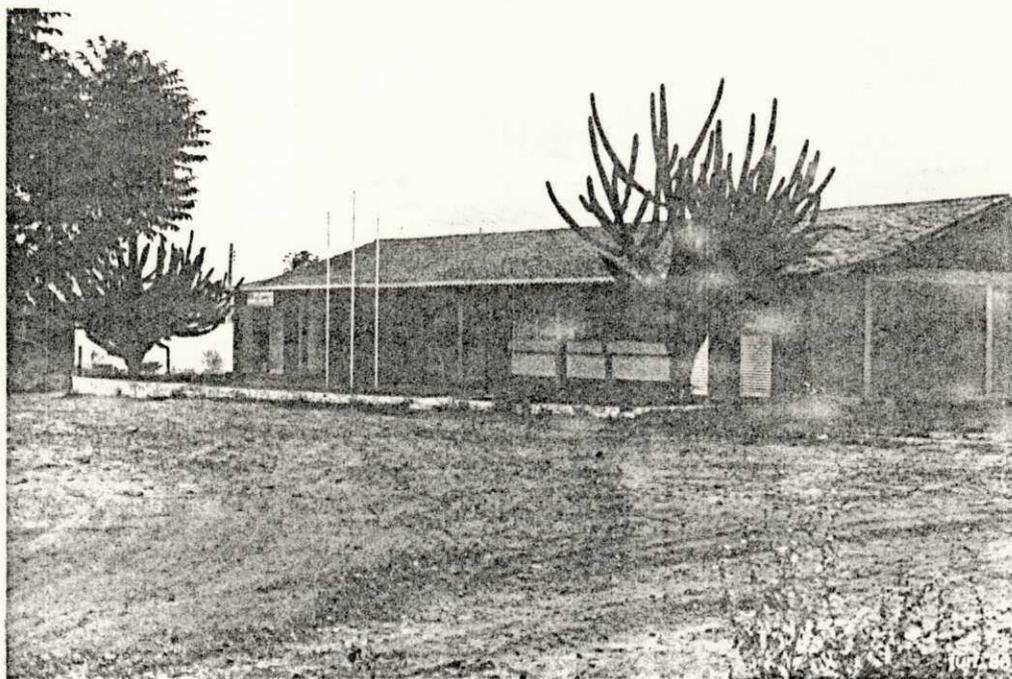


Foto 2. A cooperativa.



Foto 3. Residência de um trabalhador permanente.

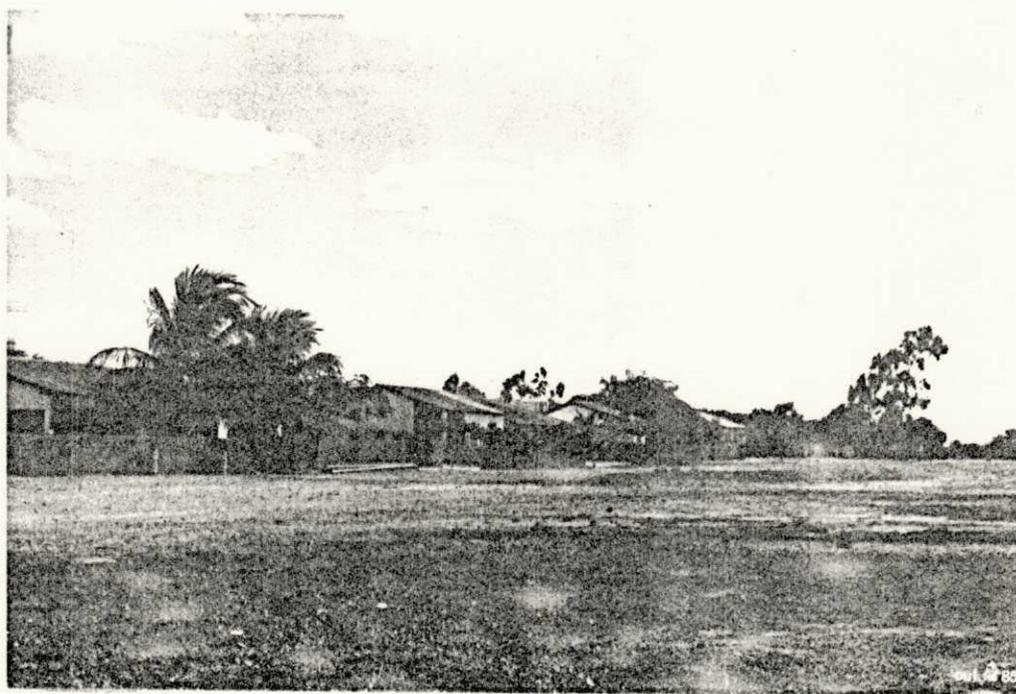


Foto 4. Residências dos colonos.

zadas, em parte, pela Cooperativa. Um posto médico-odontológico ocupa uma delas.

Já bastante modificada em relação ao projeto original, a escola assiste a mais de 350 alunos. Em sua grande maioria, jovens e crianças do Perímetro e vizinhanças, com uma faixa etária de 4 a 17 anos. Durante o dia, 11 professoras, remuneradas pela Secretaria da Educação do Estado, ensinam da 1ª a 8ª série do 1º grau. Além das professoras, a escola dispõe de 5 funcionários. Consta que são fornecidas, quase diariamente, refeições aos alunos. Segundo uma das professoras, não chega a 10% o índice de desistência.

Numa espécie de praça do "Núcleo de serviço e moradia" existe uma igreja. De costas para a praça, mas voltada para a entrada do Núcleo, está a sede da CAMPIM (V. FOTO 2). Além do setor de contabilidade da Cooperativa, das dependências da diretoria e de uma sala de espera, a sede abriga uma sala com o sistema de rádio da CODEVASF, um posto do Banco Econômico e um outro, no momento desativado, do Bando do Nordeste do Brasil — BNB.

A poucos metros do Núcleo, a Cooperativa dispõe de um grande depósito de almoxarifado, onde é armazenada, eventualmente, pequena parte da produção, mais utilizado, porém, para guardar insumos e instrumentos destinados à comercialização com os colonos (V. FOTO 5). Não muito distante, existe uma área utilizada, improvisadamente, para abrigar e consertar veículos, tratores, equipamentos, e para carregar alguns caminhões.

O posto médico-odontológico, equipado para atender a pequenos casos, funciona com uma enfermeira mantida pela Co

operativa. Nele, semanalmente, profissionais da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — FSESP, atendem às famílias dos colonos e trabalhadores do Mandacaru.

Os técnicos agrícolas e estagiários e a assistente social, que atendem aos colonos, dispõem de um imóvel para trabalhar, dividido com uma pequena cozinha e refeitório que servem aos funcionários da Cooperativa.

Com cerca de pau-a-pique foi construído, pelos colonos, um local para rodeios, bem próximo ao Núcleo. Faz parte da Cooperativa, também, a sede de um Centro Social, quase sempre utilizada para a realização de festas, além de uma quadra de esportes.

Para transportar seus funcionários, a Cooperativa dispõe de um ônibus que também serve às professoras do Mandacaru. Além daqueles técnicos mais qualificados referenciados anteriormente, a CAMPIM mantém técnicos em contabilidade e escrituração, tratoristas, mecânicos e outros com baixa qualificação.

A principal atividade do Mandacaru é a cultura do tomate industrial que absorve quase metade da produção (V. TABELA 3). A cebola e o melão respondem por quase toda a metade restante. Apesar de menor volume, a melancia, a uva e o feijão são culturas freqüentemente trabalhadas e com alguma tradição no Perímetro. Quase todos os colonos dispõem de uma área média de 0,6 ha. plantada com uva, por exemplo. O feijão, geralmente, é plantado nos intervalos de plantio, evidentemente como uma fonte suplementar de renda, mas também por seus efeitos nutricionais sobre o solo, uma vez que ele ajuda a nitrogená-lo.

TABELA 3 — Mandacaru: Volume e Valor da Produção. 1984

PRODUTOS	QUANTIDADE (t)	VALOR	
		Cr\$ Milhão	%
Cebola	4.298,0	1.280,2	32
Tomate	13.545,2	1.728,7	43
Melão	2.565,6	776,7	20
Outros	361,5	193,0	5
TOTAL	20.770,3	3.978,6	100

FONTE: CODEVASF

1.4 OS COLONOS

Conforme a Lei nº 6.662, de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, é irrigante "... a pessoa física ou jurídica que se dedique, em determinado projeto de irrigação, à exploração do lote agrícola, do qual seja proprietária, promitente compradora ou concessionária de uso" (apud AUED, 1980:127). A ele cabe, entre outros deveres, "explorar direta e integralmente, a área irrigável sob sua responsabilidade" (Idem:128).

Os colonos do **Mandacaru** são homens de origem humilde, todos nordestinos. Em sua grande maioria, pessoas que já tiravam da terra seu sustento, tendo poucos, no entanto, alguma experiência com agricultura irrigada.

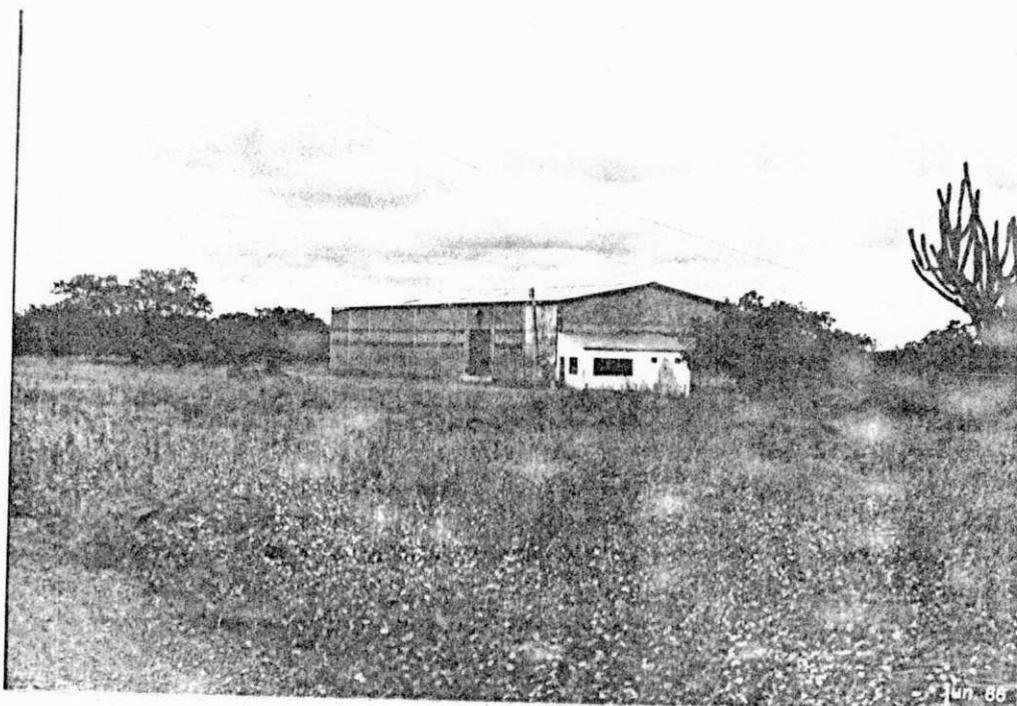


Foto 5. Almojarifado



Foto 6. Colonos sendo entrevistados.

O perfil geral do colono médio do Mandacaru poderia ser descrito como de um homem que pode se chamar "José de Oliveira" ou "João Batista da Silva", um pernambucano semi-alfabetizado (primário incompleto), que lê, assina e, às vezes, escreve. É casado, tem 42 anos, cinco filhos e quase 10 anos de Perímetro. É um sertanejo, que arriscou viver como colono de um projeto público, movido por uma esperança de dias melhores.

Os critérios de seleção dos irrigantes se esclarecem muito mais pelas características da população do que pelas normas oficiais de seleção. Estas dificilmente são cumpridas à risca. É isto o que acontece quando se observa o resultado de uma primeira enquete a 47 dos 48 colonos do Perímetro. Segundo o Estatuto da Terra, que regulamenta os critérios de seleção das normas de colonização dos órgãos oficiais, "terão prioridade os chefes de família numerosa cujos membros se proponham a exercer atividade agrícola na área a ser distribuída" (INCRA, 1964:20). Segundo o mesmo documento, a preferência para exploração das terras distribuídas pelo poder público é de quem, de alguma maneira, retirava delas o seu sustento (Idem).

Existe, entre os colonos, um solteiro, mas, em geral, as famílias são bem numerosas. Mais de 70% delas têm de 5 a 9 membros, e com um número médio de 7 pessoas. Entretanto, existem colonos com família bem mais numerosa, contando até com 15 membros (V. TABELA 4). Considerou-se membro da família a pessoa que reside de alguma maneira com o colono, inclusive este. Estima-se que esta população deva ser formada por mais de 300 pessoas.

TABELA 4 — Membros das Famílias dos Colonos

CLASSES	FAMÍLIAS	
	Quantidade	%
1 — 5	7	14,6
5 — 10	34	70,8
10 — 15	5	10,4
Sem resposta	2	4,2
TOTAL	48	100

Salta aos olhos um fato: 65% dos colonos são pernambucanos: 11 de Petrolândia, 7 de Petrolina, 6 de Santa Maria da Boa Vista, 4 de Floresta, e o restante, de outros Municípios pernambucanos do Vale do São Francisco, próximos da área Juazeiro-Petrolina (V. TABELA 5). No grupo de colonos que formam a primeira leva (1973 a 1975), esta proporção chega a 75%. Como na época da seleção já eram conhecidos os planos de construção da Barragem de Itaparica, é possível, como disse um técnico da CODEVASF, que isto tenha influenciado a escolha dos indivíduos. É estranho, contudo, que estando Sobradinho no Município de Juazeiro e sendo anterior a Itaparica, mais exatamente, contemporânea de Mandacaru, não tenha tido nenhum peso na escolha dos colonos. É enorme o número de desalojados na Região onde se formou o "grande lago" (WILLIAMS FUENTES, 1985:29). De Juazeiro, existem apenas 2 indivíduos, um deles, antigo habitante da área onde hoje está instalado o Perímetro. Existem,

hoje, 3 colonos oriundos de Municípios atingidos por Sobradinho mas somente um foi desalojado pela Barragem (V. TABELA 5).

TABELA 5 — Local de Origem dos Colonos

MUNICÍPIOS E ESTADOS	COLONOS	
	Quantidade	%
Santa Maria da Boa Vista (PE)	6	12,5
Petrolândia (PE)	11	22,9
Petrolina (PE)	7	14,5
Floresta (PE)	4	8,3
Remanso (BA)	2	4,2
Rodelas (BA)	2	4,2
Juazeiro (BA)	2	4,2
Casa Nova (BA)	2	4,2
Curaçã (BA)	2	4,2
Caicó (RN)	2	4,2
Outros	8	16,6
TOTAL	48	100

Provavelmente, teve grande peso no processo de arregimentação, a proximidade de estruturas de projetos públicos nos Municípios de origem. Não deve ser por mera coincidência que os Municípios mais "contemplados" estejam mais próximos das experiências mais antigas com irrigação pública na Região: Petrolândia, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista (este último Muni

cípio é vizinho de Petrolina, próximo a Bebedouro). Há pouco tempo, existia em Petrolândia um Perímetro de colonização, desativado em função da Barragem de Itaparica, implantado pelo DNOCS, em 1940, e transferido para a 3ª Diretoria da CODEVASF, responsável pela área prioritária Juazeiro/Petrolina. Certamente, deve ter tido algum tipo de influência a proximidade da ação dos Perímetros de Bebedouro e Petrolândia, pela facilidade de fazer-se a inscrição, de contactar-se o colono e de esclarecê-lo quanto aos compromissos que devem ser assumidos por um irrigante em um projeto público de irrigação.

Quando interrogados sobre as condições em que souberam da convocação de Mandacaru, os depoimentos dos colonos, apesar da variedade, permitem visualizar dois momentos diferentes na arregimentação de colonos para lá. Num primeiro momento, percebe-se, de algum modo, a convocação pública. Os mais antigos foram contactados, quando não exclusivamente, através de comunicados pelo rádio, através de delegações de funcionários da SUVALE, constituídas com esta finalidade. Alguns colonos foram informados e incentivados por técnicos da SUVALE, por amigos e parentes ligados a Bebedouro ou Petrolândia. Num segundo momento, nota-se que a convocação realizou-se, predominantemente, de modo pessoal. Alguns são ex-trabalhadores do Perímetro, mas a maioria tem relações de parentesco com os mais velhos. Veja-se: 22 colonos têm pelo menos um parente em Mandacaru, quase metade deles, portanto (V. TABELA 6). Dos 48, 37 têm parente colono em, pelo menos, um Perímetro. Alguns deles com mais de um parente, em Perímetros diferentes ou no mesmo Perímetro.

TABELA 6 — Quantidade de Colonos com Parentes Colonos

ÍTENS	COLONOS	
	Quantidade	%
Com parente em Mandacaru	22	45,8
Com parente em outro Perímetro	15	31,3
Sem parente	11	22,9
TOTAL	48	100

Quando não respondia que tinha decidido ser colono por algum tipo de incentivo, recebido de um parente ou amigo (caso mais comum aos mais novos), o colono, sempre que questionado sobre seus motivos, costumou dar praticamente um só tipo de resposta, que a grosso modo pode ser sintetizada desta forma: a dificuldade de convivência com a seca faz da possibilidade de trabalhar e ter uma área de agricultura irrigada uma alternativa de melhoria de suas condições de vida. Aqueles que tinham algum tipo de experiência com a "lavoura irrigada", seja como trabalhador, seja como meeiro, seja até como observador próximo, demonstraram, desse modo, este tipo de determinação: "conhecia os resultados que dava", disse um colono, ex-trabalhador do Perímetro.

O que faziam estes homens antes de virem para o Mandacaru? Quais eram exatamente suas atividades? Entre os colonos, encontra-se quem tenha sido pedreiro, operário, peão em obras de saneamento, trabalhador braçal da SUDENE e vaqueiro.

A esmagadora maioria, porém, para não dizer todos, é formada de pessoas que já lidavam com a terra, mesmo os citados anteriormente, pois eram ex-agricultores retirantes. Predominantemente trabalhavam com agricultura de sequeiro. Somente 5 dos colonos afirmaram ter tido, antes, algum tipo de experiência com culturas irrigadas.

Metade dos colonos declarou que se locomoveram por conta própria até Mandacaru; 16 deles, contudo, responderam que foram custeados pela CODEVASF (SUVALE, na época de alguns). Os mais antigos, quando falam dos primeiros meses em Mandacaru, referem-se a um período de muitas dificuldades, atribuídas por muitos à falta de experiência (o que acarretou problemas no cultivo e comercialização das primeiras safras) e à inconclusão de algumas obras de implantação. Há quem diga que foram bons os primeiros meses. Entretanto, este tipo de resposta é mais comum ouvir-se dos colonos mais novos. Mesmo assim ouvem-se relatos de muitas dificuldades como moradia, irregularidades no terreno, falta de condições financeiras para iniciar e tocar a produção, entre outras.

Um documento apócrifo com timbre da CODEVASF, pelo teor dos depoimentos que encerra, merece ser citado. Gentilmente cedido por funcionário dessa empresa, trata-se de resultados de uma pesquisa feita no interior da própria empresa, com colonos, mas não publicada.

Quando eu aqui cheguei para ser colono, o meu único patrimônio era a mulher e os filhos. Recebi um lote de 15 hectares que tinha um sério problema de irregularidade no solo, o que resultava na escassez da água em alguns trechos do terreno. Sofri nos primeiros meses, até que a CODEVASF solucionasse o problema. Mas não desisti e hoje considero-me um homem rico. Tenho 48 anos, dez fi

lhos, todos estudando em bons colégios e muita força pra gastar na terra. A minha mulher não quer nem ouvir falar em sair daqui. (CODEVASF, Projeto Mandacaru — Uma Experiência Vitoriosa no Vale do São Francisco).

Dos 36 colonos iniciais, pelo menos 21 vivem em Mandacaru. Observando-os quanto ao total, nota-se que um pouco mais da metade dos atuais 48 vive como colonos há mais de 10 anos (V. TABELA 7). A partir de 1978, começou-se a aumentar o efetivo. Entretanto, somente nos anos 80 a 83 há uma real incorporação de novos. Do quadro atual, 13 colonos ingressaram neste período, e 16, após 1980. Dito em outros termos, 35% dos colonos do Mandacaru têm menos de seis anos como irrigante.

TABELA 7 — Ano de Ingresso dos Colonos 73/85.

CLASSES	COLONOS	
	Quantidade	%
73 — 76	24	51,1
76 — 78	3	6,4
78 — 80	4	8,5
80 — 83	13	27,6
83 — 85	3	6,4
TOTAL	47	100

O mais novo dos colonos tem 25 anos. O mais velho tem 66. Como metade deles vive há mais de 10 anos em Mandacaru, não pode ser considerada alta a média de idade do grupo — 42

anos. Quase dois terços deles têm idade entre 30 e 50 anos. Apenas 2 colonos têm idade superior a 60 anos (V. TABELA 8).

TABELA 8 — Idade dos Colonos

CLASSES	COLONOS	
	Quantidade	%
20 — 30	6	12,8
30 — 40	13	27,7
40 — 50	17	36,2
50 — 60	9	19,1
60 — 70	2	4,2
TOTAL	47	100

São homens de hábitos modestos, mas com um grau de instrução um pouco melhor que o quase completo analfabetismo do pequeno produtor nordestino, sendo, provavelmente, um aspecto que pesou na seleção. Mais de 85% dos colonos freqüentaram o curso primário; 40,4% têm o primário completo, e um deles tem o curso secundário. Ainda assim, 12,9% deles não têm estudos (V. TABELA 9). Encontra-se quem não saiba escrever nem ler, mas todos assinam o nome.

TABELA 9 — Grau de Instrução dos Colonos

ESCOLARIDADE	COLONOS	
	Quantidade	%
Sem estudo	6	12,9
Mobral	1	2,1
Primário incompleto	19	40,4
Primário completo	19	40,4
Supletivo incompleto	1	2,1
Secundário	1	2,1
TOTAL	47	100

O perfil dos irrigantes permite supor que a seleção realizada com este grupo de agricultores nordestinos tenha privilegiado, pelo menos em alguns momentos, certos elementos culturais, que em parte os distinguem da maioria dos pequenos produtores da região. São, aliás, imigrantes de outros municípios nordestinos. Dificilmente teriam sido mobilizados para resolverem dificuldades que poderiam ser facilmente resolvidas na "área prioritária". É de se supor que tenham sido escolhidos segundo certas qualidades desejadas para o desempenho da função, talvez mais raras em Juazeiro, município sem muita tradição com agricultura irrigada. O principal motivo desta suposição, entretanto, recai exatamente sobre o grau de instrução encontrado entre eles. Apesar de ainda muito precário, esta é uma característica que os faz sobressaírem-se da maioria.

Antes de dar início à análise de suas relações de pro

dução, os dois próximos capítulos procuram situar o tipo de con
tribuição que se pretende trazer ao estudo da estrutura de class
es no campo, e como se pretende tratá-lo teoricamente.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É grande a diversidade das interpretações sobre a estrutura agrária brasileira. Impossível, nos limites deste trabalho, dar conta de tantas nuances. São inúmeros os ângulos e temas privilegiados. Discutir este pensamento é, no mínimo, muito delicado. Corre-se o risco de simplificar demais um universo tão rico de opiniões. Ainda assim, vale tentar distinguir certas atitudes que têm marcado a análise da estrutura social brasileira no campo, algumas linhas de sua evolução e certas características de suas manifestações sobre o estudo das relações de produção nos projetos públicos, mesmo que rapidamente. Isso deve fornecer uma noção do tipo de contribuição que se pretende dar ao debate em torno das relações de produção no campo, através do estudo das condições sociais engendradas em **Man**dacaru.

Difícil determinar-se a paternidade de algumas orientações seguidas por muitos estudiosos e como elas são absorvidas e tornadas de uso corrente. Sobre um largo consenso, entre tanto, a Caio Prado Júnior (1978) é atribuída a introdução de certos princípios que em muito modificaram o modo de encarar a questão agrária no Brasil e sua formação econômica. Com ele muito "... se avançou no caminho do conhecimento do arcabouço econômico-social", (GORENDER, 1978:17). Antes dele, os estudos sobre o assunto estiveram marcados por uma dificuldade muito grande em perceber os mecanismos de articulação dos setores mais tradicionais da economia agrária com os mecanismos de desenvolvimento do capital industrial no Brasil. Recorria-se aos mais variados argumentos para justificar a permanência e crescimento de formas,

que se julgavam anacrônicas ao desenvolvimento do capitalismo.

Após os ensaios de Caio Prado, é possível notar um gradual desaparecimento de teses que se referem a "entraves que a agricultura teria imposto ao desenvolvimento do País" (CASTRO, 1977:82). Mais que isto, é seu o grande mérito de haver introduzido o debate sobre as relações de produção no campo brasileiro como parte do processo de acumulação capitalista.

Trata-se, sem dúvida, de uma guinada decisiva. As leituras da realidade rural brasileira, que lhe sucedem, são extremamente marcadas por esta preocupação. Com isso, muito se tem desvendado sobre as lógicas próprias de articulação criadas pelo capital no Brasil. Para pensar a questão nordestina, principalmente, é da maior importância não se ter como anacrônicas as formas sociais de produção não capitalista. Elas são atuais e se reproduzem neste modo de produção (VERGOPOULOS, 1977). Evidentemente, se elas não cumprissem uma função útil ao capital, dificilmente permaneceriam em sua convivência e, muito menos, se ampliariam.

Identificam-se alguns aspectos no pensamento herdado em Caio Prado, que em muito têm impedido uma percepção mais nítida das relações sociais no campo. No afã de integrá-las na órbita das leis do capitalismo, reduziu-se ao assalariamento, ou a uma "forma disfarçada de", as mais distintas situações vividas pelos que dependem de seu trabalho no campo. De certa forma, padronizou-se a estrutura de classes da agricultura brasileira, extremamente complexa e variada.

Ironicamente, o esforço em contemporanizar a diversidade de relações sociais da agricultura brasileira muito con

tribuiu para eliminar esta mesma diversidade. O que em Marx é um pressuposto teórico, a existência de duas únicas classes, to ma, neste modelo adotado por nossos estudiosos, um *status* de fenômeno acabado. Reduz-se a uma mesma medida de proletariza ção o parceiro e o trabalhador despossuído totalmente dos meios de produção.

Convém ilustrar, ainda que brevemente: SILVA (1976 e 1977) e LOUREIRO (1977) são bons exemplos. Suas análises são claras manifestações do modo como se desdobram as idéias do "assalariado disfarçado". Inegavelmente seus trabalhos têm em prestado importantes contribuições. A maneira com que tratam as relações de produção no campo representa uma consciência da reprodução de formas de trabalho não idênticas ao trabalho pro letário clássico. No primeiro, notam-se certos malabarismos a que recorre para elucidar as relações de produção, e as limita ções desta tradição legada por Caio Prado, ainda que "perfeitamente" articuladas com o capital.

O movimento crescente de proletarização que acompanha o desenvolvimento do capitalismo, mesmo não assalariando toda força de trabalho, põe a seu serviço formas de trabalho que não são típicas do padrão instituído pela grande indústria. Po rém, dar formas proletárias às relações não capitalistas não aju da a explicitar o conteúdo de suas múltiplas manifestações. SILVA recorre ao artifício de distinguir algumas formas de trabalho assalariado do trabalho proletário (SILVA, 1976:26), como se as primeiras não fossem proletárias, quando são, exatamente, o máximo da proletarização: via de regra, a total separação do trabalhador de seus meios de produção. Tratar as relações não especificamente assalariadas como proletárias não parece uma

solução diferente da encontrada pelas análises sustentadas no "assalariamento disfarçado". Assim, o autor continua pecando pela mesma falta, permanece pintando todas as ovelhas com uma só cor.

LOUREIRO, em essência, não produz um resultado muito diferente. Sua versão articula a parceria, "reproduzida pelo movimento de acumulação..." (1977:128), cumprindo papéis que, se já não fosse pela contraditoriedade de seus termos, seriam um exagero pela quantidade de suas definições. Seus parceiros não são parceiros, ou melhor, são parceiros pela metade. Veja-se, sazonalmente, "os mesmos indivíduos são, em determinada etapa do processo produtivo, proprietários da terra e parceiros e, em outra, empresários, capitalistas, proprietários territoriais e assalariados" (LOUREIRO, 1976:129).

Parece não haver lugar, na sacramentada tendência à proletarização, nem mesmo para camadas sociais médias. LOUREIRO, apesar de descartar (aparentemente) o assalariamento disfarçado da parceria (1977:23), não consegue se desvencilhar dele. Sua formulação não reserva à parceria um lugar especificamente distinto. Transita entre o papel do capitalista e do trabalhador assalariado.

É bom que se diga: não há qualquer originalidade em identificar estas limitações nas idéias matizadas pelo conceito do "assalariamento disfarçado". Alguns autores, como Bernardo Sorj, vêm denunciando a "homogeneização total do mundo rural sob a égide do modo de produção capitalista", "a extrema simplificação na análise da estrutura de classes na agricultura" (SORJ, 1980:9). Outros, como Manuel Correia, se expressam

de forma idêntica a este respeito:

... a expansão do modo de produção capitalista, no campo, nem sempre se manifesta através da proletarização do trabalhador rural, mas, muitas vezes, através de outros aspectos. Isso se admitirmos o termo proletarização como simples transformação do trabalhador rural em assalariado puro. Assunto que merece análise mais aprofundada, levando-se em conta os princípios defendidos por ensaístas como Caio Prado Júnior, que considera a nossa parceria apenas uma forma disfarçada de assalariamento. (ANDRADE, 1982:77).

Este, contudo, está longe de ser um assunto encerrado. É ainda muito recente seu debate. Há muito para se avançar "em termos de uma caracterização mais concreta dos interesses e contradições que emergem da atual estrutura de classes na agricultura". (SORJ, 1980:9).

As relações de produção e a estrutura de classe, no Mandacaru, parecem um rico exemplo de que a pequena produção nem sempre se assalaria disfarçadamente, ao mesmo tempo que, sem disfarces, confirma a tendência à proletarização. Com isto, este trabalho situa-se entre as tentativas de eliminar algumas reduções muito simplistas das relações sociais no campo. Procura-se, pois, mostrar o capitalismo simultaneamente em seu processo de proletarização, estabelecendo outros espaços para o capital, inclusive para o pequeno empresário, como parece ser o caso.

O estudo das relações de produção, vividas nos Perímetros irrigados, está muito marcado pelas idéias homogeneizadoras do espaço rural. Infelizmente aqueles trabalhos que escapam deste tipo de conceituação não lhes têm dedicado exclusiva atenção, e, o que é pior, não são muitos os trabalhos de que se tem notícia, dedicados especificamente ao tema. Ainda assim, são, sem dúvida, importantes contribuições à sua elucidação.

Maria'stela Bezerra Bernardo (1978) defendeu uma tese sobre as relações de produção em um perímetro irrigado do DNOCS, no Ceará, que tem objetivos muito semelhantes aos objetivos aqui perseguidos. Sua dificuldade de caracterização da realidade, acredita-se, não decorre, entretanto, simplesmente dos modelos analíticos herdados; decorre, em parte, da ainda embrionária estruturação do Perímetro por ela estudado. Foram entrevistados 13 colonos, que tinham, como o perímetro, um pouco mais de um ano de vida nestas condições. A transitoriedade de suas situações certamente colaborou para que, de algum modo, a permanência de alguns elementos próprios da agricultura tradicional impedisse uma visualização mais clara das novas condições vividas pelos colonos. Era ainda um "momento de adaptação", como se refere a autora (BERNARDO, 1978:3).

Este, aliás, é um detalhe muito importante, a ser sempre considerado no estudo dos Perímetros. Ao tornar-se colono, o trabalhador rural recebe o impacto de uma transformação. A questão não está somente no longo prazo de retorno dos investimentos envolvidos. Ela envolve a criação de uma camada social, de um novo agente para o capital que, se efetivado, deve ter papéis qualitativamente distintos dos papéis assumidos nas relações com a agricultura tradicional. Portanto, ser colono de um projeto público é antes de tudo submeter-se a uma forte mudança de costumes sedimentados durante gerações.

É inegável que são novas as relações de produção vividas pelos colonos nos Perímetros. São situações bem diferentes das experiências anteriores. Isto, BERNARDO intuiu assim: "... em nosso entender, a racionalidade da exploração, do ponto de vista de uma economia camponesa, é incompatível com a ra

cionalidade que está implícita na montagem da infra-estrutura, que é a maximização dos lucros" (BERNARDO, 1978:55). Por tudo isto, é de se esperar que, se mudanças vierem a ocorrer, certamente não virão em curto espaço de tempo.

BERNARDO apresenta uma caracterização confusa, presa às tradições. A caracterização do colono de Curu-Paraipaba não fica evidenciada. Parece um parceiro, mas não é parceiro (que para ela é, efetivamente, um vendedor de sua força de trabalho) porque detém menos autonomia que este: "É um intermediário da extração de mais valia" (1978:59). É mão-de-obra, é parte de um "processo de proletarização camponesa" (1978:92; é uma falsa economia camponesa; e, finalmente, a renda da terra gerada pela exploração intensiva do trabalho "acaba cumprindo o papel de salário" (1978:82), apesar de ambíguas e "fluidas" suas relações de produção.

Com certa evidência, as caracterizações de Maria'stela Bernardo esbarram nos mesmos limites identificados anteriormente. Por isso não lhe é permitido ter uma clareza maior quanto a um possível movimento de gestação de uma camada de pequenos produtores, nem camponesa, nem assalariada e nem empreiteira.

Para BERNARDO, está eliminada a possibilidade de constituição de uma pequena produção capitalizada, o que o presente estudo, a título restrito, pretende negar: "Fica totalmente descartada a idéia de um pequeno produtor dispendo de seu lote segundo decisões técnicas que lhe dê horizontes de capitalização" (1978:56). Para ela, então, a mobilização de mão-de-obra exigida pelo funcionamento da aparelhagem de irrigação vai impedir a autonomia dos colonos e dissolvê-los. É possível, conclui,

que os colonos venham a ser reabsorvidos como mão-de-obra assalariada. Embora considere a existência de uma condição potencial, para a autonomia do colono — com a posse efetiva do lote e da cooperativa — sem a tutela do Estado, não acredita nesta alternativa:

Há, porém, que considerar as condições objetivas do desenvolvimento capitalista no Brasil que fornecem as seguintes evidências: não há antecedentes de sucesso de cooperativa de pequenos produtores no Nordeste; não há nenhum sinal de que o rígido controle do mercado local pelo sistema de atravessadores vá ser relaxado espontaneamente; não se verifica, na agroindústria do Sul, disposição para disputar o grande mercado urbano ou de exportação com cooperativas de pequenos produtores nordestinos. (BERNARDO, 1978:49).

Duas teses defendidas na Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, fornecem importantes subsídios ao debate das relações de produção nos Perímetros. Idaletto Malvezzi Aued (1980) estuda a inserção dos Perímetros no "movimento geral de acumulação capitalista no Brasil". Baseia-se, principalmente, na experiência de quatro perímetros: Sumé, Condado e São Gonçalo, na Paraíba, e Morada Nova, no Ceará. Sinedei de Moura Pereira (1983) estuda a intervenção do Estado, "sob a forma do programa de irrigação", no Projeto Baixo Açu (Rio Grande do Norte).

Não é exatamente o estudo das relações de produção o tema dos dois trabalhos, como se vê. Contudo, dificilmente os autores, pela própria natureza de seus objetivos, deixariam de fazer uma caracterização das relações de produção em suas análises. O resultado não é outro. Cada um a seu modo, chega às mesmas caracterizações apontadas em outros trabalhos.

Para AUED (1980), os Perímetros Irrigados representam a intenção estatal de produzir transformações no setor agrí

cola, que amenizassem conflitos sociais e fizessem reverter o quadro de crise do setor urbano fabril (Idem, 57). Desse modo, os perímetros são encarados como "novos mecanismos de acumulação capitalista" (Idem, 67), afinados com a agricultura moderna, e que permitem ao capital seguir sua trajetória.

Segundo ainda o mesmo AUED (1980), movido por esta necessidade de ampliar o capital, o Estado é levado a investir em setores onde seu retorno não é imediato. Como é, naturalmente, o caso dos perímetros, pelo que centraliza a mais valia dispersa, cria novos capitais e, ao mesmo tempo, repassa "recursos sociais" a "capitalistas individuais", além de permitir o desenvolvimento da agroindústria no Nordeste.

O mesmo autor, em relação às condições de ocupação de um lote num Perímetro Irrigado, percebe que o colono "recebe uma propriedade com toda infra-estrutura produtiva, canais de comercialização, crédito agrícola e assistência técnica, com relativa facilidade" (Idem, 104). Nota, também, que o colono adquire um novo *status* social, e um "papel destacado na sociedade", com os "resultados positivos alcançados" (Idem, 3). E, como decorrência, verifica que isto efetivamente, vem se traduzindo em melhores condições de vida, rendas elevadas, sofisticados padrões de consumo e produtividades médias superiores às médias no Brasil. Chega a considerar até que as relações de troca dos colonos com a Cooperativa fazem as duas partes ganharem. Contudo, nada disto faz AUED pelo menos desconfiar que o colono possa ser beneficiado pela Política Nacional de Irrigação, possa ser um dos "capitalistas individuais", referidos.

Para o autor, a subordinação ao Estado coloca o irri

gante numa situação de "empregado disfarçado de proprietário" (Idem, 103) (grifo nosso). Segundo seu raciocínio, os colonos são condicionados a se considerarem proprietários, pela via da "utopia cooperativista" (Idem, 99). Esta nada mais é que um mecanismo de controle ideológico e econômico do governo sobre irrigantes, com a finalidade de expandir o capital. Com o que, conclui, os colonos fracassariam se administrassem empresarialmente seus lotes. Sem o Governo, as taxas de lucro não seriam suficientes para garantir a reprodução ampliada e o cumprimento dos contratos. E, principalmente, não existiria no capitalismo brasileiro o objetivo de levar a efeito a elevação das rendas de colonos irrigantes.

PEREIRA (1983) não vai mais além. Para ele a colonização oficial nos Perímetros Irrigados resultou num processo de "transferência de valor" para as agroindústrias. Isto porque as relações de produção não capitalistas que caracterizam o irrigante "implicam na superexploração do trabalho", [que] "aparece sob a forma de uma mercadoria vendida a um baixo valor" (Idem, 83).

Um "Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Projeto Morada Nova", no Ceará, chega a conclusões, pelo menos aparentemente, muito diferentes das demais. Sem se propor a conceituar as relações de produção dos colonos, muito utilmente seus autores arriscam-se a caracterizar algumas situações vividas pelos irrigantes nas atividades produtivas. Para isto compara-se o colono ao assalariado. Conclusão: "... embora não tenha a propriedade dos meios fundamentais de produção, tem a posse de alguns instrumentos de trabalho e exerce um controle ain

da que mínimo no processo produtivo" (ESPLAR, 1977:37). Compara-se, em seguida, ao arrendamento. Ele também não é um arrendatário. "O irrigante não tem controle ponderável do processo de produção, e não paga renda pelo uso da terra" (Idem, 37). Não é encontrada plena identificação também com a parceria. tem semelhanças, eles afirmam, mas "diferem-se fundamentalmente pelo fato de o irrigante não pagar renda proporcional à produção, vínculo este que caracteriza a relação de parceria" (Id., ibid). Finalmente, constata-se que é "ambíguo e difuso" o caráter das relações de produção entre o DNOCS e o irrigante. "... Se consubstancia numa natureza específica e singular de difícil identificação" (Idem, 38), "distinta de outras mais usuais" (Idem, 36). Enfim, só possível de ocorrer num perímetro irrigado público, pela ausência do interesse de lucro e de cobrança de renda pelo Estado.

A explicação dada para esta singular situação é a seguinte: mantendo-se proprietário da terra e de toda a infraestrutura do projeto, o Estado evita a "aquisição de direitos" pelos colonos e controla toda sua produção, fazendo deles simples "intermediários" entre ele (o Estado) e a massa de trabalhadores rurais assalariada no projeto. Em outras palavras, segundo ainda o ESPLAR, o colono é um empreiteiro de tarefas que demandam a contratação de muita mão-de-obra — 90,6% deles contratam trabalhadores —, sem com isto, positivamente, formar capital.

Parece que a dificuldade de caracterização dos colonos de um projeto público decorre, em grande parte, justamente das especificidades citadas. Fica a impressão de que é impossível

vel conceber-se, em plena vigência do modo de produção capitalista, instituições que os legitimem e favoreçam o surgimento de pequenos empresários rurais, que se mostrem afinados com os padrões mais recentes de desenvolvimento do capital industrial no Brasil.

Segundo o Escritório de Pesquisa, Planejamento e Assessoria em Desenvolvimento Rural — ESPLAR, os colonos de Morada Nova não se apropriam "totalmente" do excedente gerado (1977:39), situação caracterizada pela ausência de capitalização. Admite-se, entretanto, uma "apropriação diminuta" (Idem, 123) e a presença de um "excedente satisfatório" (Id., ibid), ainda que capitalizado extraperímetro, e "a aplicação do lucro em bens de consumo duráveis". (Id., ibid.), (grifo nosso). Consta-se, por exemplo, "uma qualidade de vida bem superior à encontrada fora do Perímetro" e a "melhoria qualitativa da alimentação" (Idem, 140). Fenômeno que faz os autores do trabalho identificarem nos colonos, uma "classe consumidora", pode-se dizer, contraditória com uma "classe produtora". O que é, pelo menos, um estranho raciocínio.

O projeto tem realizado de forma muito limitada um dos seus objetivos: a criação e fortalecimento de uma classe produtora que, através da dinâmica interna do próprio processo de produção, pudesse aumentar de maneira cumulativa a sua capacidade produtiva e conseqüente de geração de renda. O que verificamos de fato é a criação de uma classe consumidora que passa a adquirir produtos estranhos ao padrão de vida mantido até então. (ESPLAR, 1977: 159).

Certamente a intermediação do Estado no processo, com instrumentos que viabilizam a penetração capitalista no campo, tende a obscurecer certos conteúdos pragmáticos das relações de produção vividas pelos colonos de um projeto público. Um mo

do de produção excludente como o capitalista não parece que possa beneficiar um punhado de agricultores tradicionais, mesmo que isto comprovadamente lhe reforce a acumulação de riquezas.

É esta a impressão deixada, também, por um outro estudo. Desta vez sobre as repercussões sócio-econômicas do Perímetro Irrigado de Sumé.

As comparações com o trabalho da Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba — FIPLAN são muito úteis sobretudo pelas semelhanças com este.

O Perímetro de Sumé tem quase a mesma idade do Mandacaru. Nasceu como "projeto piloto". Na época do estudo (1978), possuía 44 colonos, organizados numa cooperativa, e que produzem tomates para processamento agroindustrial, basicamente. Ademais, o estudo da FIPLAN possui hipótese bem parecida com a deste trabalho (não deve ser por mera coincidência). Os dois trabalhos acreditam que a intervenção do Estado introduz novas relações de produção no campo.

Entretanto, chega-se a resultados um tanto distintos. Mesmo tratando os projetos como empreendimentos públicos voltados a implantar "novas relações de produção" (FIPLAN, 1978:10), geradoras de uma "categoria de pequenos empresários agrícolas" (Idem, 117), que são os colonos, reluta-se em acreditar, como os outros trabalhos, que haja reais condições de acumulação em torno do irrigante. Não se considera, por exemplo, que a exclusividade de usufruto da terra, da cooperativa e de toda a infra-estrutura que compõe o Perímetro, sem a contrapartida de

uma renda ao Estado, pode mesmo estar permitindo ao colono ser algo mais que um empresário-intermediário, como sugere o trabalho da FIPLAN.

Apesar de atuarem como "pequenos empresários", para este estudo, somente teoricamente, os colonos são "tomadores de decisões" (Idem, 117). "Ao irrigante, cabe uma participação passiva, de cumpridor de tarefas, cuja efficientização e agilização depende, em grande parte, de sua habilidade, em seguir as orientações, tratar bem a terra, lidar com seus trabalhadores, prevenir e remediar ocasionais problemas, entre outros". (Idem, 48). Para tanto, "a orientação institucional surge como um fator decisivo" (Id., ibid.).

O DNOCS funciona como detentor do controle dos meios de produção - terra e capital; os irrigantes participam tanto como elementos de intermediação entre o DNOCS e a mão-de-obra não familiar, admitida sazonalmente, quanto como força de trabalho, através da mão-de-obra familiar" (FIPLAN, 1978:46).

Infelizmente, SORJ (1980) não se dedicou com exclusividade ao estudo da estrutura de classes dos Perímetros. Talvez se ele viesse a estudar hoje (6 anos depois) a realidade de alguns colonos, tivesse uma apreciação diferente da viabilidade de capitalizarem-se e transcenderem a subordinação ao Estado. Ao considerar a consolidação de um setor de "pequenos produtores capitalizados" no campo, integrados ideológica e institucionalmente aos padrões mais recentes da expansão do capitalismo no Brasil, SORJ, também, quase não vê possibilidades dos irrigantes da CODEVASF virem a ter "certa autonomia e capacidade econômica" (Idem, 56). A propósito, são citados os colonos de Mandacaru, como exemplo de "empresários semi-integrados", vis

to que, segundo sua opinião, são "controlados pela agroindústria" (Idem, 50) e pelo Estado, que mediatiza e promove a integração de suas produções com o capital industrial. Interessante é notar a presença do projeto Mandacaru nos estudos de SORJ e ANDRADE (1982), como exemplo de suas idéias sobre os novos processos de acumulação no campo.

O presente estudo pretende contribuir para o debate em torno da natureza das relações sociais de produção* estabelecidas com o assentamento de irrigantes nos Perímetros Irrigados do Nordeste. São, entretanto, limitadas algumas generalizações, visto que se trata de estudo de um caso específico, um tanto raro entre as iniciativas públicas neste setor.

* NOTA: Um esclarecimento: neste trabalho, não se faz qualquer distinção entre **relações de produção** e **relações sociais de produção**, embora se reconheça a existência de autores que as distinguem. O mesmo acontece quando se fala em divisão do trabalho e divisão social do trabalho. A intercalação do termo social destina-se apenas a enfatizar esta característica, intrínseca a ambos os conceitos.

3 FUNDAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

3.1 PROCEDIMENTO ANALÍTICO

Parte-se da seguinte hipótese: o Estado, através do assentamento de colonos nos projetos públicos de irrigação, quando bem sucedido em suas metas, produz mudanças na estrutura de classes do campo. Cria, então, relações de assalariamento, garante o crescimento do grande capital agroindustrial, e, sobretudo, estabelece uma camada de pequenos empresários rurais: os colonos.

A ação do Estado com a política de projetos públicos de irrigação no Nordeste é pautada por uma deliberada intenção de modificar as atividades mais tradicionais do campo (PONTES, 1978). Não é demais esperar que o desenvolvimento das forças produtivas dos agricultores de Mandacaru os tenha levado a contraírem novas relações de produção.

Mandacaru se apresenta como um caso com particularidades muito interessantes. Como se verá adiante, é um caso bem sucedido, do ponto de vista dos objetivos traçados nos documentos oficiais. Porém é, possivelmente, uma exceção à regra, o que não tira, de maneira nenhuma, a importância de seu estudo. Ele não se presta a generalizações desta ordem. A decisão de estudar a experiência do assentamento em Mandacaru situa-se, muito mais, como uma tentativa de elucidar, por meio de uma de suas formas mais desenvolvidas, como devem, provavelmente, esboçar-se os processos de transformação da estrutura social no campo, idealizados com o assentamento de colonos nos projetos públicos de irrigação, quando suas metas são alcançadas. Ser

uma experiência em adiantado processo de consolidação é um presuposto da escolha do objeto de estudo.

Com o estudo das relações de produção contraídas pe los colonos de Mandacaru pretende-se dar uma contribuição para que as condições sociais e econômicas, estabelecidas no assen tamento de irrigantes nos perímetros irrigados, sejam melhor apreendidas. "Compreender a coisa significa conhecer-lhe a es trutura" (KOSIK, 1976:14). A apropriação teórica, por isto, não pode desligar-se da realidade histórica. Os homens, ao produzi rem seus meios de existência, estabelecem, ao mesmo tempo, relações de produção, que condicionam seu processo de vida social, polí tica e intelectual, sua própria reprodução enfim (MARX, 1974: 135-136). Deste modo, acredita-se que aquilo que os homens são deve manifestar-se, sobretudo, pelas condições materiais de sua produção (MARX & ENGELS, 1980:19).

Espera-se que o estudo do processo imediato de produ ção dos colonos de Mandacaru, resultante desta experiência de assentamento, possa elucidar suas condições de vida social e econômica e de algum modo, "as concepções mentais que delas de correm" (MARX, 1975:425, v.1). Somente assim, pensa-se, torna-se possível o conhecimento dos processos sociais e econômicos de sencadeados por este tipo de interferência estatal na economia.

As relações de produção precisam, portanto, ser ob servadas quanto às atividades práticas que lhes dão substrato; quanto à sua *praxis*, como se diz. Entretanto, estas atividades não se encontram, na realidade concreta, como a ciência preci sa delas para trabalhar (MARX, 1974:122). Os homens, ao produ zirem e reproduzirem seus meios de existência, fazem do mundo

concreto uma síntese de múltiplas determinações. (Id., *ibid.*). Para apreendê-lo, o conhecimento científico precisa, a partir dele, gerar abstrações que lhe permitam chegar às determinações mais simples e, deste modo, apropriar-se da totalidade de suas relações. (Id. *ibid.*).

Por questões expositivas, a análise, neste trabalho, se desenrola por uma segmentação da realidade, sempre guardando sua correspondência com as etapas e os elementos do processo de produção que envolve a figura do colono. Como o próprio conceito veicula em seu nome (sempre escrito no plural), as relações de produção são um conjunto de relações. Aqui elas são divididas em quatro, chamadas de relações de propriedade, relações de trabalho, relações de troca e de relações de apropriação. Uma quinta parte é dedicada à análise da intervenção do Estado com o assentamento em perímetros irrigados. A interpretação da interferência pública sobre os destinos da camada de agricultores em estudo procura identificar a superestrutura que o legitima.

A segmentação feita permite, portanto, que os elementos sociais subjacentes sejam analisados em cada parte do ciclo produtivo e segundo seus papéis institucionais.

O procedimento analítico adotado está subtendido de algumas noções sobre as características do processo de produção, que marcam todo o desenvolvimento deste trabalho. Independente da estrutura social, o processo de trabalho é sempre uma combinação de dois elementos: "a atividade adequada a um fim" (MARX, 1974), o próprio trabalho, e os meios de trabalho. No modo de produção capitalista, o processo de trabalho, além do

mais, convive com dois fenômenos que lhe dão certa particularidade. A produção generalizada de mercadorias faz do trabalhador um vendedor de sua força de trabalho ao capitalista, a quem a propriedade sobre os meios de produção permite apropriar-se do seu trabalho excedente. Portanto, além dos componentes de natureza geral como o trabalho vivo, propriamente dito, e dos fatores materiais do processo (os meios de produção), o processo de trabalho no modo de produção capitalista está condicionado por sua subordinação ao capital. A propriedade dos meios de produção assegura ao capitalista a apropriação da mais valia gerada, que vai garantir a reprodução ampliada e o desenvolvimento da acumulação de capital (MARX & ENGELS, 1980:61).

Começa-se a análise pelas relações de propriedade. Procura-se, assim, ter logo inicialmente uma idéia do modo como se estruturam os direitos adquiridos sobre as propriedades dos meios de produção utilizados em Mandacaru. A posição dos indivíduos quanto à propriedade das condições materiais de produção delimita suas condições sociais. Nesse sentido, seu estudo possibilita a definição dos papéis assumidos pelos elementos em ação. Nunca é demais lembrar que as relações de propriedade nada mais são que a expressão jurídica das relações de produção vigentes (MARX, 1974:136). Numa sociedade mercantil como a nossa, a propriedade privada sobre os meios de produção constitui a base em que está assentada a legitimidade de apropriação do trabalho excedente (MARX, 1975:265, Livro I). Ela, aliás, é mais que isto, é condição necessária para que exista o próprio processo de troca de mercadorias (Idem, 98). Para que exista a troca é necessário que dois indivíduos se confrontem enquanto possuidores de mercadorias. Com a venda da força

de trabalho, não é diferente. O abismo que se forma entre os dois pólos desta transação é resultado da propriedade dos meios de produção, que, por não tê-la, ao trabalhador obriga vender sua força de trabalho.

Identificada a posição do capital resta, imediatamente, identificar a posição do trabalho. Sob o título de **Relações de Trabalho**, procura-se apresentar como se organiza a produção em **Mandacaru** quanto às necessidades de mão-de-obra. Trata-se, portanto, de um capítulo dedicado a estudar o consumo produtivo da força de trabalho no interior do perímetro. Justifica-se a segmentação pela importância que tem o trabalho vivo. Durante a produção, além de transferir valores aos novos produtos, a força de trabalho comprada é a única mercadoria que permite ao capitalista obter um valor superior ao destinado para reproduzi-la. Em outras palavras, ela é a única mercadoria capaz de criar valor.

Somente o estudo da organização do processo de trabalho no **Mandacaru** permite esclarecer quais as condições internas de acumulação.

O consumo produtivo dos fatores materiais completa o ciclo do capital produtivo. Quando, em seguida, o ciclo do capital-mercadoria se efetua, as transformações do processo de produção estão prontas para reiniciarem-se sucessivamente. Chama-se, aqui, de **Relações de Troca**, o estudo destes dois mecanismos de metamorfose do capital. Não é uma denominação muito precisa, pois as relações de trabalho constituem-se numa relação de troca. Entretanto, para facilitar o detalhamento da análise do processo de produção, julgou-se necessário tal procedimento.

O primeiro pólo desta análise, aquele em que os objetos e os meios de trabalho adquiridos são consumidos produtivamente, revela sobretudo as características de desenvolvimento da força humana de trabalho. A qualidade da tecnologia deve dar uma indicação das condições sociais em que se realiza o trabalho. O segundo pólo, aquele em que o produto gerado é levado para o mercado, por sua vez, destina-se a expor em que tipo de articulação, com o desenvolvimento geral do capitalismo, a oferta dos gêneros obtidos em Mandacaru se insere. Com isto, a análise se inscreve no terreno onde estão dadas todas as condições de acumulação do trabalho excedente.

No entanto, para que se cumpra o principal objetivo do capital — a apropriação do produto excedente, as condições dadas não bastam. A propriedade é condição necessária, mas não suficiente, para a apropriação. A concorrência entre capitais determina, de algum modo, a quantidade de mais valia acumulada durante o crescimento dos capitais individuais. Leia-se MARX:

A parte não paga correspondente à redução do preço do trabalho pode não ser computada no preço da mercadoria. Pode ser presenteada ao comprador da mercadoria. Este é o primeiro passo a que leva a concorrência. (1975:633, Livro I).

Neste momento, a análise das relações de produção fixa-se sobre a apropriação e o destino do trabalho excedente do perímetro. As relações de apropriação procuram retratar como a combinação dos interesses econômicos dominantes pode permitir a sobrevivência do pequeno capital, garantindo reprodução ampliada a diversas frações.

Concluída a análise das relações de apropriação, começa o estudo do papel do Estado na consolidação e manutenção

do sistema empreendido pelos colonos. Impossível mantê-lo longe. Sua presença é visivelmente notada na execução do sistema, na operação de infra-estrutura básica, na prestação de assistência social, creditícia e gerencial, e até na conservação. A análise de todo o processo de assentamento realizado em Mandacaru, por isto, inevitavelmente deve evidenciar o caráter intervencionista do Estado sobre os destinos da economia. Deste modo, o Estado, além de clássica expressão dos antagonismos das classes sociais é aqui também um agente econômico e, evidentemente, um produto das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção da sociedade brasileira. O estudo de sua intervenção coloca o assunto em questão na órbita dos interesses sociais que legitimam a formação de uma camada de novos produtores capitalizados. Deste modo, procura-se ver a funcionalidade do modelo oficial de colonização nos projetos públicos para o desenvolvimento capitalista do País, encoberta nos tradicionais objetivos de fazer melhores as condições de vida, fazer crescer a produção e a produtividade das populações beneficiadas em seus programas.

3.2 COLETA E APURAÇÃO DOS DADOS

Para elaboração do trabalho, foi preciso recorrer a fontes de natureza primária e secundária. No primeiro caso, o principal instrumento utilizado foi o questionário aplicado aos colonos, complementado por entrevistas, previamente elaboradas em um roteiro; a técnicos da estação experimental da EMBRAPA instalada em Mandacaru; aos técnicos agrícolas da Cooperativa; à assistente social do Mandacaru; a uma responsável pela esco

la do perímetro; a técnicos da CODEVASF; a um diretor da CICA-NORTE, e ao presidente da Cooperativa, que é um colono. Estes instrumentos não excluíram as conversas informais com colonos, técnicos, autoridades ligadas ao setor e visitas a outros perímetros da área prioritária Juazeiro/Petrolina. A pesquisa, em fontes secundárias, por seu lado, é formada basicamente pela literatura especializada encontrada em teses acadêmicas, ensaios, estudos, artigos de revistas e jornais, publicações oficiais e documentos particulares e públicos.

Os primeiros estudos e levantamentos de dados datam de princípios de 1982. Nessa época, a administração da Cooperativa ainda estava sob a responsabilidade da CODEVASF. Durante dez dias, quase todos dedicados às atividades de campo, coletou-se vasto material em entrevistas livres. As dificuldades de financiamento, porém, determinaram a lentidão do decurso posterior. Visitas esparsas e dificuldades de aquisição de material marcaram o desenvolvimento da pesquisa até janeiro de 1986, quando determinadas condições favoreceram a possibilidade de aplicação dos questionários, entrevistas, contatos com técnicos da área e visitas aos outros perímetros instalados nas duas margens, atividades estas que estavam demandando tempo e volume de recursos mais concentrados.

Não houve necessidade de determinação de uma amostra. O pequeno número de colonos não justifica este procedimento, quando é possível entrevistar todo o universo.

Na aplicação dos questionários, contou-se com a valiosa contribuição de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia — EMATER-BA. Pela capacitação desses

técnicos, o desenvolvimento das entrevistas foi enormemente facilitado, sobretudo em virtude de suas experiências com o meio e o homem rural da Região.

Procurou-se, através dos questionários, levantar informações que pudessem esclarecer um grande leque de questões. Interessava observar, desde a história dos colonos e suas famílias ao grau de domínio sobre o processo de produção, passando também pela participação da Cooperativa, pelas condições de comercialização, até a estrutura patrimonial e cultural, além de opiniões sobre a organização social do perímetro e suas relações com outros elementos do processo produtivo. O resultado foi um questionário de 10 páginas, facilmente aplicável em duas horas.

Os dados colhidos, referentes aos resultados obtidos na produção, procuraram ater-se ao "exercício de 1985". Deste modo, facilita-se a comparação de dados, muitas vezes, tabulados anualmente.

O ano não foi muito bom. Por estranha ironia, um sério problema para os colonos pode ser a chuva em excesso. A distribuição das precipitações na Região é muito irregular, marcada, muitas vezes, por uma elevada cota de chuvas em curtíssimo espaço de tempo.

As fortes chuvas que caíram sobre todo o Nordeste este ano, atrasou o plantio e agora, coincidindo com a safra de São Paulo, a cebola não terá bom preço. Foi o ano mais fraco para todos nós; afirma tristemente Sr. Afonso, mas só pretendo sair daqui com a morte. (Depoimento de um colono - CODEVASF - documento apócrifo).

Contudo, isto não chega a comprometer o tipo de observação que se persegue. Indicadores de outros anos ajudam a eliminar estes contratemplos.

4 RELAÇÕES DE PROPRIEDADE

Em Mandacaru a propriedade da terra está nas mãos dos colonos. À União pertence quase toda infra-estrutura física restante do perímetro. Associando-se à Cooperativa, todavia, todo o patrimônio físico do Estado, necessário às atividades agrícolas dos colonos, deste é transferido para uso exclusivo da comunidade de irrigantes.

Desde fevereiro de 1986, o colono de Mandacaru possui o título de propriedade de seu lote. Durante a aplicação dos questionários isto ainda não havia ocorrido. Notava-se neles, evidentemente, uma certa apreensão a respeito do reconhecimento legal de seu direito à propriedade da terra. Só para ilustrar, na época de aplicação dos questionários, circulava no Mandacaru o comentário de que o Presidente da República, quando de sua viagem para inauguração do Projeto Tatauí I — março de 1986 — em Sobradinho, faria a entrega do título de propriedade aos colonos daquele perímetro. Não foi assim que aconteceu, mas aconteceu.

A escritura deve dar maiores garantias legais sobre o lote, mas não parece que trará grandes mudanças sobre a situação atual dos colonos. O teor de suas preocupações traduz uma certeza neste sentido. Esta é uma questão que a eles não parece incomodar mais, por exemplo, do que o crédito agrícola. Com certa freqüência, os projetos e os colonos aparecem como notícia de destaque sobre Juazeiro, no maior diário da Bahia — o Jornal "A TARDE". Nestas matérias, quando o assunto são os colonos, muito geralmente se fala de pleitos por melhores condições de crédito. Assim inicia-se uma delas:

A falta de crédito bancário continua sendo o maior problema enfrentado pelos colonos assentados nos perímetros irrigados da CODEVASF na Região. Alguns usuários dos perímetros estão explorando as culturas agrícolas em seus lotes, com recursos próprios, por falta da liberação de recursos dos bancos oficiais em tempo hábil. (09.05.86:10).

Em 10 de abril deste ano de 1986, notificava-se: os colonos de Maniçoba, "devido ao estado de inadimplência em que se encontram, de cujas causas se isentam", estavam cobrando do presidente do Banco do Brasil, uma atitude favorável sobre a liberação de seus pedidos de crédito (A TARDE, 10.04.86:14). Em janeiro, junto com outras Cooperativas e Associações de produtores rurais da Região, os colonos dos projetos da CODEVASF tentaram impedir a passagem sobre a ponte Presidente Dutra, como "protesto contra o aumento dos juros de financiamentos agrícolas para o Nordeste" (A TARDE, 10.01.86:13). O problema é antigo: em março de 84, registram-se denúncias de ameaças de abandono dos lotes, feitas por colonos, caso não houvesse liberação dos financiamentos de custeio (A TARDE, 22.05.84:8).

Numa matéria intitulada "Os colonos solicitam à CODEVASF melhores condições de vida", 450 colonos dos projetos Curaçá, Maniçoba e Mandacaru, ao discutirem suas situações, em reunião com o presidente da CODEVASF, colocaram como tônica (sic) de suas reivindicações, "a melhoria das condições de crédito agrícola" (A TARDE, 19.05.85). Nesta reunião, falou-se, sobretudo, de elevação do teto de financiamento e observância dos calendários pré-estabelecidos.

Em campo, não é diferente. Durante as entrevistas, freqüentemente foram mencionadas dificuldades com crédito agrícola. Os juros altos, a defasagem inflacionária entre a entrega do "Plano Agrícola" e a liberação dos recursos, a conseqüên

te necessidade de completar as despesas com meios mais onerosos, pela insuficiência da quantia liberada, são queixumes que predominam nos depoimentos dos colonos. Nota-se um certo descontentamento com os preços pelos quais são negociados seus produtos e com a carência de linha telefônica, porém em menor grau. Contudo, não se nota uma preocupação semelhante com a obtenção do título. Nem por isto deixa de ser visível a expressão de alegria no rosto dos colonos quando o assunto é o título da terra, recém-adquirido. Um deles insistiu em ir mostrar o título. Nenhum dos colonos, entretanto, havia, até fins de maio de 1986, concluído a amortização de seu lote. Estimava-se no perímetro que cerca de 20% dos colonos no final do ano já estariam quites quanto ao pagamento do módulo.

Realmente, a situação legal do colono não lhe permite pretender maiores liberdades na posse e uso de sua terra. Diante da Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, "o lote familiar" de um projeto público "constitui propriedade resolúvel e indivisível" (apud. AUED, 1980:124), o que, em termos jurídicos, significa uma propriedade condicionada, limitada em certos direitos elementares da propriedade privada em seu sentido pleno. Por isto, desde sua origem, ela é uma propriedade sujeita a ser revogada ou extinta, "independentemente da vontade do proprietário" conforme registra Aurélio Buarque de Holanda, em seu dicionário da língua portuguesa. Não é, em suma, uma propriedade com plenos direitos de posse, uso, gozo e disposição.

Diante da Lei, além das características inerentes à condição de proprietário de um lote em um projeto público, para o colono a propriedade da terra também pode estar coberta

por outra rede de condicionantes, decorrente do modelo de trans
ferência do módulo adotado. Os lotes podem "ser alienados ou
cedidos a irrigantes ou cooperativas, ou ainda, incorporados
ao capital social de empresas ou sociedades civis, que tenham
como objetivo a agricultura irrigada" (Ibid., loc. cit.). Sin
tetizando, são três as modalidades de transferência de lotes,
previstas em Lei: cessão de uso, alienação ou incorporação so
cietária.

Do modo como se organizou a ocupação de **Mandacaru**,
com o total afastamento da CODEVASF, concluindo a trans
ferência do lote e retirando-se da CAMPIM, não deverá prevalecer a
propriedade individual do lote, mas a propriedade de grupo; no
caso, subordinada aos interesses da Assembléia Geral dos co
lonos, reunidos na Cooperativa.

Em **Mandacaru**, a transferência do lote baseia-se na
cessão de uso por incorporação societária. Pelo artigo 1º da
Lei nº 5.764 de 1971, que define a Política Nacional de Coop
erativismo, o setor público, no "cumprimento de suas atribui
ções", pode estar "coordenado" com o setor privado, "desde que
seja reconhecido seu interesse público" (INCRA, 1982:1). Assim,
afinada com as diretrizes do Estado para a modernização das
atividades no campo, a propriedade da terra, antes de chegar
ao colono de **Mandacaru**, reveste-se, ainda, de outras limita
ções, resultantes dos compromissos assumidos pela associação
cooperativista.

A CAMPIM é uma sociedade cooperativa, portanto, uma
sociedade civil, com personalidade jurídica própria. Apesar de
só possuir 49 associados (com a CODEVASF), a sua área de ação,

para admissão de associados, abrange os Municípios de Juazeiro, Curaçá e outros, onde possa estar localizado um projeto de irrigação. Em seu Estatuto, reza o artigo 3º: "poderá ingressar na cooperativa... qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade agrícola... em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo... que possa livremente dispor de si e de seus bens" (CAMPIM, 1975:2).

No mesmo documento, no capítulo dedicado a regulamentar a participação "do capital" de cada um, chama a atenção especialmente um artigo: "O associado para ser produtor dentro do perímetro irrigado se obriga a subscrever no mínimo 25.000 quotas-partes, cujo valor não poderá ser inferior ao valor atualizado do lote que lhe for destinado" (CAMPIM, 1975:7). O pagamento, podendo ser feito no prazo de dez anos, corrigido pelo valor das antigas ORTN's (atuais OTN's) e deduzido sobre o valor da prestação de cada exercício.

Deste modo, "o lote destinado ao Associado estará vinculado às quotas-partes de valor correspondente..." (CAMPIM, 1975:7), não permitindo ao colono imunidade na posse e uso da terra, quanto às decisões do Conselho de Administração, por exemplo. Este, pois, tem poderes para indenizá-lo e expulsá-lo, principalmente em caso de "subutilização" repetida de seu lote.

Este mecanismo de transferência vem assegurando que a ocupação da terra agricultável esteja amarrada à responsabilidade de amortização desta parte do investimento público, já anteriormente à disposição da Cooperativa. Não deixa de ser também uma maneira de tornar o colono potencialmente "apto" a re

ceber a escritura. E é, sobretudo, uma engenhosa fórmula para garantir a continuidade da estrutura produtiva montada pelo Estado nos projetos públicos.

Estabelece-se, na Cooperativa, um tipo de associação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada, sem que, em decorrência direta desta transação, provenha qualquer renda aos cofres públicos. A propósito, conforme afirma esclarecedoramente um levantamento dos projetos públicos de irrigação na Bahia, feito pelo Governo do Estado em 1982, no Mandacaru, executa-se um modelo ocupacional previsto no Programa Nacional de Irrigação. Segundo este documento, o "agente promotor" é, neste caso, também um "cooperador". Fornecendo o capital através da "representação jurídica e instrumento econômico da comunidade", que é a cooperativa, o Estado deve concluir o processo, fazendo a transferência de suas ações, amortizadas sob a forma de cotas-partes subscritas proporcionalmente à área do lote. Deste modo, em Mandacaru, a Cooperativa "é permanentemente a dona da terra" (SEPLANTEC/CPE, 1982:10).

São muitos os indícios de proliferação do modelo de transferência do patrimônio público adotado no assentamento dos produtores de Mandacaru. Os Projetos de Reforma Agrária — PRAs muitas vezes são chamados de perímetros (Conferência do Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na Bahia), e estão fundamentalmente estruturados em "Núcleos de Desenvolvimento Agrícola". No "Nordestão" não é diferente. Nele busca-se trabalhar com comunidades. (Cf. CHALOULT, 1980).

O assentamento caracterizado na reforma agrária deve se concretizar "...através da organização dos trabalhadores ru

rais em **novas unidades** de trabalho e produção, com estrutura associativa e administrativa autônomas... cujas dimensões, formas possessórias e de gestão estarão condicionadas inclusive às decisões dos próprios beneficiários..." (MIRAD/INCRA, 1985:26).

Foram propostas as emancipações dos perímetros para o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República — PNRA (MIRAD/INCRA, 1985,31). A entrega do título de propriedade aos colonos de **Mandacaru** é um resultado desta intenção.

Recentemente, o Jornal "A TARDE" publicou matéria, noticiando que a CODEVASF vem promovendo reuniões com os colonos, para propor a "emancipação de todos os perímetros por ela coordenados em Juazeiro e Petrolina" (A TARDE, 26.03.86:11). Segundo a matéria, esta idéia tem agradado aos colonos, porque com isto eles se tornariam "os verdadeiros donos dos lotes em que trabalham", tendo direitos ao título de posse da terra em exploração (Ibid., loc. cit.). Para que se concretize a emancipação, contudo, diz a nota, "é necessário que os colonos estejam organizados numa associação, que servirá de elo entre os irrigantes e a CODEVASF" (Ibid., loc. cit.). Após o que, passaria a caber tão somente à CODEVASF o papel de prestar assistência técnica e administrar o fornecimento de água dos perímetros.

A "concessão de uso" sempre pareceu um instrumento cauteloso de transferência do patrimônio público. Muito utilizado pela CODEVASF. A "outorga da escritura definitiva" da propriedade, está prevista como o "último documento expedido ao colono". Momento em que lhe é reconhecida "a posse definitiva e real da área ocupada" (CODEVASF, 1983:15).

As "Normas de Colonização" da CODEVASF (1983) para a

ocupação das terras públicas fazem a relação legal do colono com a terra passar por certos degraus. Enquanto não é considerado definitivamente assentado, para garantir o uso da terra, o colono assina um "Contrato de Cessão de Terras". No ato do assentamento, recebe uma "Autorização de Ocupação", provisória (válida por 2 anos), considerada como o documento que estabelece as "relações preliminares entre o colono e a CODEVASF". Findas as "preliminares" (probatórias), assina-se o "Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda", programado para valer por 25 anos (prazo máximo para pagamento do lote).

Por alguma destas etapas, os colonos de Mandacaru já passaram. Sob severas normas de "rescisão de contrato", qualquer contrato pode ser rescindido, se, "sem justa causa", no período probatório não se confirmar capacidade para explorar o lote, e, se no uso da terra, houver qualquer modificação do "objetivo da concessão". Não é permitido ao colono "ceder, transferir, emprestar, arrendar, permutar, hipotecar ou alienar" o lote sem anuência da CODEVASF (1983:17); nem atrasar as amotizações em mais de seis meses, nem deixar de cultivar o lote por mais de três meses. Deve-se considerar expulso aquele que "não cumprir as obrigações que lhe forem atribuídas ou não observar as diretrizes definidas no projeto" (CODEVASF, 1983:18).

Um projeto é considerado pronto para emancipação quando estiverem acabadas todas as obras básicas e todas as parcelas estiverem ocupadas e cultivadas, com mais de dois terços delas, com "contratos particulares de promessa de compra e venda" de mais de 5 anos e "a constatação de que a comunidade esteja social e economicamente apta a se desenvolver, dispondo de uma organização interna que lhe assegure uma vida adminis

trativamente própria" (CODEVASF, 1983:20). Torna-se impeditiva à emancipação, a inconclusão da transferência das atividades das áreas de educação e saúde, e assistência à produção, para a alçada de órgãos estaduais e/ou municipais.

Os colonos de Mandacaru se autogestionam há quase três anos e são os primeiros irrigantes da CODEVASF a receberem o título de suas propriedades. O mais curioso: estes dois fatos ocorreram pacificamente. Mas a CODEVASF não se afastou totalmente do perímetro. Ainda mantém alguns funcionários à disposição da Cooperativa, cumprindo principalmente funções que deveriam ter sido assumidas pelo Município e pelo Estado.

Ser considerado dono da terra não deverá permitir maiores passos sobre a acumulação. Talvez, até a diminua. A proteção do Estado, sem dúvida, lhes reduz custos. Alguns colonos, quando perguntados sobre as diferenças da vida em autogestão, afirmaram não haver gostado dela. Argumentaram ter havido aumento de suas despesas como consequência disto: "Hoje estão saindo recursos do próprio colono. Quando da CODEVASF, não se tomava dinheiro do colono".

Mesmo entrelaçadas em compromissos frente ao Estado, a propriedade da terra e a de todo o patrimônio da Cooperativa são, para os colonos de Mandacaru, efetivamente, mais que meros artifícios de integração ideológica como sugere alguns estudiosos (SORJ, 1980:76). Elas asseguram ao irrigante a base jurídica que lhes fornece as condições para apropriar-se do excedente gerado sob seu comando. São as relações de propriedade que eles contraem. Os colonos são, legal e formalmente, proprietários da Cooperativa, ainda que não exclusivamente. E, sobre

tudo, são eles que lhe dão existência real e concreta. São os colonos em última instância, e não a Cooperativa, que reproduzem as estruturas de dominação. O Mandacaru é uma unidade, com sofisticada estrutura para os padrões nordestino no campo, não só de produção, mas também de comercialização e administração. Este grau de complexidade de sua estrutura certamente deve estar refletida em suas relações de propriedade. Não são monolíticas estas relações. A grosso modo, pode-se identificar, convivendo em Mandacaru, três tipos de propriedade: a propriedade individual, a propriedade coletiva e a propriedade pública.

Nem toda a área de Mandacaru está ocupada. Resta uma grande área de sequeiro sem destinação definida. Toda a infraestrutura básica de irrigação (casas de bombas, canais e drenos) não parece que deva ser transferida, e não consta no patrimônio da cooperativa. Uma área está cedida à EMBRAPA. E uma série de outras obras de "infra-estrutura social", normalmente não transferíveis, estão disponíveis aos colonos, a quem, pela exclusividade de seu uso, cabe parte de sua manutenção e conservação. A escola e o posto médico são exemplos.

É nesse último aspecto, entretanto, que mais interessante torna-se a situação das relações de propriedade dos colonos: a quase total exclusividade de uso, de todo este patrimônio público. Pode-se dizer que, durante estes anos de vida do Mandacaru, o Estado tem doado uma parte significativa de seus vultosos investimentos, para uso comum dos colonos.

A última palavra sobre as condições de ocupação e aproveitamento do perímetro continua cabendo ao Estado. Reconhe

ce-se, com isto, na unidade de produção de **Mandacaru**, um espaço das relações de propriedade, fundamentado, em grande medida, na combinação do interesse "público" (estatal) com o interesse privado dos colonos.

A propriedade coletiva em **Mandacaru** já foi razoavelmente identificada. Ela está na cooperativa. Viu-se que a forma de organização da produção em **Mandacaru**, através da associação cooperativista, impõe aos colonos um tipo de propriedade sempre submetida aos interesses de seu coletivo, razão por que, algumas vezes, pode estar em contradição com alguns interesses individuais.

Em torno de interesses comuns, os colonos detêm um significativo patrimônio coletivo. Diante dele, a propriedade da terra, apesar de seu natural valor como meio de produção agrícola, em termos de montante de investimentos, torna-se uma parte menor dentro do capital efetivamente mobilizado. As "condições ótimas" de aproveitamento da infra-estrutura de produção implantada, ou, em outras palavras, do nível de investimento feito, fazem das atividades produtivas de **Mandacaru** um processo com elevada composição orgânica de capital. Em torno da Cooperativa se reúne grande parte do capital dos colonos. Para se ter uma idéia, mais de 80% do montante do "capital permanente imobilizado" da Cooperativa, é representado por veículos, máquinas, tratores e acessórios (CAMPIM, 1985).

É difícil estimar a participação pública no capital da Cooperativa. Sem integralizar mais capital, e com a sucessiva depreciação de seus bens, é possível afirmar que sua participação ano a ano é relativamente menor que a dos outros asso

ciados. E depois, afinal, é aos colonos que se presta total e exclusivamente os serviços da CAMPIM.

Uma grande parte dos serviços necessários à produção está sob competência da Cooperativa: a elaboração do plano agrícola, a obtenção de financiamento de custeio, compra de insumos e instrumentos de trabalho; às vezes, transporte de mão-de-obra para o campo, a mecanização e quase toda a comercialização, além da assistência técnica e "social". Por isto, parte significativa do capital necessário à produção, é de se esperar esteja à disposição da Cooperativa ou mobilizado por ela. Pode-se até afirmar que a parte mais significativa da propriedade, efetivamente dos colonos, à disposição das atividades produtivas no Mandacaru, está sob a forma de capital na Cooperativa.

Existe, entretanto, uma parte de capital individual aplicada em suas atividades: os instrumentos manuais de trabalho, sem exceção, alguns tratores (seis agricultores declararam possuir trator), animais e equipamentos de tração, umas poucas benfeitorias, etc. Comparada à propriedade coletiva cooperativista, não é muito significativa, mas nem por isso menos importante.

5 RELAÇÕES DE TRABALHO

Ao mesmo tempo que aliena os trabalhadores, pela fragmentação de suas tarefas, e os dissocia do produto de seus trabalhos, contraditoriamente, o capitalismo os une, pela socialização da produção. Numa proporção sempre crescente, aumenta o número de trabalhadores concentrados em locais de trabalho em condições que facilmente os identicam, lhes permitem maior organização e lhes possibilitam maior poder de barganha nas lutas em torno de seus interesses (MARX, 1975:881, Liv. 1). A divisão do trabalho industrial é exatamente o seu protótipo:

A cooperação capitalista não se manifesta como forma histórica especial de cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica e peculiar do processo de produção capitalista, como forma que o distingue especificamente. (Ibid, 384).

Para se desenvolver, o capitalismo precisa empregar coletivamente, cada vez mais, os meios de produção de que dispõe, ainda que jamais objetive a socialização das riquezas criadas pelos homens. A divisão do trabalho que o distingue, está fundamentalmente marcada pelo desmembramento desta contradição. "A propriedade capitalista efetivamente já se baseia sob um modo coletivo de produção" (MARX, 1975:882, v.1). E é precisamente por esta necessidade que, ao crescer, progressivamente vão se produzindo incompatibilidades de interesses entre as classes sociais, impossíveis de se resolver sob seu envoltório (Ibid., loc cit.). Outros modos de produção criam outros meios para sua superação, mas estes são exatamente os meios engendrados pelo capitalismo para a sua própria superação.

A cooperação capitalista operacionaliza-se, em gran

de medida, pela centralização dos capitais. Nas palavras de MARX, com ela,

... desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, e a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que são poder ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (Ibid., loc. cit.).

Em Mandacaru, a divisão do trabalho é razoavelmente grande, e a separação entre o trabalhador e os meios de produção parece mais que evidente. Bem ao estilo capitalista, à sua imagem e semelhança. Não é difícil constatar, na organização da produção do perímetro as manifestações mais claras da chamada "tendência histórica" de seu processo de acumulação (Ibid., 879). Identificam-se, sobretudo, duas importantes modalidades de manifestação desta tendência. Primeiro, um considerável nível de centralização dos meios de produção. Segundo, um elevado grau de "socialização do trabalho".

O capital está centralizado, e o trabalho, socializado. Não apenas na Cooperativa e nas atividades particulares com o lote, mas, principalmente, no complexo que une as duas modalidades de relações de propriedade. Ou seja, na cooperação das atividades individuais com as atividades grupais da associação cooperativista. Como toda cooperação social, ela é maior que a simples soma das partes.

A cooperação em Mandacaru não chega a constituir duas empresas diferentes. Ela é uma unidade empresarial, formada por um grupo de colonos com responsabilidades e direitos, coletivos e individuais, na proporção exata de seus capitais e li

gados umbilicalmente. Não se deve esquecer do Estado, um sócio que colabora na produção de serviços e não participa diretamente das vantagens da organização da produção.

A divisão do trabalho empregado pelos colonos, portanto, está associada às condições da propriedade dos meios de produção em Mandacaru. Coincide com as relações de propriedade estabelecidas. A este respeito, são oportunas as palavras de LIMA: "A organização do processo de trabalho, subordina-se diretamente às necessidades de reprodução e continuidade do processo produtivo" (LIMA, 1981:26).

Pode-se, inicialmente, distinguir duas modalidades diferentes de relações de trabalho no perímetro: as relações de trabalho estabelecidas diante do capital privado de todo o grupo (representado pela centralização de seus capitais na associação cooperativista), e que aqui se chama de capital coletivo; e as relações de trabalho, frente ao capital individual, administrado pessoalmente por cada um dos colonos (como se verá adiante, a divisão do trabalho traz implicações também sobre o nível de comprometimento do colono com a mão-de-obra empregada).

Esta divisão do trabalho não altera a substância das relações capitalistas de trabalho no perímetro. O capital permanece sendo uma relação social entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador totalmente despossuído deles, tanto na Cooperativa quanto no lote. Ao contrário, esta divisão do trabalho reafirma, numa de suas formas mais elevadas de organização da produção, o modo de produção capitalista.

A Cooperativa não centraliza a produção agrícola propriamente dita; fundamentalmente, ela centraliza a produção de

serviços necessários às atividades agrícolas. Além de socializar o trabalho e centralizar parte do capital dos colonos, a cooperativa socializa a parte mais pesada dos custos da produção particular. Racionaliza a utilização de grande parte dos meios de produção. Permite operar-se com uma considerável economia de escala. E representa, sem dúvida, um maior poder de barganha, para os colonos, diante das transações comerciais e creditícias.

A união dos capitais individuais justifica economicamente a posse da parte mais significativa do capital constante, e as condições de acesso a serviços especializados. Para um agricultor individual, com um módulo tão pequeno como os lotes de **Mandacaru**, o investimento em tratores e acessórios, em balanças, em serviços de manutenção de máquinas, por exemplo, é inviável pelos elevados custos que representam individualmente, e pela pequena taxa de utilização da capacidade destes equipamentos, se estivessem sob exclusivo controle e responsabilidade particular do colono. Remunerar, individualmente, um técnico agrícola, um tratorista, é insustentável para uma propriedade tão pequena, mas, coletivamente, socializando as responsabilidades sobre a contratação de uma mão-de-obra mais qualificada na Cooperativa, sim. No ano passado, eles construíram a primeira etapa de um secador de cebola, mecanismo que lhes possibilitará menor vulnerabilidade diante das flutuações de preço deste produto. Adquirir insumos em grande quantidade quase sempre permite melhores condições de compra e maiores garantias de crédito. A cooperação para venda de seus produtos garante melhores condições para negociar preços.

Todo o aparato que compõe a associação está montado

em função dos colonos. Dos seus serviços, é incontestável, são seus únicos consumidores, "beneficiados", como se queira. Se isto lhes tem permitido apropriarem-se do trabalho excedente, gerado no perímetro, esta é outra questão, e que se verá mais adiante. Na Cooperativa, a força de trabalho evidentemente são seus funcionários (não são os colonos), independentemente do seu vínculo empregatício. O trabalho dos colonos que participam de sua direção, é natural, cria valores, mas não os transforma em trabalhadores, como aqueles, despossuídos totalmente de meios de produção. (O capitalista, em geral, trabalha administrando seu capital). A Cooperativa produz serviços, e quem os produz são seus funcionários, distribuídos nas mais específicas tarefas. Supor que uma Cooperativa administrada por colonos, criada em seus nomes, e, afinal, por eles exclusivamente utilizada, possa estar desvinculada de seus interesses, é, no mínimo, esdrúxulo.

Não existe, no Mandacaru, a figura do gerente de perímetro assumindo a administração da Cooperativa, como há três anos atrás havia, e como há em quase todos os perímetros de que se tem notícias. A força de trabalho da Cooperativa garante as necessidades de consumo produtivo (de insumos e serviços) e de comercialização, administrada pelos interesses da propriedade coletiva dos colonos. Às assembleias, raramente comparece menos de 90% deles, segundo os próprios colonos.

A qualidade dos serviços prestados pela Cooperativa exige uma qualificação, em geral, maior que a do trabalhador agrícola, e requer a permanência de grande parte de sua força de trabalho durante todo o ano. A estes trabalhadores são assegurados os mesmos direitos do trabalhador urbano, regulamenta

dos segundo rezam as normas de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Portanto, eis aí uma primeira diferença: com os trabalhadores do capital coletivo geralmente se estabelece o chamado vínculo empregatício.

A Cooperativa possui, atualmente, 33 funcionários. São tratoristas, mecânicos, técnicos agrícolas e técnicos em contabilidade, gerente administrativo, professora, enfermeira, motorista, canaleiros, bombeiros hidráulicos, vigias e outros. Alguns são funcionários da CODEVASF, a serviço da Cooperativa, às vezes, remunerados por ela mesma. Não chegam, contudo, a constituir 15% da mão-de-obra efetivamente empregada.

Existe, ainda, um contingente de pessoas que prestam serviços temporários, seja ocupando um lugar de alguém em férias seja assumindo serviços esporádicos. No ano passado, este contingente chegou a mais de 40% do efetivo de trabalhadores (CAMPIM, 1985:5). Um parêntese: findo o exercício de 1985, os trabalhadores da Cooperativa receberam um 14º salário, concedido como gratificação pelos colonos, em assembléia.

Diante da produção agrícola propriamente dita, o processo de trabalho fica por conta de cada um. O colono cuida individualmente de seu lote. É ele quem administra, decide o que plantar, quando plantar, com quem plantar e com quantos contar. É ele quem contrata e se responsabiliza, com exclusividade, pela mão-de-obra necessária. Em seu nome são debitados todos os custos dos serviços solicitados à Cooperativa. E, sobretudo, a ele pertence toda a produção do lote.

A administração particular do lote é uma parte essencial da divisão do trabalho em **Mandacaru**. A divisão e explora

ção do trabalho no lote prosseguem e solidificam a organização da produção interna.

Para viver em sociedade, os interesses individuais ~~dos indivíduos~~ precisam estar abaixo dos interesses coletivos. Segundo MARX & ENGELS (1980:39), esta contradição está na origem do Estado. É ela aliás quem lhe dá uma "aparência de comunidade ilusória" (sic). Sempre respaldado, porém, nas condições de produção da vida material, pois, a divisão do trabalho em família, a divisão do trabalho entre grupos, formam, com outras divisões do trabalho, a base concreta em que repousa a existência do Estado (MARX & ENGELS, 1980).

Com tal consciência a respeito disso é, no mínimo, com muitas reservas que se pode falar em autonomia plena do indivíduo numa sociedade mercantil, onde a divisão do trabalho é simultaneamente uma reprodução da divisão do produto (MARX & ENGELS, 1980).

A divisão do trabalho no projeto **Mandacaru** não está presa a laços diferentes. Ele é apenas um microorganismo da forma como tem se organizado a sociedade brasileira. A autonomia do colono no perímetro está antes de tudo condicionada às características de sua inserção nas regras do mercado capitalista. A decisão do que plantar, das condições tecnológicas do cultivo e do período de plantio, por exemplo, não depende exclusivamente da vontade individual do colono. Ela está condicionada aos padrões instituídos na sociedade brasileira e à vontade do coletivo de colonos.

Não se tem conhecimento da existência de um padrão diferente, sedimentado na sociedade brasileira, com capacidade

de reduzir os riscos e aumentar a produtividade do trabalho agrícola, ou seja, sem investir em defensivos, herbicidas e fertilizantes, racionalizando ao máximo as técnicas.

Reconhece-se na ação do Estado atividades voltadas ao processo de aculturação dos agricultores tradicionais, transformados por ele em irrigantes. Mas, antes de tudo, a imposição sofrida pelos colonos, na organização da produção em Mandacaru, é inerente aos padrões mais recentes de acumulação capitalista no Brasil e de sua penetração no campo. A ela não fica imune o produtor agrícola brasileiro no momento da concorrência capitalista. O colono é um homem que sabe das regras do jogo, que não foram feitas pelos organismos oficiais, mas pelo próprio desenvolvimento do capital. Evidentemente, só permanece colono quem aceita jogar. Aquela que a este padrão não se adapta está fora da partida. É isto, de certa forma, o que ocorre com o desligamento de um colono. Os que ficam são resultado de uma progressiva seleção daqueles elementos que melhor se adaptam ao papel a eles atribuídos. Uma vez adaptado, o colono sabe que sua sobrevivência e possibilidades de acumulação, como pequeno produtor de uma área irrigada, necessariamente exige a maior racionalização possível das técnicas apreendidas. Neste sentido, o Estado, mais que um instrumento de imposição, é um instrumento de adaptação de novos agentes sociais. São pedagógicas as atividades de transferência de tecnologia e, como se pode notar, inevitável a necessidade de assimilação dessa tecnologia para que, de fato, se crie "uma classe média rural de bom nível", como apregoa o Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE, recentemente lançado pelo governo da Nova República (ISTO É, 14.06.86).

A procura por uma inscrição num projeto público da Região é reconhecidamente grande. O colono é um homem que tem interesses bem fortes para respeitar as regras. Passar por esta provação inclui ser treinado no uso das técnicas mais modernas de irrigação. O tipo de cultura, que viabiliza uma agricultura como esta, requer custos muito elevados. A água, por si só, já é, em termos absolutos, um insumo muito caro. Quanto mais alto o investimento, mais altos os riscos do empreendimento; assim rezam as regras capitalistas. Segurança no uso dos métodos mais apropriados e elevados índices de produtividade são essenciais para a garantia de um excedente que possibilite a reprodução ampliada dos capitais individuais.

Juracy Gonçalves da Silva, técnico do setor de seleção e treinamento de colonos da CODEVASF, em depoimento prestado sobre os métodos adotados em Mandacaru, salientou os cuidados tidos com a "dificuldade de integração" dos irrigantes às mudanças que envolvem a tecnologia exigida pela irrigação. Segundo ele, em Mandacaru, a seleção dos primeiros colonos baseou-se em visitas de observação ao domicílio e local de trabalho do candidato, "... com ênfase para a integração familiar, capacidade de trato com a terra e sua aspiração de vida" (Interior, jul-ago. 1984).

A grosso modo, pode-se distinguir três grupos nas atividades do lote. Um primeiro, formado pelos colonos e seus familiares. O colono, proprietário dos meios de produção, mantém-se na alçada das tarefas de administração. Pequena parte de seus familiares, geralmente se divide, quando utilizada, nas tarefas quase sempre atribuídas a trabalhadores permanen

tes. Estes, por sua vez, formam um segundo grupo, utilizado, na maioria dos casos, nas atividades que demandam menor número de braços, porque podem ser mais distribuídos no tempo. É o caso da capina com tração animal, a pulverização, a irrigação e, sobretudo, o gerenciamento dos trabalhos ("tomando conta", como dizem). Um terceiro e último grupo está formado pela força de trabalho contratada temporariamente, em sua grande maioria, constituída de mulheres e crianças. Elas fazem a colheita e o plantio principalmente, atividades que demandam maior volume de mão-de-obra.

A utilização da força de trabalho é racionalizada e dividida em atividades que possam assegurar a maior exploração possível de suas potencialidades. Calcula-se que, sob o comando dos colonos, deve-se empregar, ao todo, quase 1.000 pessoas. Mais de 85% deste efetivo, estimando-se por baixo, como se verá durante o texto, está constituído de trabalhadores assalariados (sem disfarce nenhum); para os colonos, não vendem outra coisa senão sua força de trabalho.

Em terras vizinhas ao Mandacaru, está instalada uma propriedade da Linhas Corrente, cultivada com algodão e irrigada por aspersão. Grande parte dos trabalhadores agrícolas de Mandacaru são, por isto, há poucos anos, também trabalhadores desta empresa.

Dos 47 colonos entrevistados, 45 declararam possuir pelo menos um trabalhador permanente no lote. Quase 90% deles mantêm mais de 2 pessoas permanentemente disponíveis para as atividades agrícolas (V. TABELA 10).

TABELA 10 — Os Colonos e a Contratação de Trabalhadores Perma-
nentes

CLASSES	COLONOS	%
Nenhuma	2	4,2
Somente 1	5	10,7
2 — 3	28	59,6
3 — 5	10	21,3
5 — 8	2	4,2
TOTAL	47	100

Os trabalhadores permanentes, empregados pelos colo-
nos, desempenham tarefas de maiores responsabilidades que os
demais*. É necessário um mínimo de treinamento, pois exigem
cuidados especiais a irrigação e a pulverização. É muito comum
encontrar um desses trabalhadores comandando (sob sua vigilân-
cia) o processo de trabalho na ausência momentânea do colono.
Além das tarefas comuns de administração, que viabilizam as
atividades produtivas no lote, alguns colonos se dividem na ad-
ministração de outros negócios, geralmente de outra proprieda-
de próxima. Por isto, os trabalhadores permanentes adquirem uma
importância muito grande para o colono. Alguns colonos chegam
a contratar mais de três trabalhadores durante todo o ano. São

* Quando assentou os 36 primeiros colonos, a CODEVASF lhes ga-
rantia, por um certo período, salário mínimo para a manuten-
ção de pelo menos um trabalhador permanente.

homens portanto de confiança, a quem, muitas vezes, se deposita, como se observa, responsabilidades de gerenciamento.

Sem que exista a parceria, como foi visto, esta relação de produção está vetada no interior do perímetro; algumas vezes remunera-se este tipo de trabalhador com uma pequena parte da receita líquida, como gratificação. O mais comum, entretanto, é serem remunerados semanalmente conforme a proporção que no salário mínimo cabe a sete dias. Não existe um caso sequer de trabalhadores permanentes com carteira assinada. Conta-se entre os colonos entrevistados a manutenção de 125 trabalhadores em regime permanente. Alguns residem no próprio lote, ocupando áreas originalmente destinadas a galpões; em alguns casos, levemente ampliadas (V. FOTO 3). A maioria, contudo, mora na periferia do perímetro, na Vila Juca Viana, ou próximo dela. As casas em que moram, mesmo fora do perímetro, em bom número, provavelmente, pertencem aos colonos. Veja-se: numa vila com cerca de 160 casas, os colonos declaram possuir cerca de 50 casas, algumas são destinadas a parentes. Mas, que outras pessoas habitariam uma vila, criada para abrigar a mão-de-obra do perímetro, senão seus trabalhadores?!

Segundo declarações dos colonos, chega a 75 o número de membros de suas famílias que ajudam nos trabalhos com o lote. Somados aos colonos, representam cerca de um terço da mão-de-obra disponível nestas famílias de irrigantes, que, calcula-se, sejam formadas por mais de 300 pessoas. Se não fosse utilizada, quase sempre, com certa eventualidade, a mão-de-obra familiar certamente representaria um contingente quase tão importante quanto a mão-de-obra em assalariamento permanente. Com uma idade média de 42 anos, não são muitos, no grupo dos colo

nos, com filhos de idade acima dos 16 anos. É possível deduzir que grande parte deste contingente divide-se com as atividades escolares. Mais de 85% dos colonos declararam que seus filhos freqüentam a escola. Evidentemente, em todas as famílias nem todos os filhos estudam, mas a grande maioria parece que sim. Quinze colonos declaram ter filhos estudando em Juazeiro/Petrolina; alguns residem nestas cidades. O calendário escolar, no perímetro, não obedece a um planejamento coordenado com os momentos de maior demanda de mão-de-obra. Janeiro e fevereiro são os meses de menor incidência de colheita, exatamente quando caem as férias escolares de fim-de-ano. Segundo depoimento de uma professora, é muito bom o índice de freqüência às aulas. É de se supor por tudo isso que grande parte dos filhos dos colonos, ao estarem estudando, não constitui uma mão-de-obra normal e inteiramente indispensável, para a grande maioria dos irrigantes pelo menos.

Quase metade dos colonos não recebe qualquer tipo de ajuda de familiares no trabalho agrícola (V. TABELA 11). Cerca de 90% (noventa por cento) deles não chegam a contar com a ajuda de mais de três pessoas. Alguns colonos declararam remunerar seus filhos quando os ajudam (seis, mais exatamente). Um colono assim se referiu quando questionado de que maneira os membros da família o ajudam: "... em pequenas tarefas". A grande maioria dos que utilizam da mão-de-obra familiar, contudo, a utiliza principalmente naquelas tarefas também desempenhadas pelos trabalhadores permanentes. São atividades que exigem um pouco mais de cuidado com a cultura e, assim, uma melhor qualificação, além de exigirem certa confiança do colono na competência de quem executa o serviço. Alguns erros, nestas tarefas,

podem ser fatais para a produção. Cinco colonos se referiram aos trabalhos dos filhos como sendo de "administração".

TABELA 11 — Os Colonos e a Mão-de-Obra Familiar

CLASSES	COLONOS	%
Nenhuma ajuda	21	44
1 — 3	20	43
3 — 7	5	11
7 — 10	1	2
TOTAL	47	100

As esposas dos colonos costumam desempenhar funções domésticas, de típicas donas-de-casa. Não parece um fenômeno isolado. Um diagnóstico sobre a posição social da mulher em projetos de irrigação da CODEVASF, publicado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — IICA, após estudar os perímetros de Bebedouro (Petrolina-PE), São Desidério (Barreiras-BA) e Gorutuba (Janaúba-MG), chega a constatações da mesma espécie. "O trabalho das mulheres no processo de produção agrícola não se constitui numa atividade real e sistemática. Pode-se dizer que as mulheres restringem-se aos afazeres domésticos" (IICA, 1981:10).

As necessidades de mão-de-obra em Mandacaru são muito grandes. É humanamente impossível uma família normal de um homem do campo satisfazer à demanda de serviços, decorrente

do tipo de organização da produção que se instalou. A grande massa trabalhadora efetivamente se compõe de assalariados em regime temporário de trabalho. Destes, mais de 70% são mulheres e crianças, reconhecidamente uma mão-de-obra mais barata (V. FOTO 8).

É muito difícil determinar a quantidade exata da mão-de-obra temporária. Um levantamento do Governo do Estado (SEPLANTEC/CPE, 1982) estima que sejam mobilizados 300 trabalhadores temporários nas épocas de colheita. Tratando-se de uma estimativa feita em 1980, quando era menor o número de colonos, possivelmente, para hoje, esta cifra esteja subestimada. Os colonos não costumam registrar este tipo de informação. Contudo, é possível por alguns parâmetros ter-se uma idéia do volume de mão-de-obra. Como se sabe, a atividade que mais requer um uso concentrado de trabalhadores é a colheita. Para este tipo de atividade é que fundamentalmente se contrata o trabalhador temporário. É comum também no transplante e replante, beneficiamento, ensacamento e, às vezes, nos "tratos culturais". Por representar a maior produção do perímetro, considerou-se, para efeito de exemplo, a cultura do tomate.

Um "sistema de produção" preparado para o tomate industrial na região do Submédio São Francisco estima, para uma produtividade de 40.000 kg/hectare, a necessidade de 40 homens/dia para as tarefas de colheita (EMBRATER/EMBRAPA, 1980:14), ou seja, 40 homens, num dia, podem fazer uma colheita de tomate de um hectare. O "plano agrícola" de **Mandacaru** também usa esse mesmo tipo de linguagem. Pediu-se uma estimativa dos colonos. Nem todos souberam responder. Os que arriscaram um cálculo



Foto 7. Pulverização da cebola.

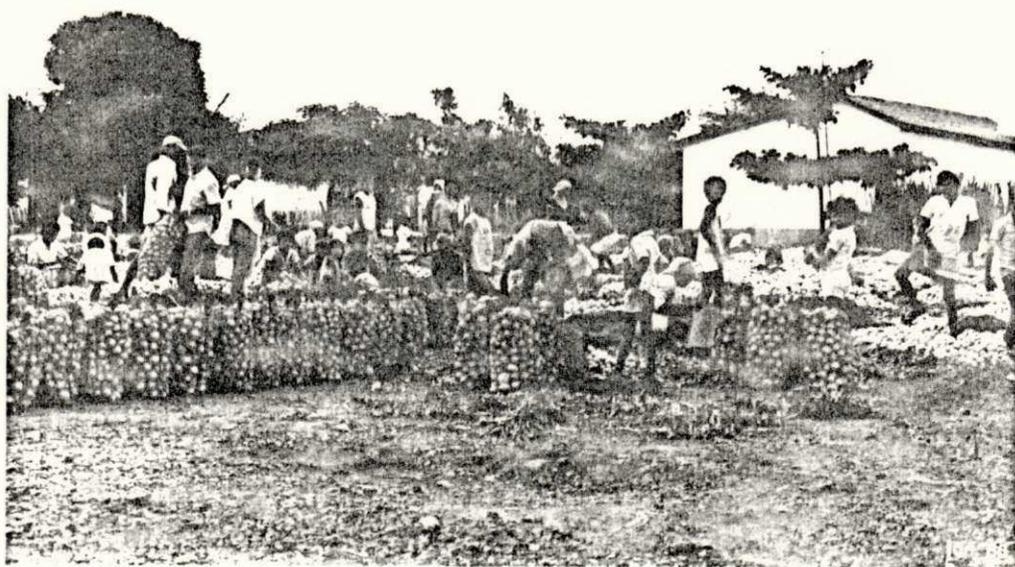


Foto 8. Beneficiamento e ensacamento da cebola.

lo demonstraram uma tendência a considerar entre 20 a 40 homens/dia, uma cifra mais razoável das necessidades reais para um hectare de tomate ser colhido. Acontece que, sendo constituída principalmente de mulheres e crianças (70%), essa mão-de-obra não dispõe da mesma resistência obtida pela força de trabalho/homem. Nem sempre, também, conta-se com um hectare bem certinho para colher; pode ser menos, pode ser mais e, para completar, raramente se faz toda a colheita num dia. Tudo isso, com certa dificuldade a estimativa do cálculo pelo colono.

Para efeito de seus cálculos, o colono costuma trabalhar com médias. Sabe que um trabalhador, em média, colhe 15 caixas por dia, 200 caixas dão conta de um hectare, portanto, são necessários 80 trabalhadores para a colheita. Fala-se de um contingente constituído em torno de 70% de mulheres e crianças. Um colono chegou a calcular o efetivo e respondeu: são "necessários 83 dias/mulheres".

Em dois dias, com uma turma de 40 pessoas predominantemente formada da maneira que se sabe, faz-se uma colheita. É perfeitamente normal, portanto, que numa colheita de tomate, 6 agricultores, colhendo, em média, 3 hectares, possam mobilizar nada menos que 800 pessoas. Considere-se outro aspecto: no **Mandacaru**, colhe-se, no mínimo, durante nove meses no ano.

O colono costuma garantir que não tem problemas em obter a mão-de-obra para a lavoura. Pela proximidade, o trabalhador sabe quando se necessita de seus trabalhos (afirma um colono). Ouvem-se relatos de atritos entre trabalhadores que desejam, com maior intensidade de seu trabalho, colher mais caixas, deixando por isto outras pessoas com menos trabalho.

6 RELAÇÕES DE TROCA

Seguramente, as "metamorfozes" dos capitais individuais dos colonos dão boas indicações do grau de articulação da produção de **Mandacaru** com o desenvolvimento capitalista na Região. Não é novidade, sabe-se há muito tempo, que o modo de produção capitalista reproduz um "processo cíclico" ininterruptamente renovado. Num primeiro estágio, o capitalista é um comprador de mercadorias—meios de produção e força de trabalho. Num segundo estágio, consome produtivamente estes que são os elementos materiais e intelectuais do chamado processo de produção. Neste instante, criam-se valores novos, adicionados, sem dúvida, à propriedade de quem detém o controle do capital. Num terceiro estágio, para reiniciar o processo, o capitalista precisa vender suas mercadorias, realizá-las no mercado. Completar enfim, a circulação das mercadorias (MARX, 1975:27, Liv. 2).

As necessidades, ditadas pelo consumo produtivo dos elementos materiais, fazem dos colonos de **Mandacaru** grandes consumidores de gêneros de origem industrial. É relativamente enorme e constante o consumo de meios de produção. O aumento da produtividade parece ter sido o principal mecanismo para elevar-se a exploração do trabalho, resultando em práticas com elevadas composições orgânicas de capital.

Tome-se, por exemplo, a principal atividade em **Mandacaru**: a cultura do tomate. Em 1975, trabalhava-se com uma produtividade média de 15 toneladas por hectare; em 1978, a produtividade chegava a 22 toneladas. Em 1980, a 25; em 1981, a 38 toneladas e, nos últimos três anos, a produtividade média tem oscilado entre 40 a 50 toneladas por hectare. Alguns colonos

chegam a colher 80 toneladas, por hectare, desta cultura.

Observe-se a participação dos elementos envolvidos na formação do valor, em termos de seus custos. Segundo o Plano Agrícola preparado para 1979, quando ainda se trabalhava com produtividades médias de 22.163 kg/ha, 12.359 kg/ha e 13.466 kg/ha para o tomate, a cebola e o melão, respectivamente, o capital variável médio em termos monetários, já não chegava a 31% do montante necessário (CAMPIM, 1979). A cultura do tomate era, entretanto, a que detinha uma participação percentual dos custos com o aluguel da força de trabalho, relativamente maior, 41,8%. Sem levar em consideração algumas despesas com comercialização e com juros, por exemplo, o Plano Agrícola apresentava, já em 1979, a seguinte participação percentual dos custos dos fatores objetivos e pessoais da produção para as culturas do tomate e da cebola.

TABELA 12 — Participação Percentual dos Custos dos Elementos do Processo de Produção — Tomate e Cebola — Mandacaru, 1979.

ELEMENTOS	CULTURAS	
	Cebola (%)	Tomate (%)
Mão-de-obra	28,0	41,8
Transporte interno	1,7	1,2
Defensivos	34,1	8,5
Aubos	21,6	40,8
Mecanização	3,9	4,4
Água	2,1	1,8
Semente	8,6	1,5
TOTAL	100	100

FONTE: CAMPIM, Plano Agrícola, 1979.

Nas recomendações técnicas dadas para a produção agrícola, registradas nos "planos" referidos acima, entre fertilizantes e defensivos a consumir por cultura, são indicados nunca menos de vinte produtos diferentes. É, sem dúvida, grande o nível de consumo de insumos de origem industrial. Entrevistados, os colonos confirmaram, por unanimidade, a veracidade da utilização das técnicas recomendadas. Todos eles usam sementes selecionadas, fazem o preparo do solo com tratores e a grande maioria demonstra ter um conhecimento preciso sobre a periodicidade e as condições fitossanitárias, e de solo, necessárias para a pulverização e irrigação.

Nota-se (V. TABELA 12) já nesta época (1979), que o consumo produtivo nas atividades agrícolas de **Mandacaru** exigia a conversão do capital-dinheiro, prioritariamente, em meios de produção. Mais de 50% do capital produtivo aplicado no custeio já era constituído de fertilizantes e defensivos.

No interior do perímetro, as mesmas irracionalidades na preservação do meio ambiente e das condições de vida humana, típicas das sociedades dos tempos atuais, encontram-se fielmente reproduzidas. Enquanto estiveram circulando legalmente, inúmeros medicamentos terrivelmente danosos à saúde (o aldrin é um caso) foram consumidos com certa naturalidade. Constata-se, na maioria dos colonos, um despreparo para os cuidados exigidos pelo uso desses insumos modernos. Não parece assustar a ninguém vasilhames abandonados. Proteção especial para a pulverização nenhum trabalhador possui.

Chama-se a atenção para o seguinte aspecto: os fertilizantes e defensivos são **objetos de trabalho**. Portanto, eles

têm todo seu valor transferido ao produto final. E não são os únicos. Se forem considerados os instrumentos de trabalho, que têm somente parte de seus valores transferidos, o capital constante aplicado em **Mandacaru** certamente ganharia contornos expressivamente maiores. Os objetos de trabalho têm seu consumo ditado pela iniciativa do capital particular, mas a parte mais valiosa do capital constante, os grandes instrumentos de trabalho, é destinada ao uso comum.

Os objetos de trabalho, em sua esmagadora maioria, são intermediados pelo capital coletivo. A Cooperativa é praticamente a compradora direta exclusiva dos fertilizantes, defensivos e sementes. Os instrumentos de trabalho, somente em alguns casos não sofrem qualquer tipo de intermediação de compra e são adquiridos diretamente pelo capital individual para uso particular. Quinze colonos declararam que possuem automóveis do tipo "caminhonete", seis colonos que possuem tratores, e um que possui caminhão. Cada colono possui pelo menos um animal de tração. Costumam, ainda, criar alguns bovinos, ovinos e caprinos para a produção de leite e carne, mantidos em regime de semiconfinamento.

Quando adquiridos através da Cooperativa, os meios de produção de uso particular sofrem um acréscimo sobre o preço de compra, denominado taxa de comercialização. Esta é uma das fontes de receita da CAMPIM. Desta maneira, remuneram-se os serviços prestados por ela e, ao mesmo tempo, cria-se um canal de acumulação do capital de grupo.

Entrevistados sobre as conveniências das transações comerciais, via capital cooperativo, o argumento mais comum da

do pelos colonos as justifica pelas vantagens econômicas de preços e prazos. Alguns depoimentos chegam a ser inflamados. Há quem se refira à Cooperativa desta maneira: "É a minha casa". E há também quem demonstre certo descontentamento com respostas secas como estas: "sou obrigado" (a comprar insumos na Cooperativa).

O nível das relações de troca estabelecidas em torno do colono não deve surpreender a quem conhece o pensamento que norteava o PPI. Em 1971, quando ele foi elaborado, não era com outra perspectiva que se delineavam seus planos. Pregava-se claramente pela "utilização intensiva de insumos agrícolas, sobretudo fertilizantes e equipamentos agrícolas". Estimava-se, na época, que o consumo de fertilizantes dos projetos públicos, em toneladas de nutrientes, representaria, nos anos de plena produção (início da década de 80), aproximadamente 50% do consumo total da agricultura tradicional do Nordeste. Calculava-se que seriam necessárias mais de 5% da frota de tratores de rodas em operação no Brasil (MINTER/GEIDA, 1971:17).

Os projetos públicos de irrigação no Nordeste, parece claro, foram criados para atender às necessidades de expansão do capitalismo industrial. Nas relações de troca, estabelecidas nos perímetros, estão mais que evidenciadas as formas bem recentes de integração do campo aos padrões do capitalismo instalado no Brasil. Para AUED "... os projetos irrigados introduzem a agricultura do Nordeste na mais moderna forma de reprodução do capital" (AUED, 1980:78). Seguramente, não há nenhum exagero nesta afirmativa. Foi rápido o crescimento da "industrialização da agricultura" nas últimas décadas (GUIMARÃES, 1979:113). Os perímetros dificilmente teriam outra concepção,

senão estarem voltados para o fortalecimento desta tendência da economia brasileira. Em **Mandacaru**, repetem-se os mesmos mecanismos de articulação do capital industrial com o campo, nos anos mais recentes. Vê-se uma grande indústria de transformação de produtos agrícolas demandar uma agricultura moderna e esta demandar, por sua vez, máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, sementes selecionadas e mão-de-obra qualificada (GUIMARÃES, 1979:134). Para não falar na demanda por serviços especializados.

Está razoavelmente documentado o notável crescimento da produção de insumos para a agricultura, nos últimos trinta anos. Não por outro motivo, costuma-se tomar este período para o estudo da formação do chamado complexo agroindustrial no Brasil (GUIMARÃES, 1979). A urbanização do País e o crescimento da demanda de alimentos exigiram uma certa modernização da agricultura e, desta maneira, solucionaram as necessidades de expansão do capital industrial, nacional e, sobretudo, estrangeiro (SORJ, 1980).

Nos dois estágios que caracterizam as metamorfoses cíclicas do capital, a presença das multinacionais da agroindústria é, no mínimo, gigantesca. Diz-se que, em 1974, 30% do capital estrangeiro, investido no Brasil, foi destinado ao complexo agroindustrial (SORJ, 1980:34). Alberto Passos afirma, citando o Censo de 1976 que, somente este setor, neste ano, produziu mais de 26% de toda a produção agrícola do País (GUIMARÃES, 1979:238).

Quase metade da produção de Mandacaru, como se sabe, é destinada ao processamento agroindustrial. A outra parte é

consumida na sua forma natural, nos grandes centros urbanos do País.

Há quase dez anos (é mais ou menos esta a idade da fábrica instalada em Juazeiro), os colonos de Mandacaru abastecem a Indústria de Conservas Alimentícias CICA-NORTE S.A. Para ela, planta-se tomate industrial. Sob contrato firmado entre a Agroindústria e a Cooperativa, os colonos se comprometem a destinar anualmente considerável percentual de suas disponibilidades mais usuais de área ao plantio do tomate. Considere-se que geralmente plantam duas vezes no ano, e que é possível uma terceira. Em 1985, por exemplo, os colonos ocuparam 286 ha. com esta cultura, sob um total de 764 ha. para duas colheitas no ano (ver contrato em anexo).

Pelo contrato assinado com a CICA-NORTE, também chamado "carta compromisso", o irrigante "se obriga" a vender toda a produção estimada e a indústria a comprá-la. Havendo excedente sobre o volume estimado, a preferência para sua compra é da CICA-NORTE. No contrato ficam determinadas em cronograma, as áreas a plantar e as épocas de transplante e colheita, assim como a variedade da semente a ser plantada. Por este mesmo contrato fica assegurado à agroindústria o direito de "inspecionar as áreas cultivadas", argumentando-se para isto, a necessidade de levantamento de informações técnicas e de verificação de cumprimento do cronograma.

Os preços estipulados variam conforme a qualidade do produto, evidentemente em função do fim, a que se destina. A classificação feita pela CICA obedece as normas de qualidade aprovadas pelo Comitê de Agroindústrias. O controle mencionado

é padronizado por este mesmo comitê e é por ele fiscalizado. Criado pelo Ministério da Agricultura e ligado às Secretarias de Agricultura dos Estados, o Comitê é formado por representantes dos agricultores (no caso, produtores de tomate), funcionários designados pelas Secretarias, por pessoas designadas pelos Sindicatos e por representantes das indústrias processadoras dos gêneros em negociação.

Segundo depoimentos prestados por um diretor da CICA-NORTE, 70% do tomate produzidos em Mandacaru é do tipo padrão, 20% está acima dele, ou seja, apenas 10% da produção não alcança níveis *standard* de qualidade. Quando se supera os níveis, a CICA costuma pagar o que chama de "prêmio". O que, em última instância, representa um preço maior, pago como incentivo à melhoria da qualidade, arbitrado unilateralmente pela agroindústria em questão, e por ela criado.

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa em Mandacaru (1982), ainda não existia o referido Comitê. Nesta época, coincidentemente, presenciou-se o final de uma reunião com a CICA. Parecia generalizado nos colonos o descontentamento quanto aos preços negociados para o tomate. Durante a aplicação dos questionários (1986), esta impressão se diluiu um pouco, diante das declarações dos colonos. Constata-se uma certa satisfação com os preços obtidos atualmente pelo Comitê. Alguns produtores chegaram a afirmar que os preços do tomate só melhoraram com a formação do Comitê. Deles, 60% se dividem quanto a serem bons e razoáveis os preços. Ainda assim, é considerável o número de descontentes. Dos colonos, 25% afirmaram não serem bons os preços negociados, 15% preferiram não dar declarações sobre o assunto.

O certo é que, estruturalmente, são bem evidentes algumas conveniências para os dois lados. Mesmo não sendo esta sua intenção, é certa a afirmação de AUED, também para o Mandacaru: "As duas partes ganham. As indústrias, porque têm a garantia de receberem mercadorias de boa qualidade, a baixo custo; os irrigantes, por não ficarem à mercê das perturbações do mercado" (1980:87).

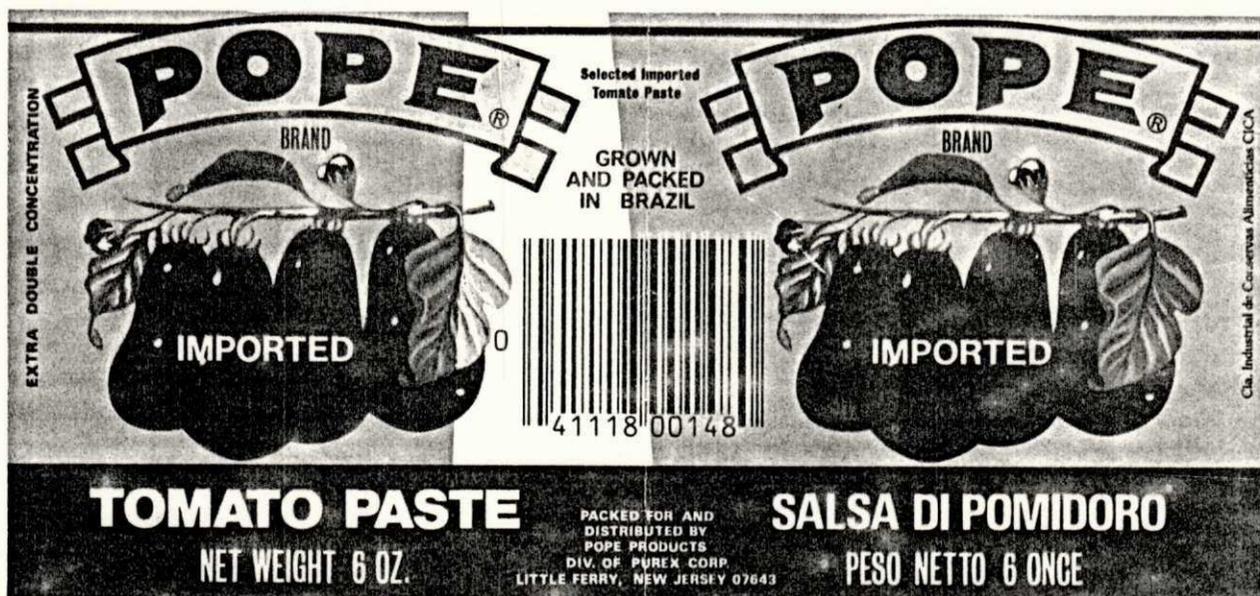
Constata-se que os preços pagos pela agroindústria são, geralmente, menores que os preços pagos pelo mercado. A compra antecipada da produção, em situações inflacionárias, quase sempre permitiu à CICA vantajosas condições de compra. Substancialmente, há algumas diferenças entre o modelo adotado e a conhecida "compra na folha". A CICA-NORTE não financia, no máximo, fornece carta de anuência ao banco. Os preços variam bimensalmente*. Em maio e junho de 1985, o quilo do tomate estava a Cr\$ 250. Em novembro e dezembro, o quilo de tomate havia subido a Cr\$ 380. Um aumento de 52%, portanto. Durante o período no entanto, a inflação acumulada esteve um pouco mais acima de 100% (FGV, 1986:62).

A tarefa de organizar produtores que fornecem tomate para transformação agroindustrial é, sem dúvida, reduzida ao mínimo no relacionamento comercial da indústria com os colonos de um projeto público. Quando a CICA se instalou na Região, pode-se dizer, havia já uma razoável infra-estrutura, deste tipo, montada. Sabe-se que a inserção dos perímetros no complexo agroindustrial estava prevista no PPI conforme já referido. Para se ter uma idéia, a CICA, com a capacidade de operação que tem hoje, possui cerca de 650 fornecedores, espalhados num raio máximo de 100 km, localizados nos Municípios de Juazeiro, Petro

* Antes do Plano Cruzado.

lina e Santa Maria da Boa Vista. Praticamente, são mini, pequenos e médios produtores, quase metade deles produtores dos projetos públicos. Se computada a produção particular da CICA, provavelmente se constatará que mais da metade de seu abastecimento provém dos perímetros irrigados da CODEVASF.

Somente agora começa a CICA a dar os primeiros passos para diversificar sua linha de produção. Até 1985, ela praticamente só tinha feito uma única transformação industrial. Prepara um concentrado de polpa de tomate para ser beneficiado na matriz, em Judiaí (São Paulo). (V. ilustração a seguir).



Algumas experiências já foram testadas com sucesso. É o caso da goiaba, dos aspargos e da pimenta.

A tarefa de organizar e de garantir o fornecimento do tomate faz a CICA mobilizar recursos humanos e materiais: técnicos agrícolas, agrônomos, veículos, etc. possivelmente também estes custos são minimizados no caso da convivência da CICA com a produção originária dos perímetros.

Questionados sobre a viabilidade econômica deste tipo de transação, os colonos, em sua grande maioria, não vacilaram em responder positivamente, face às necessidades de garantias e de redução de riscos. Praticamente todos eles usaram a palavra "garantia" ou um sinônimo, nas respostas que deram. É o seguinte o teor de algumas delas: "porque se torna mais garantida a produção"; "porque o plantio está seguro"; "porque oferece garantia e segurança possuir um comprador certo". Certos colonos chegaram a comentar que, com a cultura do tomate, eles geralmente pagam o financiamento bancário de todas as culturas plantadas no ano. Com isto, querem dizer que as receitas obtidas com a venda das culturas se constitui praticamente (praticamente, porque, afinal, o crédito anual não contempla 100% das necessidades de custeio da produção, como se sabe) em algo muito próximo a seus lucros líquidos. Alguns colonos dizem que a cultura do tomate, às vezes, paga todos os custos.

Com certeza, a experiência de comercialização, adquirida pelos colonos com as outras culturas, justifica as afirmações positivas dadas à venda antecipada à CICA. A dificuldade não está no escoamento, está na flutuação dos preços. Não parece sério o problema de encontrar comprador. Quase sempre eles aparecem, foi o que se pôde perceber pelas declarações dos colonos e pela observação *in loco*. A cebola é um bom exemplo. Trata-se da cultura mais importante do Mandacaru, depois do tomate. Em 1984, representou 32% do valor da sua produção total (V. TABELA 3). Neste ano, apesar da quantidade produzida ser pelo menos três vezes menor, em termos de valor monetário, permitiu ao colono obter com ela quase o mesmo que obteve com o tomate. Pode-se notar na Tabela 3 que, com esta cultura, os co

lonos obtiveram quase 75% do faturado com o tomate. Considere-se ainda que normalmente a cebola requer custos menores.

São nacionalmente conhecidos os problemas encontrados, com certa frequência, pelos produtores de cebola do submédio São Francisco, para escoar sua produção em determinadas épocas, quando o preço pago não justifica sequer que se faça a colheita. Esta é uma cultura que faz a Região sobressair-se, nacionalmente, como um de seus mais importantes celeiros. Muitas vezes, por isso, são noticiados na grande imprensa do País protestos relacionados às condições dos preços obtidos no mercado. Jogar a cebola no rio é mais cômodo, em certas condições, que vendê-la.

As culturas não negociadas com a CICA, geralmente, são comercializadas com intermediários, "caminhoneiros ou atravessadores", como são conhecidos. Algumas vezes, entretanto, estes produtos são comprados por supermercados de Salvador e Recife. Outras vezes, são exportados, caso mais raro. Quando o volume é muito pequeno, o próprio colono se encarrega da comercialização. A propósito, não se registra desvio da produção, fato, algumas vezes, denunciado em outros perímetros. Observou-se, também, que é um tanto comum a Cooperativa apenas realizar o primeiro contato com o comprador, ao colono, cabe a incumbência de fazer as negociações com ele, à sua maneira. Não consta que haja grandes diferenças nos preços pagos pelos compradores destas culturas. Todos eles pagam segundo a cotação do produto no dia da compra. As duas partes se mantêm bem informadas sobre o assunto. Todos os compradores, inclusive a CICA, costumam arcar com as despesas de transporte.

As conseqüências do estilo de articulação adotado em Mandacaru, sobre as possibilidades de haver mecanismos seguros de apropriação do excedente produzido internamente, serão observadas no próximo capítulo. Até aqui, o mais importante, parece haver sido a constatação a seguir. O Mandacaru, pelas condições de organização de sua produção demonstra possuir uma maneira de inserir-se na economia regional, típica dos padrões de expansão capitalista, assimilados mais recentemente por certos setores do meio rural. Os níveis de produtividade encontrados propiciam mercado às indústrias de insumos e máquinas agrícolas. A comercialização atende não só à instalação e operacionalização de indústrias processadoras de alimentos como também à maior demanda provocada pelo crescimento da urbanização experimentado nos últimos anos.

7 RELAÇÕES DE APROPRIAÇÃO

Para que floresçam "pequenas propriedades eficazes", em "Núcleos de Desenvolvimento Agrícola", que façam surgir uma "nova mentalidade de desenvolvimento rural", como explicitamente quer o Governo da Nova República (ABREU, 13.07.86), parece inquestionável a necessidade destes núcleos poderem reter um certo nível do excedente gerado internamente; que possam, por isto, acumular capital e reproduzirem-se ampliamente. Leva-se em conta que não se pretende sustentar paternalisticamente a pequena propriedade, nem instalar minifúndios. É óbvio, de qualquer maneira: as classes no poder pretendem potencializar o processo geral de acumulação.

Falar em apropriação no modo de produção capitalista é falar em acumulação e reprodução ampliada do capital. Levadas a um denominador comum: exploração de mais valia. Se existe reprodução ampliada certamente é porque parte da mais valia, gerada no perímetro, pelo menos em certa proporção, permanece em mãos de seus "proprietários", e permite o crescimento de suas riquezas. Certamente é porque existe apropriação do excedente, pelo menos em porções razoáveis.

É difícil quantificar a parte da mais valia gerada internamente, que cabe a cada colono. Dificilmente, lucro e mais valia se confundem. Assim como preço e valor. Entretanto, nunca foi impossível fornecer evidências de apropriação do trabalho excedente num sistema de produção.

A renda, considerada como uma parte da receita que excede todas as despesas necessárias para a realização do pro

duto no mercado, proporciona boas indicações dos níveis de acumulação de que são capazes os colonos, além de dimensionar as condições internas de apropriação do sobretrabalho. Consideram-se para este efeito apenas os rendimentos auferidos exclusivamente com as atividades agrícolas no perímetro. Não se mencionam, portanto, eventuais rendimentos com a incipiente produção pecuária e com o aluguel de algumas máquinas, ou com outra propriedade.

As dificuldades de acesso a este tipo de informação, guardada quase sempre com algum sigilo, obrigou a pesquisa de diferentes fontes, de épocas distintas, além do uso de outros parâmetros.

Há três anos atrás (1983), quando ainda só havia asentados 42 colonos em Mandacaru, o "faturamento médio" mensal por associado da CAMPIM, acusado no balancete daquele exercício, aproximou-se a 30 salários mínimos (Ver informativo em anexo). Nesse ano, as atividades agrícolas do projeto permitiram uma renda *per capita* mensal a seus irrigantes de Cr\$ 1.476.330. Para se ter uma melhor idéia, o salário mínimo que vigorou até maio de 1984, no Nordeste, foi de Cr\$ 50.256.

Se não fossem outras evidências nesse sentido, seria legítimo pôr em dúvida a representatividade dos resultados financeiros alcançados em 1983. Este não pode ser considerado um ano atípico, no máximo, um ano de bons negócios. Mas, ainda assim, não são extraordinários em relação aos últimos anos. O relatório apresentado pelo Conselho de Administração da CAMPIM, no balanço de 1985, por exemplo, baseia-se nesta constatação. Para ele, os excelentes resultados deste exercício "vêm se

produtividade média de 41.114 kg/ha. Ainda para evitar exageros, tomou-se parâmetros utilizados no "plano agrícola" de 1979, quando a produtividade estimada para o tomate era de 25 toneladas por hectare, numa época em que eram negociados com mais dificuldades, os preços de venda da produção destinada à agroindústria (v. capítulo anterior). Por tudo isto, os cálculos abaixo dificilmente podem estar superestimados.

Antes de continuar a exposição é prudente ter presente o seguinte: são considerados custos de produção as despesas com mão-de-obra, insumos, mecanização, irrigação e juros, com integralização de capital, com reservas técnicas, etc.

Em 1985, a produção de tomate rendeu mais de 3,8 bilhões de cruzeiros de faturamento bruto aos 48 colonos de Mandacaru. A receita bruta média, obtida com o tomate, neste ano, foi, portanto, de Cr\$ 13.485.087 por hectare plantado, o que corresponde a um preço médio de Cr\$ 327,94 por quilo de tomate comercializado. Considerando o mesmo "nível crítico de produção" estimado para 1979 (12.228 kg/ha), isto é, aquela parte da produção de tomate que assegura seu custeio, e levando-se em conta que cada colono plantou em média cerca de 6 ha. dele, em 1985, chega-se à conclusão de que o tomate permitiu uma receita líquida média mensal por irrigante de Cr\$ 4.244.608 neste ano. Para um período em que o salário mínimo médio esteve abaixo dos Cr\$ 400.000 mensais, ganhava-se, portanto, em média, mais de 10 salários mínimos de renda em Mandacaru com esta cultura. Some-se a isto que os colonos tinham ainda disponíveis mais de 60% de sua capacidade de produção, com culturas que, geralmente, proporcionam taxas de lucros maiores.

O exemplo com o tomate é oportuno, ainda, porque define quase uma renda mínima; isso quando não existe a perda da produção, quase sempre provocada por excesso de chuvas (coisa rara na Região). A propósito, os colonos não costumam receber PROAGRO, pois este só cobre as perdas totais da produção (coisa raríssima no Mandacaru). A cultura do tomate costuma ser uma parte da produção normalmente comercializada. Os níveis de preços combinados com o tomate ao que parece não permite prejuízo. E ao que tudo indica, garantem, anualmente, ao colono um lucro seguro. Os outros produtos sofrem quase sempre da flutuação de seus preços. Estão, assim, mais vulneráveis, apesar de seus planejamentos, ainda que possam trazer lucros surpreendentemente maiores. Por este motivo tornou-se conveniente, dentro do possível, demonstrar o que seguramente é um nível mínimo de rendimento dos colonos: a receita com o tomate.

Mesmo assim, são indispensáveis alguns exemplos sobre os rendimentos obtidos com outras culturas. Eles mostram até onde pode chegar o faturamento de um colono. Em 1983, (veja-se informativo anexo), 80% das receitas dos colonos se deveram a outras culturas que não o tomate. Um irrigante que plante 6 hectares de melão em junho de 1986, supõe-se que não gaste mais de Cz\$ 66.000, agora, totalmente financiados (este é o valor básico de custeio para o melão — Cz\$ 11.000 por hectare). Com os preços congelados, supor 50% de acréscimo nos custos é, sem dúvida, supor um grande acréscimo. Sejam então Cz\$ 99.000. Ao plantar, ele já pode fechar um contrato de comercialização para exportação. Para os melões colhidos em outubro e novembro já é comum este tipo de contrato na Região. Com a produtividade alcançada em Mandacaru, não se consegue menos de Cz\$ 354.900

pela produção dos 6 hectares citados. Considere-se a produtividade de 1979 (13.000 kg/ha) e um preço ao produtor de Cz\$ 4,55 por kilo, segundo pesquisa de acompanhamento de preços a nível de produtor feita pela EMATER-BA. Isto pode representar, portanto, para este irrigante uma receita líquida média mensal de quase 26 salários mínimos. Não é demais lembrar, pois isto pode não ser tudo, que se planta geralmente duas vezes no ano.

Se são 10,20 ou 30 salários mínimos, para efeito do que se persegue, não faz muita diferença. Num País, com 65% de sua população ativa ganhando menos de dois salários mínimos. (no campo esta proporção chega a 80%), sem dúvida, esta é uma boa renda.

Evidentemente não são altas rendas. Leva-se em conta, é claro, a dimensão dos estabelecimentos. Entretanto, veja-se, supera-se até mesmo os níveis de renda *per capita*, da população diretamente beneficiada, estimados pelo próprio PPI. Esperava-se chegar a uns 350 dólares anuais a renda de cada membro da família do irrigante (MINTER/GEIDA, 1971:15). Estimando-se por baixo, na faixa dos dez salários mínimos por colono, para uma família com 7 membros, calcula-se em mais de 830 dólares (pelo câmbio oficial) a renda *per capita* anual da população, assentada em Mandacaru. O PPI estima em cerca de 100 dólares a renda média anual rural *per capita* brasileira.

Uma pessoa desatenta poderia contra-argumentar a viabilidade das médias apresentadas. Elas poderiam não traduzir as desigualdades internas de renda. Contudo, por dois motivos, esta crítica não se justificaria. Primeiro, não é objetivo deste trabalho investigar as disparidades de renda dos colonos. Segundo, e mais importante, os desvios sobre a média não pare

cem comprometer as afirmações feitas. Tomou-se, contudo, esta precaução. Trabalhar com praticamente todo o universo permite um grau de confiança sobre o resultado da análise de, no mínimo, 98%.

Evidentemente, nem todos os colonos ganham igual ou possuem as mesmas condições de renda. Alguns ultrapassam a média, outros sequer a alcançam. Um estudo pormenorizado sobre o assunto envolveria a investigação de uma série de "variáveis": o tamanho da propriedade, a época de ingresso no perímetro, as condições climáticas e de preço enfrentadas individualmente e até mesmo a idade, as condições de saúde e o nível cultural, só para citar algumas. É assunto, portanto, para uma outra tese. Um colono que não tenha feito uma feliz previsão sobre o clima e a época da colheita pode em determinado ano obter uma renda que não traduz seu nível médio anual. O tamanho da propriedade, muitas vezes, não é sinônimo de maiores produtividades. Enfim, só há uma conclusão, a média, para os objetivos que se persegue, é a melhor medida da posição, a de maior estabilidade.

São poucos os agricultores de **Mandacaru** que se destacam sobre a maioria. Mesmo assim, já se nota que alguns agricultores estão superando a condição de pequenos produtores. A própria CAMPIM reconhece esta distinção. Assim ela se refere a si mesma: "... uma empresa formada por 48 pequenos e médios produtores rurais" (CAMPIM, 1985). A postura da política oficial de crédito com os colonos revela interessantes aspectos a este respeito. Sabe-se que a atitude dos poderes públicos nesta área da economia tem variado quase anualmente. Ainda assim, vale observar sua versão atual. Para delimitar os percentuais sobre os totais necessários a serem financiados para custeio da produção, estimados pelo banco, costuma-se classificar os produto

res pelos MVRs (Maior Valor de Referência) que requerem suas culturas. Nesta classificação, ultimamente, de seis a oito agricultores de **Mandacaru** são considerados médios produtores, ou seja, necessitam em suas atividades de um financiamento que pode variar de 601 a 3.000 MVRs. Isto em janeiro de 1986, quando o MVR estava custando Cr\$ 272.000. Os outros agricultores são considerados, nesta classificação, como pequenos produtores, um grau acima de mini, numa faixa de demanda de financiamento de 201 a 600 MVRs.

O associativismo cooperativista parece impor, por um lado, um tipo de solidariedade entre os colonos que, de alguma maneira, impede baixos níveis de renda em **Mandacaru**. Aos mais fracos financeiramente, intensificam-se as atenções da assistência técnica^{VE} social. Por outro lado, a reincidência de maus resultados, naturalmente, obriga a saída do colono. Descontenta à maioria a inadimplência redobrada de alguns, pois, nesses casos, os prejuízos também são socializados. Cerca de 25% dos colonos deram depoimentos bem claros, sobre a maneira como deve ser tratado o colono que não cumpre com as atividades financeiras da Cooperativa: "colocar para fora", "irresponsável", são alguns desses depoimentos.

Estes dois mecanismos, um de expulsão e o outro de fortalecimento interno de todos, impedem grandes desigualdades na rentabilidade por hectare cultivado em **Mandacaru**. Como não é grande a rotatividade dos colonos, é de se esperar que a faixa de renda, predominante entre eles, esteja bem próxima da média.

Por este motivo não tem fundamento falar-se em privi

légios restritos a um grupo :

The very limited hectatage put under irrigated cultivation so far has benefitted rural producers who already enjoyed relatively privileged positions, protected from the excesses of climate and rarely forced off their land by a drought* (HALL, 1978:80).

Mesmo sem acreditarem na possibilidade de consolidação de uma camada de pequenos produtores nos projetos públicos de colonização, alguns autores não deixam de evidenciar a existência de "altas rendas", a elevação do padrão de vida e de consumo material de muitos colonos. Uns, como AUED, (1980) acham que são temporários e restritos os altos rendimentos observados, e que não chegam a refletir um rompimento das relações sociais de produção destas famílias. Outros, como no estudo do ESPLAR (1977) por outro lado, argumentam, sobretudo, em função das novas relações que se criam. Ainda que, segundo crêem, não se estabeleçam produtores capitalizados. Segundo este mesmo estudo, não há aplicação do excedente internamente, pelo desestímulo da ausência do título da terra. Mas há excedente aplicado externamente, e há consumo suficiente para criar uma "classe consumidora", como se referem preconceituosamente às possibilidades de acesso a automóveis, geladeiras e televisores.

Dentro do perímetro de **Mandacaru** não há nenhuma perspectiva de expansão do módulo explorado pelo colono. Eis aí uma limitação concreta para aplicação interna do excedente apro

* "O número muito limitado de hectares colocado sob cultivo irrigado, até agora, beneficiou produtores rurais que já gozavam de posições relativamente privilegiadas, protegidos dos excessos climáticos e raramente forçados a deixarem suas terras por causa da seca" (Tradução do autor).

priado pelo colono. Depois, não são muitos os investimentos necessários para um melhor aproveitamento do lote. É verdade que alguns lotes ainda não possuem vias de acesso internas, precisam de sistematização para melhorar a irrigação e a drenagem; e outros ainda possuem muitas pedras. Não chegam a ser expressivos, porém. A grande maioria dos colonos não tem mesmo como acumular individualmente no interior do projeto. Não acumular internamente em nada muda a substância do problema. As grandes empresas estrangeiras precisam do controle da remessa de lucros para não evadirem com o excedente apropriado internamente. O Estado deixou ao colono a obrigação de capitalizar a Cooperativa. Mas como expandir a área se não há mais área disponível. Não importa onde se acumula, importa saber se há acumulação.

Não se pode, mesmo, dizer que não exista interesse em aplicar internamente o excedente apropriado. Ele, concretamente, tem limites de expansão neste sentido. É natural, por tudo isto, que considerável parte da riqueza, apropriada em Mandacaru, deva ser encontrada sendo investida fora do raio de ação de suas atividades internas, ou simplesmente sendo consumida na melhoria do padrão de vida das famílias de colonos. Muitas vezes, os indícios de acumulação são mais fortes externamente. Rendimentos obtidos fora do perímetro, para alguns, são mais que simples complementos do que se apropriam como colonos. São manifestações claras de expansão de seus capitais. Algumas propriedades extralotes, dão dimensões mais humildes a um *status* de irrigante.

Um levantamento sobre as propriedades e negócios externos ao perímetro, às vezes, revela bem melhor os níveis de

apropriação, de renda e de acumulação que caracterizam hoje as relações de produção dos colonos. Mais de 40% deles declararam possuir propriedades fora do Mandacaru. A grande maioria, é formada de pequenas propriedades próximas ao perímetro, de tamanho geralmente maior que o lote, e com agricultura irrigada. Há quem possua propriedades de até 300 ha, e quem não possua nenhuma outra, e tenha preferido instalar uma casa comercial. E há aquele que, além do lote, lida com outra propriedade e com o comércio. Parece, enfim, que são poucos os que não possuem dinheiro aplicado externamente.

O padrão de vida, para a grande maioria dos colonos de Mandacaru, é, sem dúvida, um padrão alto, comparando às condições do homem do campo, principalmente do Nordeste. São, no mínimo, boas as condições de moradia, de saneamento, lazer, assistência médica e educacional. Nada de extraordinário, para o nível de renda alcançado pelos colonos, se apresenta em seus padrões de consumo. Evidentemente estão integrados numa sociedade que já não discute a necessidade de bens de consumo duráveis, como aqueles que ilustram as incompreensões destas evidências de melhores níveis de vida. Mais de 80% dos colonos declararam possuir veículos. Destes, menos de 20% possuem mais de um veículo. Alguns, como se sabe, possuem tratores, imóveis, terrenos e apenas dois declararam não possuir televisão.

O desenvolvimento do capitalismo, como se sabe, leva ao recrudescimento do processo de acumulação e de centralização dos capitais. Porém, engana-se quem pensa que o capitalismo não cria novos capitalistas. Nunca é demais lembrar, o "crescimento do capital social realiza-se através do crescimento de muitos capitais individuais". ... "com a acumulação do capital cres

ce, portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas" (MARX, 1975:726, Liv. 1).

Somente as condições concretas do processo de trabalho, em sua totalidade (na produção, na troca, no consumo e na distribuição), podem assegurar a apropriação e a acumulação. Diante da concorrência, de nada adiantaria possuir os meios de produção, se pelo menos parte do produto excedente não puder ser continuamente revertido ao processo de produção.

Mandacaru passa a impressão de ser um bom exemplo de "pequena propriedade eficaz". E de ser um "Núcleo de desenvolvimento agrícola" com uma "mentalidade" diferente. Mais que isto, **Mandacaru** espelha com muita modernidade quais podem ser as conseqüências deste tipo de postura oficial frente aos destinos da pequena produção. A concorrência enfrentada, ao que tudo indica, assegura a proliferação de pequenos capitalistas. A conjuntura das relações estudadas permite aos colonos obterem ganhos que lhes garantem ultrapassar a reprodução simples de seus capitais. Com isto, esta camada de agricultores sai da condição de explorada para a de exploradora.

Não pagar renda da terra deve fazer maior a parte excedente disponível ao colono, porém, é muito difícil acreditar que somente o não pagamento da renda da terra possa garantir os níveis de acumulação encontrados. É de se supor que consideráveis frações do trabalho não pago estejam sendo retidas pelo próprio colono e por ele reaplicadas. É possível, e quase certo, que uma parcela deste trabalho esteja sendo transferido à agroindústria. Prestando "serviços gratuitos à agroindústria", como escreveu SORJ (1980:63). E esteja subsidiando a acumulação

nas grandes cidades, mantendo baixo os custos de reprodução da força de trabalho.

SORJ, entretanto, superestima a fragilidade de **Mandacaru** no fortalecimento do complexo agroindustrial no Brasil. Como pôde ser observado pelas relações de troca, a convivência com a CICA não sufoca inteiramente a apropriação interna, permite uma redução dos riscos de comercialização. É assegurada, no mínimo, a cobertura dos custos das outras culturas plantadas. Neste sentido, o relacionamento com a agroindústria cumpre uma funcionalidade para o capital mobilizado pelo colono. Dá garantias de retenção de boa parte da mais valia gerada.

Como se pôde notar, isto não tem impedido aos proprietários da produção a retenção do excedente produzido. Não se poderia esperar que um perímetro com 13 anos de operação, metade dos quais enfrentados com muita dificuldade, com quase metade de seus colonos com ainda menos de seis anos de ingresso, pudesse contar com uma camada de agricultores com níveis mais altos de acumulação (PONTES, 1978:23). É de se esperar que grandes somas tenham sido despendidas inicialmente na melhoria das condições de produção, na formação do patrimônio individual, na ampliação do patrimônio coletivo, além, evidentemente, no consumo de bens que lhes viesse a garantir melhor padrão de vida.

"Arregacei as mangas, corrigi as imperfeições do terreno, adubei a terra com estrume animal e em 1984, em 4 hectares plantados, consegui 92 toneladas de cebola da melhor qualidade. Possuo carro novo, casa ampla e confortável e já comprei até outra propriedade perto daqui por Cr\$ 60.000.000 (sessenta milhões de cruzeiros)". (CODEVASE, s.d.), — Depoimento de um colono.

As relações de produção estabelecidas estão, ao que tudo indica, permitindo aos colonos a acumulação de excedente. Somente limitações físicas de ampliação dos lotes parecem não permitir a acumulação interna de capital, notada sobretudo sob a forma de capital coletivo, através da associação cooperativista. O crescimento do capital individual é observado em inversões externas ao perímetro; em propriedades e imóveis, fundamentalmente. A inserção, no complexo agroindustrial e no mercado abastecedor de grandes centros através de intermediários, não parece estar impedindo ao colono a apropriação das riquezas produzidas internamente.

8 A INTERVENÇÃO DO ESTADO

Difícil imaginar a consolidação de uma camada de pequenos empresários rurais, nos moldes como ocorre em Mandacaru, sem a presença do Estado. A iniciativa privada, no Brasil, não tem dado provas de interessar-se em subsidiar esta modalidade de criação de novos capitais, ainda que pequenos. Fala-se, assim, em criar, porque de fato, pelo menos no perímetro que se estuda — para não se generalizar gratuitamente —, a colonização oficial cria novos agentes para o capital. Transforma agricultores tradicionais em pequenos produtores capitalizados, além de, evidentemente, criar e expandir relações de assalariamento.

Difícilmente um pequeno grupo de agricultores de baixa renda teria condições materiais e intelectuais de lançar-se num empreendimento desta envergadura. São altos os investimentos necessários à implantação de um perímetro irrigado. Só com o conhecimento (*know-how*) das técnicas agrícolas de culturas de alta rentabilidade, únicas a justificar estes vultosos investimentos, pode-se viabilizar economicamente o uso da infraestrutura instalada. Soma-se a isto a necessidade de destreza nas técnicas de administração comercial. São limitações muito grandes, suficientes para impedir que tal empreendimento possa surgir de um segmento social originariamente tão distante de tudo isto.

Não há nada de surpreendente no papel que cumpre o Estado no caso de Mandacaru. Após a crise de 1929, poucos países conseguiram implantar e amadurecer um parque industrial sem uma decisiva intervenção estatal nas atividades diretamente proo

duativas de suas economias. Certamente este não é um mero acidente de percurso do capitalismo nesse século. Desde fins do século passado, principalmente, a centralização dos capitais lhe tem permitido a realização de grandes empreendimentos. Nesta trilha, proliferaram-se as sociedades anônimas e similares, dando ao capital social a possibilidade de acesso a somas raramente disponíveis na mão de um único capitalista. Cresce em importância a grande sociedade anônima. Perde terreno o "capitalista-empresário" (COUTINHO & REICHSTUL, 1977:56). Também nesta mesma trilha, o Estado intervencionista se instalou.

No capitalismo retardatário o Estado não pode limitar-se às funções clássicas de administração fiscal e monetária: as condições objetivas do desenvolvimento lhe impõem a tarefa de criar e acumular capital produtivo, centralizar e intermediar o capital financeiro além de supervisionar, ordenadamente, a constituição da base pesada do sistema industrial. (Idem, 59).

A ele coube realizar tarefas essenciais à acumulação do capital que, geralmente, ou não interessavam lucrativamente, ou não tinham condições financeiras de serem executadas pela iniciativa privada. Nestas tarefas, o Estado é, sem dúvida, um criador de novos capitais. Um "agente centralizador de valor excedente disperso na sociedade", como diz AUED (1980:60).

A experiência da industrialização, no Brasil, é pródiga de exemplos deste tipo. Aqui, aliás, o Estado como agente produtor foi além disto. Sua ação produtiva sobre os destinos da economia nacional é, para ser discreto, gigantesca. Sabe-se que responde por mais da metade do Produto Nacional Bruto (PNB).

Indiscutivelmente, a ação do Estado como agente produtor nunca foi vista sem certa reserva pelo sistema capitalista. Não é de hoje que importantes frações da burguesia se movimen

tam numa briga anti-estatizante. De alguma maneira, a atitude intervencionista dele fere alguns princípios da "livre iniciativa" e da propriedade privada numa estrutura mercantil. Ainda assim, se os impostos pagos pelo capitalista, ou melhor, a proporção da mais valia, que inevitavelmente já divide com a máquina estatal, em nada se modifica, não agride ao capital, e a ele serão sempre interessantes medidas que podem potencializar a acumulação e fortalecer o desenvolvimento do modo de produção estabelecido.

Desde o princípio, o modelo implantado com o PPI teve sua concepção norteada por idéias inteiramente afinadas com as formas recentes de penetração capitalista no campo. É este o pensamento de Bernardo Sorj quanto ao caráter da intervenção estatal no novo padrão de desenvolvimento agrícola brasileiro:

A ação do Estado nesse contexto orienta-se para a modernização da agricultura, visando a integrá-la ao novo circuito produtivo, liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima, ao mesmo tempo que mantém seu papel de estabilizador entre as necessidades do mercado interno e a pressão do mercado externo, e de gerador das condições infra-estruturais necessárias à expansão do conjunto do setor. (SORJ, 1980:69).

A questão da tentativa de racionalização empresarial da intervenção estatal na agricultura irrigada, do Nordeste, é percebida por dois importantes autores, entre outros. O próprio SORJ refere-se à criação da CODEVASF, como resultado de uma postura diferente do Estado em relação à integração de suas tarefas no setor primário com o processo geral de acumulação capitalista que se delineou nos últimos vinte anos. Segundo ele, empresas públicas como a CODEVASF passaram a ser orientadas por uma nova dinâmica. Administradas agora, "pelos mesmos critérios de maximização de lucros da empresa privada" (SORJ, 1980:50).

Manuel Correia de Andrade, por sua vez, manifesta este mesmo tipo de opinião: para ele a CODEVASF foi criada "dentro da filosofia de empresarialização da atuação dos órgãos públicos" (ANDRADE, 1982:101).

A intervenção estatal na economia brasileira raramente precisou de consultas à população. Muito esporadicamente foi produto de reivindicações das massas trabalhadoras, principalmente nas duas últimas décadas. Quando consideradas essenciais para o fortalecimento do sistema capitalista, o Estado, autoritário, tomou decisões que visivelmente passam por cima, mesmo do que parecia ser produto de um diálogo entre ele e o empresário nacional. A Transamazônica, as usinas nucleares, a ferrovia do aço e, por que não, os perímetros irrigados, são bons exemplos disto. Este editorial do "Estado de São Paulo", do dia 23 de junho de 1972, fornece boas indicações neste sentido:

Importante seria saber se não haveria forma mais econômica, menos dispendiosa, de tornar verdes alguns hectares de caatinga sertaneja. Se, por exemplo, o Nordeste não lucraria mais com a aplicação dos dois mil dólares por hectare em outras áreas onde nada se faz, como a Zona da Mata ou nas terras do Maranhão. (Apud ALED, 1980:85).

Não compete a este trabalho discutir os custos dos investimentos realizados nem medir a viabilidade econômica de seus benefícios. Parte-se da constatação de que os perímetros são fatos consumados. Métodos alternativos de intervenção, com custos mais amenos, podem e devem ser testados para novas experiências, para estas, muito pouco haveria que fazer para reduzir os custos. Os perímetros estão implantados e em grande número.

Não consta que os projetos públicos tenham sido reivindicados por quem deles se beneficiou, nem por qualquer as

sociação de trabalhadores ou produtores agrícolas.

Os perímetros irrigados também estiveram distantes das deliberações dos poderes municipais e estaduais. Um Estado autoritário, montado sobre uma esdrúxula "Ideologia de Segurança Nacional" tinha que, de alguma forma, reproduzir seu modo de ser no "Plano de Integração Nacional". Nada disto impediu, entretanto, que as ações de Estado com os Projetos Públicos pudessem satisfazer aos interesses do capital social e da camada de agricultores assentados em Mandacaru.

O MIRAD considera que o "grande número de frustrações" nos projetos públicos de colonização, dentre eles os perímetros, entre outros motivos, deve-se a ingerências político-pessoais, à reduzida participação do trabalhador e dos poderes municipal e estadual, e à má administração (MIRAD, 1985:30). Possivelmente não são infundadas estas constatações.

Inexistem provas de que os projetos públicos fracassados tenham sido por contradições com o modo de produção capitalista. Consolidar esta modalidade de intervenção na estrutura produtiva da sociedade foi evidentemente uma decisão tomada com o intuito de garantir a penetração capitalista na agricultura nordestina. Para tanto, o Estado não hesitou, inclusive, em usar dos mesmos métodos que vêm caracterizando historicamente os processos de acumulação primitiva do capital. Com a mesma brutalidade, foram desalojados grandes contingentes populacionais.

As áreas escolhidas geralmente dispõem de terras especiais: muito próximas a fontes de água. Em se tratando do semi-árido, estes solos são, sem dúvida, privilegiados. São áreas,

por isto, muito valorizadas. Não é de espantar que quase sempre já apresentassem uma densidade populacional muito grande. Como era de se esperar, foi enorme a quantidade de habitantes desalojados nos locais escolhidos para instalação dos Perímetros.

A tese de Antony Hall (1978) continua sendo o documento escrito mais citado sobre o assunto. Com base em levantamentos feitos a respeito da população alojada e desalojada por três Perímetros, ele chegou a determinar em um para seis a relação da primeira para a segunda:

On all the projects studied, the number of people obliged to leave the land they had worked because of expropriation was six times the number who have so far been reabsorbed by the irrigation schemes subsequently built in those areas*. (HALL, 1978:70).

Geralmente os documentos oficiais se referem à prioridade de absorção da população originária (INCRA, 1964:47). Os próprios critérios de seleção elaborados, entretanto, já se encarregam de eliminar esta garantia (ESPLAR, 1977). Os motivos estão claros. Veja-se o que escreveu um técnico da SUDENE:

Nos projetos de irrigação, a seleção envolve aspectos da maior importância, face ao nível de conhecimento que seria desejável encontrar-se nos colonos... tais requisitos cingem-se desde alfabetização de grau pelo menos primário, até o conhecimento de algumas práticas agrícolas inerentes ao sistema e mesmo, de gerência empresarial. (COELHO, 1974:72).

Um dos argumentos mais utilizados contra os Perímetros diz respeito à reduzida parcela de beneficiados; o que tem fundamento. Contudo, não poderia ser diferente, mesmo que

* "Em todos os projetos estudados, o número de pessoas obrigadas pela expropriação a deixarem a terra onde trabalhavam, foi seis vezes maior que o número de pessoas até então reabsorvidas pelos projetos de irrigação posteriormente construídos nestas áreas" (Tradução do autor).

houvesse disponibilidade de recursos para a proliferação deste modelo de núcleo agrícola. Simplesmente porque nem todos poderiam ser capitalistas. Não existe capitalismo sem o trabalhador assalariado.

Os perímetros, quando projetados pelo PPI, tinham neste sentido uma perspectiva razoavelmente mais nítida quanto ao contingente que poderia se beneficiar diretamente de suas ações. Sabia-se que eles trariam uma contribuição ainda modesta frente à dimensão do problema de milhares de nordestinos que vivem na mais absoluta situação de miséria (MINTER/GEIDA, 1971:14).

Aturdido com o impacto dos perímetros sobre o meio rural, com desapropriações, expulsões e desmantelamento das atividades pré-existentes, GOMES (1979) chega a fazer uma consideração que demonstra muito bem quais as conseqüências reais da ação pública planejada para este setor, se realizada, face à população assentada e marginalizada pelo processo:

Uma eventual melhoria dos padrões de renda dos poucos colonos irrigantes teria o efeito de criar um novo e pequeno grupo privilegiado na sociedade rural do Nordeste, e não parece que este seja um resultado apreciável para uma política que, nos seus primórdios, afirmava procurar fortalecer a situação econômica das populações pobres tradicionais vítimas da seca. (GOMES, 1979:445).

Constatações como as de HALL (1978) são motivos para desqualificar o assentamento realizado como ação voltada para a colonização. Não se colonizam áreas já colonizadas. Neste sentido, a denominação de irrigantes é mais precisa que a denominação de colonos, aqui utilizada também, pela facilidade com que os identifica. Este é um dos modos por que eles mesmos se reconhecem.

Guardadas as proporções, a situação não foi diferen

te no **Mandacaru** quanto à população reabsorvida pelo perímetro. Resta somente no local, a família de um antigo habitante da área. Sabe-se, também, muito pouco a respeito dos que ali viviam, além do fato de que habitavam uma grande propriedade em estado de abandono, parcialmente ocupada. Levantamentos feitos junto a antigos moradores dão conta de cerca de sessenta pessoas (10 famílias) ali residentes.

Não há muita alternativa para a máquina estatal no caso dos perímetros, a menos, que não seja mesmo intenção do poder central obter sucesso com estas vultosas inversões de recursos públicos, o que é difícil imaginar. Ou o Estado permanece sendo dispendiosamente paternalista, e com escassas condições de subsidiar o capital social, ou permite que estas camadas de agricultores possam caminhar com as próprias pernas. O **Mandacaru** mostra que é possível e interessante ao capital uma experiência bem sucedida com o assentamento, ao que parece.

Uma coisa está bem clara. Ao Estado nunca pareceu interessar assumir diretamente a produção nos projetos públicos. Manter empreiteiros-colonos para baratear o custo da produção das agroindústrias e de reprodução da força de trabalho, ou para resolver tensões sociais, criando mais tensões, não parece uma solução muito inteligente do ponto de vista da racionalidade da acumulação. Haveria, certamente, meios infinitamente menos onerosos para subsidiar a reprodução ampliada do capital social. Criar novos capitais é um deles.

Indubitavelmente na forma em que estão, muitos perímetros representam não só um imenso desperdício para o Estado, como para um país onde ainda se morre de fome, apesar de "alguns

resultados positivos" nas palavras do MIRAD (1985:30). De to dos os perímetros da área prioritária Juazeiro/Petrolina, o único efetivamente emancipado e com títulos de propriedade transferidos aos colonos é o Mandacaru. Até o momento, nenhum outro tem demonstrado ter alcançado a sua maturidade (Veja-se o caso de Bebedouro, item 1.2). Corre-se, por isto, o risco de produzir-se um desastre maior se forem precipitadas as emancipações.

Os colonos de Maniçoba já se manifestaram contrários à emancipação imediata, como está sendo proposta. (A TARDE, 13.05.86). O perímetro irrigado de Maniçoba não está dotado das mesmas condições de infra-estrutura do Mandacaru. Ele não dispõe, por exemplo, de uma Cooperativa, mecanismo indispensável à estratégia oficial de transferência da propriedade. Uma associação criada de chofre pode ser somente uma solução para os problemas imediatos do Governo. Em 1978, CARVALHO estimou ser necessário um "esforço", treze vezes maior que o desenvolvido pelo governo e pela iniciativa privada até aquela data, para irrigar 1.000.000 de hectares no Nordeste (CARVALHO, 1978:270). A Região que margeia o lago de Sobradinho, pelas disponibilidades de área irrigável, deve corresponder a uma considerável fração da área a ser implantada pela CODEVASF no PROINE, cerca da metade da área sob responsabilidade desta Empresa (A TARDE, 03.06.86), justamente a jurisdição da 3ª Diretoria Regional da CODEVASF, sediada em Petrolina. Não é difícil imaginar com que intensidade serão solicitados os técnicos, hoje ainda ocupados com perímetros como Maniçoba.

Para os cofres públicos, consta que não provêm rendimentos obtidos diretamente das tarefas de implantação. Nem mes

mo com as tarefas de manutenção e administração. Agora, no Governo da Nova República, a CODEVASF deve realizar em quatro anos o que não fez em toda sua existência. Como fazer, se sua mão-de-obra mais qualificada ainda não se descomprometeu dos projetos atuais!?

Em verdade, mesmo comprometido com a acumulação de capital no Brasil, o Estado, muitas vezes, não parece ter tido uma visão muito clara sobre os destinos do assentamento dos colonos. Chegou-se a imaginar, por exemplo, que "os projetos de responsabilidade do poder público", como são chamados no PPI as áreas com colonização, se baseariam em "pequenas unidades agrícolas familiares", com módulos de 5 hectares, "abrigando uma força de trabalho de 3 a 4 pessoas, com pequena ou nenhuma mecanização". (MINTER/GEIDA, 1971:75).

Pela própria natureza do empreendimento que lhe vinha dar viabilidade econômica, contudo, é de se esperar que uma experiência bem sucedida do ponto de vista da elevação da renda da população beneficiada acarrete a necessidade de uma estrutura de produção, pelo menos, um pouco mais ambiciosa em presarialmente.

NOVAES (1976), estudando a combinação dos "fatores de produção" em Bebedouro, com o modelo de programação linear, chega à conclusão de que a otimização dos recursos necessários, se não tiverem nenhuma limitação de capital para adquiri-los, só se realizará com a contratação de um grande contingente de trabalhadores (1976:127). Isto, segundo o plano agrícola do pe rímetro. COELHO (1974:64) denuncia a "descaracterização da empresa tida como familiar".

Para o próprio PPI, muitos dos projetos só justificam seus elevados investimentos através do cultivo de frutas e hortigrangeiros (MINTER/GEIDA, 1971:5). Difícil imaginar uma agricultura irrigada, mesmo com 5 hectares, com "utilização intensiva de insumos agrícolas..." (MINTER/GEIDA, 1971:17), com variedades especiais destinadas à exportação e processamento agroindustrial, coberta por uma "rede específica de serviços" de insumos agrícolas, comercialização, transporte, armazenamento, experimentação, etc; enfim, com uma "concentrada aplicação de recursos de capital" (MINTER/GEIDA, 1971:17), possa ser tocada por uma família de três ou quatro homens como prognosticam no PPI.

Os trabalhos produzidos durante este período que se inicia com o PPI, pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura — IICA, demonstram, com mais clareza, qual o destino da colonização irrigada nos moldes idealizados. Antes é preciso dizer que o IICA tem prestado diversos serviços no assessoramento aos projetos públicos de irrigação (MINTER/IICA, 1980).

Num "Guia Metodológico para Implantação, Manejo e Deenvolvimento de um Perímetro Irrigado", publicado pelo IICA, datado de 1980, lê-se entre suas premissas: "a organização associativa não pode realizar-se desligada da organização empresarial". Lá se nota idéias explicitamente mais pragmáticas. Eis uma delas: o paternalismo se eliminará a partir da capacidade dos elementos envolvidos no assentamento resolverem os problemas oriundos da organização empresarial (ARRUNÁTEGUI et alii, 1980:10).

Mesmo sem substituir plenamente o antigo padrão de

expansão, os perímetros nunca deixaram de representar uma certa consciência do bloco no poder de que, para o Nordeste, as soluções capitalistas para o campo não passam simplesmente pelo combate às secas. Eles devem resultar num conjunto de medidas que as ultrapassa: interferindo no processo de produção (DNOCS, 1976). Por isto, a intervenção do Estado através dos projetos públicos de irrigação, corresponde, no mínimo, a uma política por obter novas formas de relações capitalistas.

Embora não sejam muitos os exemplos de perímetros com colonos com comprovada capacidade de autogestionar-se, nada tem autorizado a pensar improcedentes as intenções manifestadas nos discursos oficiais: desenvolver uma agricultura eliminada do paternalismo estatal. A não efetivação completa de seus propósitos é outro caso. O afastamento do Estado é condição *sine qua non* para a autonomia dos colonos. Através do desenvolvimento da iniciativa particular, dizem os documentos, será permitido ao "setor privado desenvolver as suas próprias e eficientes organizações" (MINTER/GEIDA, 1971:63).

Nota-se que, ao contrário de outros programas de intervenção no campo (os PDRI são um exemplo), as ações do Estado com os perímetros constituem-se num esforço concentrado de racionalização das atividades produtivas no meio rural. Seja em termos de população beneficiada, de investimentos, de recursos humanos envolvidos, seja quanto à área atingida (CHALOULT, 1980).

Na economia brasileira, são muitos os exemplos de competência empresarial do Estado enquanto agente produtivo, apesar dos fracassos. Portanto, não há surpresa também sobre

este aspecto. Em perímetros como o de Mandacaru, como provavelmente o de Sumé e muitos outros, já são bem evidentes um melhor padrão de vida, um nível de renda alto e uma acumulação de capital feita por largas faixas da população. São exceções, mas negam um possível desinteresse em instaurar produtores eficazes e assegurar a penetração capitalista no campo, por meio da criação de novos capitais.

Pelo que já se pôde notar, a criação de novos capitalistas é uma fatalidade para o mais racional emprego dos investimentos feitos no assentamento de colonos. Uma pequena produção eficaz estabelece um pequeno produtor capitalizado e lhe dá horizontes de acumulação. Em outras palavras, para enfrentar a concorrência, a pequena produção eficaz necessita ser uma pequena produção capitalizada, e vice-versa. Do lado do Estado, uma experiência de colonização bem sucedida, evidentemente, está diretamente proporcional à possibilidade que ele tem de garantir maior volume de riquezas à acumulação do capital social. É geralmente quando isto ocorre que mais as ações do Estado na infra-estrutura produtiva se afinam com os interesses do capital. Bem entendido, o sucesso, no caso, está condicionado a bons resultados financeiros internos.

Engana-se BERNARDO ao supor que "...todas as indicações apontam a transformação dos objetivos iniciais dos projetos de irrigação antes que eles atinjam a maturação hipotética prevista" (1978:58). A emancipação alcançada, junto com o título de propriedade recebido, eliminam qualquer suspeita neste sentido. A situação da autonomia frente ao Estado, por sua vez, não chega a consubstanciar uma "semi-integração" como pensa SORJ (1980).

Seria um contrasenso negar que as Cooperativas são importantes instrumentos de "integração ideológica" (SORJ, 1980) ou, como se diz também, "instrumentos políticos de controle social" (LOUREIRO, 1981), acionados pelo Estado. No caso específico de Mandacaru, não se constata, entretanto, no *modus operandi* da CAMPIM, a existência de uma "subordinação" que esteja impedindo a apropriação individual do excedente gerado internamente, como chegam a concluir esses autores sobre as Cooperativas que estudaram.

A presença do Estado, mantendo uns poucos trabalhadores, facilmente absorvíveis pela CAMPIM, e sem nenhum peso sobre a administração dela, longe de interceder em seus destinos os alivia de alguns custos. Depois, a ação do Estado integra os colonos à agricultura moderna. A Lei nº 5.764 (INCRA, 1982) permite às Cooperativas atuarem segundo princípios de racionalidade empresarial (LOUREIRO, 1981), o que lhes garante maior agressividade diante da concorrência. Créditos especiais, isenções fiscais, além de toda a infra-estrutura disponível. São, no mínimo, vantagens incomuns ao agricultor tradicional nordestino. Nada disto evidentemente teria grande sentido para os colonos se eles se distinguissem da CAMPIM. Entretanto, não se registra em suas ações nada que não os beneficie prioritariamente, sem distinções. A presença nas assembleias é maciça. São os colonos, enfim, seus legítimos administradores e, porque não dizer novamente, seus exclusivos beneficiários. Finalmente, sob o nome Cooperativa, vale esclarecer, abriga-se uma infinidade de estruturas organizacionais diferentes (NOVAES, 1981). Por este motivo e por não ser exatamente o objetivo que se persegue, não convém maiores ilações a respeito de outros casos.

Concluindo: as dimensões dos investimentos necessários impedem a administração familiar dos lotes; o eficiente aproveitamento da propriedade exige a mobilização de altas somas de capital e a administração empresarial dos lotes; a racionalização dos investimentos públicos no setor força a concessão da autonomia; a transferência do patrimônio montada sobre as normas da associação cooperativista garante a continuidade da estrutura; a propriedade resolúvel e indivisível assegura a intervenção se o destino traçado sofrer modificação. Estas combinações da reestruturação agrária implantada, parecem contribuir para fundamentalmente produzir-se uma camada de pequenos produtores capitalizados, como resultado do assentamento idealizado pelo Estado. **Mandacaru** é exatamente um exemplo disto.

CONCLUSÃO

As relações de produção vivenciadas pelos colonos em Mandacaru estão baseadas em alguns vínculos que as fazem adquirir características próprias. Segundo a legislação em vigor, a propriedade privada sobre a terra não garante, a seu possuidor, plenos direitos sobre ela. Em termos jurídicos, esta situação legal da propriedade denomina-se resolúvel e indivisível. Ao Estado é dado o direito de intervir, sempre que julgar haver algum desvio dos objetivos traçados. A estratégia oficial de transferência dos lotes e do patrimônio público à disposição dos colonos, por sua vez, está sustentada na vinculação da propriedade da terra à associação cooperativista. Isto acontece através da subscrição mínima de seu valor como exigência para o ingresso do colono. Não transferindo todo seu patrimônio, incorporado ao capital da CAMPIM, o Estado torna-se um sócio do empreendimento. A propriedade coletiva da parte mais significativa dos meios de produção, necessários ao tipo de agricultura implantada, é a fórmula encontrada para a consolidação da transferência do patrimônio público para uso deste grupo de colonos. Com isto, a iniciativa individual do produtor do Mandacaru está condicionada unicamente às decisões do coletivo de colonos, uma vez que o Estado não tem tido um ativo papel como sócio.

Mesmo presa a certos limites, a propriedade dos meios de produção em Mandacaru não deixa de constituir-se em propriedade privada. Quanto aos direitos legitimados no modo de produção capitalista, não parece haver qualquer impedimento para que se garanta ao proprietário a apropriação do excedente acumulado no consumo produtivo dos meios de produção.

A situação interna de posse e uso da terra reproduz, com alguma precisão, a divisão do trabalho. A força de trabalho se distingue não apenas quanto à atividade exercida, mas também quanto à propriedade dos meios de produção. O colono aparece na figura do empregador diante do capital coletivo, representado na associação cooperativista, e, diante do capital particular, quando este se estabelece enquanto relação social. O colono é aquele que compra a força de trabalho e a quem potencialmente pertence o excedente produzido internamente. A viabilidade econômica da infra-estrutura implantada obriga o colono à utilização de um contingente de trabalhadores extremamente grande, superando em muito suas disponibilidades familiares. O uso da mão-de-obra familiar fica, assim, proporcionalmente muito pequeno. O trabalho das esposas praticamente está nos afazeres domésticos. Em outras palavras, o grosso da mão-de-obra do perímetro é formado por uma massa de trabalhadores totalmente despossuída dos meios de produção. As relações de trabalho são clássicas manifestações de assalariamento, com distinções apenas diante das necessidades de consumo produtivo da força de trabalho. O capital se personifica, deste modo, na iniciativa individual e coletiva dos colonos, com o trabalho de assalariados permanentes e temporários. Alguns, conforme reza a CLT, mas a maioria sem quase nenhum direito diante da lei.

Constata-se que as condições internas de produção exibem algumas características típicas de uma certa modernização exigida pelas necessidades de expansão do capital industrial brasileiro nas duas últimas décadas. Os altos índices de produtividade encontrados em Mandacaru estão intimamente relacionados ao consumo produtivo de insumos modernos de origem industri

al. De um lado, a produção interna insere-se nos padrões mais recentes de expansão, ao consumir grandes quantidades de fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos introduzidos no campo. De outro lado, através da venda da produção a uma indústria processadora de alimentos, e da comercialização com grandes centros urbanos do País, Mandacaru e as ações públicas da qual é produto articulam-se com os métodos mais atuais de penetração capitalista no campo. São estas as maneiras que mais parecem satisfazer ao modelo de assentamento implantado.

As relações de troca padronizadas pelo capital industrial em Mandacaru não parecem estar impedindo a acumulação interna de capital. Conseqüentemente, muitas vezes essa acumulação tem permitido a apropriação de considerável parte do excedente aos proprietários dos meios de produção consumidos em Mandacaru. Os lucros, quase sempre seguros, parecem permitir ao colono acumular alguma riqueza e melhorar seu nível de vida e de seus familiares. Existem indicações de razoável índice de aplicações externas de capital, em propriedades rurais e imóveis urbanos, principalmente. A acumulação interna demonstra mais intensidade nas inversões feitas sob a forma de capital coletivo: na Cooperativa. As inversões de caráter particular encontram-se, no caso do lote, impossibilitadas de expandir-se, por suas limitações físicas. Foram observados poucos lotes que demandam fortes investimentos e não existe nenhuma destinação definida quanto à área de sequeiro do perímetro, até agora inproveitada.

As relações com o capital agroindustrial, se permitem um fluxo mais denso de transferência de valores do setor agrí

cola para o industrial, ao mesmo tempo cumprem com uma funcionalidade que dá características vantajosas sob desvantajosas condições de preço. A destinação de parte da capacidade de produção a um gênero de transformação industrial tem, ao que tudo indica, a finalidade de reduzir os riscos dos empreendimentos de Mandacaru. Deste modo, explica-se de que maneira podem ser interessantes, para os dois lados, as relações de troca estabelecidas. As taxas de lucro obtidas pelos colonos parecem assegurar praticamente a ausência de prejuízos. As dificuldades de escoar a produção por preços vantajosos, que freqüentemente são vivenciadas pelos produtores da região (pequenos ou grandes), podem explicar as conveniências do contrato com a CICA-NORTE. As trocas com intermediários estão inseridas num quadro de maior vulnerabilidade e de riscos quanto às condições de comercialização. Entretanto, quase sempre proporcionam lucros maiores.

As ações do Estado com o assentamento realizado nos perímetros não parecem ser produto de uma visão muito clara das conseqüências de sua atitude sobre as populações beneficiadas. Especificamente em Mandacaru, a intervenção estatal fornece muitas evidências de que tem transformado agricultores tradicionais em pequenos produtores capitalizados. Os documentos oficiais não demonstram ser exatamente este o resultado previsto, pois se imaginavam que se consolidaria uma pequena produção familiar. Ainda assim, não se poderia dizer que as ações do Estado não se afinam com os interesses mais recentes de penetração capitalista no campo. Os perímetros, de alguma maneira, foram elaborados pelo PPI com a perspectiva de atender, em parte, às necessidades de expansão do capital industrial, através dos mecanismos de compra de insumos e maquinários e de venda de sua pro

dução.

A qualidade do solo, o tamanho e a união do grupo, o nível de instrução dos colonos, a diversificação da produção e de seus compradores, as facilidades de crédito, entre outros motivos, possivelmente muito contribuíram para a consolidação das atividades agrícolas de Mandacaru e para os atuais níveis de acumulação.

ABSTRACT

The growing of public intervention in the rural environment of Brazil's Northeast causes wor
riments, concerning the results of such action upon the populations who are involved in the process; mainly in the presence of few positi
ve evidences.

The experience of settlement made by the State in the irrigated perimeter of Mandacaru is one of the rare moments, when an unquestionable improvement in life conditions, a growing of production a raising of income to the benefited people, can be registered. In fact, these ob
jectives are traditionally mentioned by the programmes of public intervention.

This work intends to show that, in the public projects of irrigation, when the State reaches its aims, probably, it also creates small ca
pitalized producers in the field. This con
clusion is in opposition to those ones which have been presented by other studies. With this objective, we study the relationships of production that are felt by the population in question. In the present case, we deal with the settlers from Mandacaru.

ANEXOS

1. CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO
DE TOMATE — 1985
2. INFORMATIVO DA COOPERATIVA DE MANDACARU
— EXERCÍCIO DE 1983



CONTRATO PARTICULAR DE PRODUÇÃO, COM
 PRA E VENDA DE TOMATE PARA USO INDUS
 TRIAL

CONTRATO Nr. 142/85

INDÚSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTÍCIAS
 CICANORTE S.A., empresa com sede e fo
 ro à Rua Aristides Muniz, 84, na ci
 dade de Recife, Estado de Pernambuco
 inscrita no CCG.MF sob nº
 10.790.616/0001-67, aqui denominada
 INDÚSTRIA, por seus representantes
 legais, ao final assinados, e -
 CAMPIM - COOP. AGRIC. MISTA DO PROJ.
 DE IRRIGAÇÃO DE MANDACARU LTDA.

CCG nº 13.915.582/0001-88 Insc. Est.
 nº 10.219.160, residente e
 domiciliado em CAMPIM - JUAZEIRO
 BAHIA

inscrito como produtor rural no Pos
 to Fiscal de _____,
 sob nº _____, aqui
 denominado PRODUTOR, têm entre si jus
 to e contratado o quanto segue, mutua
 mente accito e outorgado, a saber:

.../...



INDÚSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTÍCIAS CICANORTE S/A. - AV. HERCULANO BANDEIRA, 840 - PINA - RECIFE - PE - BRASIL
 CAIXA POSTAL 685 - CEP 50.000 - TELEX 0411546 CICA BR - ENDEREÇO TELEGRÁFICO "CICANORTE"

39.003 50 BR. 100*1-08/81



.2.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O PRODUTOR se obriga a vender e a INDÚSTRIA a comprar toda a produção de tomate estimada, conforme quadro abaixo, resultante do plantio de 286,0 ha, localizada no sítio Proj. de Irrig. FEDERAL de Mandacaru Município de Juazeiro, Estado de Bahia, acesso viário por Terra, ficando a produção estimada para a safra 1985 em 12.870 toneladas, segundo cronograma de plantio abaixo. Fica ainda a INDÚSTRIA em idênticas condições deste contrato, com preferência para a compra de parte ou toda produção obtida na área, além da estimada.

Área (ha)	Data Trans-plantio	Variedade	Quantidade Semente-kg	Produção Estimada	Período Colheita	Colheita Diária(caixas)
34,0	11-20/04	Ag-24	10,2	1.530	06/07a05/08	2.550
35,0	21-30/04	Ag-24	10,5	1.575	16/07a15/08	2.625
25,0	01-10/05	Ag-24	7,5	1.125	26/07a25/08	1.875
30,0	11-20/05	Ag-24	9,0	1.350	06/08a05/09	2.250
25,0	21-31/05	Ag-24	7,5	1.125	16/08a15/09	1.875
33,0	01-10/06	Ag-24	9,9	1.485	26/08a25/09	2.475
34,0	11-20/06	Ag-24	10,2	1.530	06/09a05/10	2.550
33,0	21-30/06	Ag-24	9,9	1.485	16/09a15/10	2.475
12,0	01-10/07	Ag-24	3,6	540	26/09a25/10	900
13,0	11-20/07	Ag-24	3,9	585	06/10a05/11	975
12,0	21-31/07	Ag-24	3,6	540	16/10a15/11	900

INDÚSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTÍCIAS CIGANORTE S/A. - AV. HERCULANO BANDEIRA, 040 - PINA - RECIFE - PE - BRASIL
CAIXA POSTAL 635 - CEP-51.000 - TELEX 0811546 CICA BR - ENDEREÇO TELEGRÁFICO "CIGANORTE"

39.003 50 Biv. 100x1 - 08/81



.3.

PARÁGRAFO ÚNICO:- No caso de ocorrerem fatores adversos alheios à vontade das partes, novo cronograma será elaborado, de comum acordo, não podendo o PRODUTOR plantar sem a concordância da INDÚSTRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA

A INDÚSTRIA pagará ao PRODUTOR a importância de CR\$ _____
 Vide Anexo Nr. 1

por kg. de tomate tipo Standard ao preço posto roça, efetuando-se a pesagem em balança própria no estabelecimento da INDÚSTRIA, utilizando-se este peso para cálculo definitivo do valor a ser pago na sua fábrica localizada no Município de Juazeiro-Ba.

CLÁUSULA TERCEIRA

A INDÚSTRIA receberá o produto e o classificará de acordo com as Normas de Qualidade aprovadas pelo Comitê de Agroindústria Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco utilizando o resultado da classificação para o cálculo definitivo do preço a ser pago.

§ 1º:- A Secretaria da Agricultura do Estado de Pernambuco poderá, a seu juízo, em qualquer momento ou quando solicitada pelos signatários do presente Contrato, proceder à fiscalização e avaliação do critério dos classificadores.

§ 2º:- A classificação deverá ser feita dentro de no máximo 24 horas após a chegada do produto à Fábrica, respeitando o PRODUTOR, o limite de entrega de 120,000 toneladas/dia e 48 horas para entregas além desse limite. Após este prazo, perderá a INDÚSTRIA o direito de infligir descontos por qualidade no preço do produto. Não será computado neste prazo o período compreendido entre 18 horas do Sábado às 6 horas da manhã de Segunda-Feira, assim como, nos dias feriados.





.4.

§ 3º:- É de responsabilidade da INDÚSTRIA registrar dia e hora da chegada do produto à fábrica, e fornecer comprovante ao PRODUTOR quando solicitado.

CLÁUSULA QUARTA

A INDÚSTRIA pagará ao PRODUTOR pelo tomate entregue, de conformidade com a classificação, segundo o X preço posto roça:

Standard	- CR\$	X	/kg (base)
Utilizável I	- 5%	de desconto em relação ao preço ou peso	
Utilizável II	- 10%	de desconto em relação ao preço ou peso	
Utilizável III	- 20%	de desconto em relação ao preço ou peso	
Utilizável IV	- 30%	de desconto em relação ao preço ou peso	

CLÁUSULA QUINTA

A INDÚSTRIA, em qualquer época, através de seus técnicos (Engenheiros Agrônomos e auxiliares), poderá inspecionar as áreas cultivadas objeto deste Contrato, visando levantar informações de natureza técnica, estado geral da cultura e verificação de cumprimento do cronograma de plantio.

CLÁUSULA SEXTA

A INDÚSTRIA efetuará o pagamento, através de Notas Promissórias Rurais, em favor do PRODUTOR, com vencimento em 60 (sessenta) dias para 50% (cinquenta por cento) do valor total das entregas e 90 (noventa) dias para os 50% (cinquenta por cento) restantes. O pagamento referente às entregas de 01 a 15 do mês será efetuado até o dia 30/31 e de 16 a 30/31 do mês até o dia 15 do mês seguinte.

§ 1º:- As despesas de juros bancários correspondentes a eventuais descontos dos referidos títulos de crédito, ficarão a cargo exclusivo da INDÚSTRIA.



INDÚSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTÍCIAS CIGANORTE S/A. - AV. MERCULANO BANDEIRA, 840 - PINA - RECIFE - PE - BRASIL
CAIXA POSTAL 605 - CEP 50.000 - TELEX 0811546 CICA BR - ENDEREÇO TELEGRÁFICO "CIGANORTE"

39.003-50 014 - 160x1 - 08/81



§ 2º:- A tara a ser considerada para o engradado de madeira é de _____ kg. e para o de plástico de 002 _____ kg:

§ 3º:- Fica vedado ao PRODUTOR o uso do vasilhame para qualquer finalidade que não a expressa nesta cláusula.

§ 4º:- As despesas decorrentes dos transportes dos vasilhames vazios na retirada para início de colheita são de responsabilidade da INDÚSTRIA e na devolução após a safra são de responsabilidade do PRODUTOR.

CLÁUSULA NONA

Ressalvados os casos de força maior, o desatendimento a qualquer das cláusulas deste contrato determinará a sua automática rescisão. Outrossim, independentemente da obrigação indenizatória por perdas e danos, a parte que motivar a rescisão pagará à outra a multa de 20% (vinte por cento) do valor da produção estimada, estabelecida na cláusulas primeira e segunda. O presente contrato é intransferível.

CLÁUSULA DÉCIMA

O foro de eleição para dirimir eventuais dúvidas com relação a esta avença, será o da comarca em que se situar a fábrica que recebe o produto, com expressa renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que forem.

E, por assim se acharem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Juazeiro(BA), 06 de Fevereiro de 1.985

INDÚSTRIA

PRODUTOR

CAMPIM - COOP. AGRIC. MISTA DO PROJ. DE
IRRIGAÇÃO DE MANDAGARU LTDA.
C.G.C. 13.915.582/0001-88.



Testemunhas:

COOPERATIVA DE MANDACARU - CAMPIM

DADOS INFORMATIVOS SOBRE O EXERCÍCIO DE 1983

- 1 - Faturamento Bruto - Cr\$ 1.150.469.024,00
- 2 - Resultado líquido do exercício - Cr\$ 51.446.226,00
- 3 - Sobras à disposição da assembleia - Cr\$ 15.334.524,00
- 4 - Faturamento médio anual por associado - Cr\$ 17.715.956,00
- 5 - Impostos recolhidos:
- . FUNRURAL - Cr\$ 22.098.328,00
 - . I C M - Cr\$ 14.592.953,00
 - . IAPAS - Cr\$ 7.722.576,00
 - SOMA..... Cr\$ 44.413.857,00
- 6 - Fundos:
- . FATES - Cr\$ 37.193.606,00
 - . DESENV. - Cr\$ 42.487.055,00
 - . RESERVA - Cr\$ 15.787.588,00
- 7 - Valor dos insumos estocados - Cr\$ 193.581.404,00
- 8 - Capital disponível em bancos - Cr\$ 182.230.714,00
- 9 - Capital Social - Cr\$ 29.878.833,00
- 10 - Patrimônio líquido - Cr\$ 180.472.040,00
- 11- Culturas que se destacaram no exercício
- . CEBOLA - 60% do faturamento
 - . TOMATE - 20% " "
 - . MELÃO - 10% " "

./.

./.

. FEIJÃO - 5% do faturamento

. OUTROS - 5% " "

12 - Débito de financiamento (B N B)

Cr\$ 224.303.100,00

13 - Atual Diretoria:

. CELSO CAVALCANTE DE CARVALHO - Presidente

. JOSÉ NUNES FERREIRA - Vice

. REGINALDO NERY DE OLIVEIRA - Secretário

. JOSÉ GERALDO FELIX - Diretor

. PEDRO GAUDÊNCIO DA SILVA - Diretor

D J U - 31.01.84

José Sobral Cruz
Veterinário II

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1977). Empresa estatal e capitalismo: uma análise comparada. In: MARTINS, C.E. (org.) *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1977. p.5-53.
- ABREU, JÔ. (1986). Nova política agrícola reduzirá importação, diz Rezende. *Folha de São Paulo*, S.Paulo, 13 julho 1986, p.42. cad.4.
- ALMEIDA, Erasmo José de. (s.d.). *A irrigação como fator de desenvolvimento do Vale do São Francisco*. Brasília, CODEVASF, s.d. 52p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. (1982). *Tradição e mudança; a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 114p.
- ARRUNÁTEGUI, Humberto et alii. (1980). *Guia metodológico para implantação, manejo e desenvolvimento de um perímetro irrigado*. Brasília, IICA, 1980. 45p.
- A TARDE (22.05.84). BB e BNB fazem discriminação à agricultura. *A Tarde*, Salvador, 22 março 1984, cad.3, p.8.
- _____. (03.06.86). CODEVASF quer Reforma Agrária com irrigação. *A Tarde*, Salvador, 03 junho 1986.
- _____. (09.05.86). COLONOS da CODEVASF reclamam crédito. *A Tarde*, Salvador, 09 maio 1986, cad. 2, p.10.
- _____. (13.05.86). COLONOS não querem a emancipação do projeto. *A Tarde*, Salvador, 13 maio 1986, cad. 2, p.12.
- _____. (10.04.86). COLONOS preocupados com crédito agrícola. *A Tarde*, Salvador, 10 de abril 1986, cad. 2, p.14.
- _____. (19.05.85). COLONOS solicitam à CODEVASF melhores condições de vida. *A Tarde*, Salvador, 19 maio 1985.
- _____. (10.01.86). PRODUTORES querem fechar ponte no São Francisco. *A Tarde*, 10 janeiro 1986, cad. 1, p.10.
- _____. (26.03.86). PROJETOS de irrigação podem ser emancipados. *A Tarde*, 26 março 1986, cad. 1, p.12.
- AUED, Idaleto Malvezzi (1980). *Nas pegadas do valor; projetos de irri*

- gação do Nordeste no movimento geral da acumulação capitalista no Brasil. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1980. 155p. (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, Gelson Medeiros de. (1971). *Informações sobre o projeto piloto de irrigação de Mandacaru*. Recife, SUDENE/MINTER, 1971. 37p.
- BERNARDO, Maria'stela Bezerra. (1978). *Capitalismo e relações de produção no campo; os projetos de irrigação do Nordeste*. Brasília, Universidade de Brasília, 1978. 128p. (Dissertação de Mestrado).
- BETANZOS, Oscar & BURSZTYN, Marcel. (1980). *Estado e agricultura; estudo da ação do DNOCS em Sumé-Pb*. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1980. 12p.
- _____. (1979). *Quê culpa tiene el tomate que está tranquilo en la mata...* Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1979. 12p.
- BICALHO, Ana Maria de Souza Melo & HOEFLE, Scott William. (1971). Transformações na vida sertaneja; a irrigação no rio São Francisco. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, CONDEPE, 6(1):76-111, jan./jul. 1971.
- CAMPIM (1985). COOPERATIVA Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Mandacaru. *Balço 1985*, Juazeiro. 35p.
- _____. (1975). *Estatuto da Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Mandacaru*. Juazeiro, 1975, 26p.
- _____. (1979). *Plano Agrícola*. Juazeiro, 1979.
- CAR (1985). COMPANHIA de Desenvolvimento e Ação Regional. *Projeto de assentamento dirigido, Faz. Grapiúna (Município de Curaçá)*; segmento pequena irrigação — PDRI - NORDESTE. Salvador, CAR, 1985. 18p.
- CARVALHO, José Otomar de. (1978). A Agricultura irrigada no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, BNB, 9(3): 269-74, jul./set. 1978.
- CASTRO, Antônio Barros de. (1977). Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: *7 Ensaios sobre a economia brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, v.1, cap.2, p.79-146.

- CAVALCANTI, Clóvis et alii. (1977). Desenvolvimento do Nordeste; reflexões sobre a índole de um processo vacilante. *Caderno do CEAS*, Salvador, (58):28-31, nov./dez. 1977.
- CEAS (1976). A SITUAÇÃO criada pela implantação do projeto de irrigação São Desidério. *Caderno do CEAS*, Salvador (44):38-52, jul./ago. 1976.
- CEPA (1985). BAHIA. Secretaria da Agricultura. Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola. *Estatísticas da Agropecuária*, 2. Salvador, 1985. 135p.
- CERB/CEPA (1980). BAHIA. Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Companhia de Engenharia Rural da Bahia & Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia. *Plano estadual de irrigação*. Salvador, 1980. 76p.
- CHALOULT, Yves. (1980). Questão agrária e política do Estado: o POLONORDESTE. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, BNB, 11(4):527-64, out./dez. 1980.
- CLINE, William R. (1972). Análise de custo-benefício de projetos de irrigação no Nordeste. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, IPEA, 2(2):257-73, dez. 1972.
- CODEVASF (1984). COMPANHIA de Desenvolvimento do Vale de São Francisco. *Relatório anual*, Brasília, 1984. 127p.
- _____. (1983). *Norma de colonização (NOR.501)*; manual de ocupação espacial. Brasília, 1983. 66p.
- _____. (s.d.). *Projeto Mandacaru*; uma experiência vitoriosa no Vale do São Francisco. s.d. 3p.
- COELHO, Jorge. (1974). Considerações em torno do programa de agricultura irrigada na zona semi-árida do Nordeste. *Boletim de Agricultura*, Recife, SUDENE, 2(3):61-79, jul./dez. 1974.
- COUTINHO, Luciano G. & REICHSTHUL, Henri-Philippe (1977). O setor produtivo estatal e o ciclo. In: MARTINS, C.E. (org.) *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1977, p.55-93.
- DNOCS (1976). BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Na

- cional de Obras Contra a Seca. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*; Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido. (1976-79). Fortaleza, 1976. 76p.
- DUQUE, José Guimarães (1980). *Solo e água no polígono das secas*. 5.ed. Mossoró, Escola Superior de Agricultura do Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1980. 273p. (Coleção Mossoroense, 192).
- EMATER-BA/EPABA (1983). EMPRESA de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia & Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia. *Sistema de produção para cebola (Agregatum)*. Salvador, 1983. 18p.
- EMBRATER/EMBRAPA (1980). EMPRESA Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural & Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Sistema de produção para o tomate industrial; Região Submédio São Francisco*. Recife, 1980. 20p.
- ESPLAR (1977). ESCRITÓRIO de Pesquisa, Planejamento e Assessoria em Desenvolvimento Rural. *Estudo das repercussões sócio-econômicas do projeto de Morada Nova*. Fortaleza, 1977. 279p.
- FERRAZ, Aloísio Afonso de Sá (1978). Política de aproveitamento dos recursos hídricos no sertão pernambucano; uma interpretação. *Revista Pernambucana de Agricultura*, Recife, CEPAPÉ, 2(1):115-39, jan./jun. 1978.
- FGV (1986). CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro, FGV, 40(1): 1-156, jan.1986.
- FIBGE (1984). FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil, 1984*. Rio de Janeiro, 1985, v.45.
- FIPLAN (1978). FUNDAÇÃO Instituto de Planejamento da Paraíba. *Estudo das repercussões sócio-econômicas do perímetro irrigado de Sumé*. João Pessoa, 1978. 185p.
- GOMES, Gustavo Maia (1979). A política de irrigação no Nordeste; intenções e resultados. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 9(2):411-46, ago.1979.
- _____. (1980). Perspectivas e realizações da irrigação no Nor

- deste; resenha de cinco estudos. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, BNB, 11(1):153-69, jan./mar. 1980.
- GORENDER, Jacob. (1978). *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978. 592p.
- GUERRA, Paulo de Brito. (1970). Evolução e problemas da irrigação no Nordeste. *Boletim Técnico*, Fortaleza, DNOCS, 28(2): 49-92, jul./dez. 1970.
- _____. (1983). *Irrigação em quatro doses*. 2.ed. | Mossoró | Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Fundação Guimarães Duque, 1983. 135p. (Coleção Mossoroense, 97).
- GUIMARÃES, Alberto Passos (1979). *A crise agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 363p.
- HALL, Anthony L. (1978). *Drought and irrigation in North-East Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978. 152p.
- IICA (1981). INSTITUTO Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Comitê institucional da família e da mulher rural. *A posição social da mulher em projeto de irrigação*. Brasília, CODEVASF, 1981. 83p.
- INCRA (1982). BRASIL. Ministério do Interior. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Lei Cooperativista nº 5.764 de 16.12.71*. Brasília, 1982. 41p.
- _____. (1964). *Estatuto da terra*; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília, 1964. 53p.
- INTERIOR (1984). VERDE cobre o serão. *Interior*, Brasília, 10 (57):26-31, jul./ago. 1984.
- ISTO É (1986). UM MILHÃO de hectares irrigados, *Isto é*, São Paulo, (493):14, jun.1986. (encarte).
- KOSIK, Karel. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230p.
- LIMA, Rômulo de Araújo (1981) *Duas ou três coisas acerca do conceito de modo de produção*. Campina Grande, s.ed., 1981. 58p.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. (1977). *Parceria e capitalismo*. Rio

- de Janeiro, Zahar, 1977. 135p.
- LOUREIRO, Ma. Rita Garcia. (1981). Cooperativismo e reprodução camponesa. In: _____. (org.) *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981. p.133-55.
- MARX, Karl. (1975). *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 6v.
- _____. (1974). *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. p.107-38. (Coleção Os Pensadores, 35).
- _____. & ENGELS, Friedrich. (1980). *A ideologia alemã I*. Lisboa, Presença, 1980. 311p.
- MINTER/GEIDA (1971). BRASIL. Ministério do Interior. Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola. *Programa Plurianual de Irrigação — PPI; relatório síntese*. Brasília, 1971, v.1. 121p.
- _____. IICA. (1980). INSTITUTO Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *Programa Geral de Trabalho*. Brasília, 1980. 48p. (Série Programas Especiais, 8).
- MIRAD/INCRA (1985). BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Proposta para a elaboração do 1º plano nacional de reforma agrária da nova república - PNRA*. Brasília, 1985. 53p.
- MURCIA, Héctor H. (1972). Recomendaciones para la promoción de una capacidad empresarial en el agro latinoamericano. *Desarrollo rural en las Américas*, San José, IICA, 9 (12):5-15, ene/ago. 1972.
- NOVAES, José Roberto P. (1981). Cooperativismo: acumulação e mudança. In: LOUREIRO, M.R.G. (org.) *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1981. p.41-74.

- NOVAES, José Roberto P. (1976). *Planejamento agrícola e realidade*; um estudo através do modelo de programação linear. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1976. 143p. (Dissertação de Mestrado).
- PEREIRA, Sinedei de Moura. (1983). *A irrigação como tendência modernizante na agricultura nordestina*. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba, 1983. 123p. (Dissertação de Mestrado).
- PONTES, José Osvaldo. (1978). *O trabalho do DNOCS e o programa de irrigação no Nordeste Semi-Árido*. Brasília, MINTER, 1978. 53p. (Palestra na Comissão de Agricultura do Senado Federal).
- POSSÍDIO, Edson Lustosa (1984). *Irrigação no Nordeste; situação atual e tecnologias*. In: CONFERÊNCIA sobre a convivência do homem com a seca e irrigação no Nordeste, Salvador, Fundação Bahiana para Estudos Econômicos e Sociais. Salvador, 1984, p.41-9.
- PRADO JR., Caio. (1979). *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188p.
- _____. (1978). *A revolução brasileira*. 6.ed. S. Paulo. Brasiliense, 1978. 267p.
- SEPLANTEC/CPE (1982). BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação Centro de Planejamento Econômico. *Irrigação na Bahia; levantamento de projetos*. Salvador, CPE, 1982. 82p. (Série Recursos Naturais, 6).
- SILVA, Dilmo de Freitas. (1975). *A irrigação e o desenvolvimento rural integrado*. *Boletim Técnico*, Fortaleza, DNOCS, (53): 89-101, jul./dez. 1975.
- SILVA, Sérgio. (1976). *Agricultura e capitalismo no Brasil*. *Contexto*, São Paulo, Hucitec, (1):23-32, 1976.
- _____. (1977). *Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo*. In: *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec, 1977. p.7-24.
- SILVA, Wilson Dias da. (1985). *O velho Chico; sua vida, suas lendas e sua história*. Brasília, MINTER/CODEVASF, 1985. 239p.
- SORJ, Bernardo. (1980). *Estado e classes sociais na agricultura*

ra brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 152p.

SUDENE/MINTER. (1980). BRASIL. Ministério do Desenvolvimento do Nordeste/Ministério do Interior. *Diagnóstico do desenvolvimento do programa de Irrigação do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1980. 150p.

_____. (1983). *Relatório sintético sobre o Programa de Irrigação do Nordeste*; 2º trimestre de 1983. Recife, 1983.

_____. (1982). *Relatório sintético sobre o programa de Irrigação do Nordeste*; 3º trimestre de 1982. Recife, 1982, 88p.

VERGOPOULOS, Kostas (1977), Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In: AMIN, Samir & VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.43-179.

WILLIAMS FUENTES, César Osvaldo (Coord.) (1985). *Projeto técnico-econômico para o perímetro irrigado de Tatauí I*. Salvador, CAR, 1985.437p.